



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ALICE ALMEIDA BARRETO SANTOS

UM ESTUDO SOBRE O UNIÃO BRASIL: Análise sobre sua origem e sua estrutura organizacional

Salvador
2024

ALICE ALMEIDA BARRETO SANTOS

UM ESTUDO SOBRE O UNIÃO BRASIL: Análise sobre sua origem e sua estrutura organizacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Carla Galvão Pereira Arantes.

Salvador
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Santos, Alice Almeida Barreto
S237 Um estudo sobre o União Brasil: análise sobre sua origem e sua estrutura organizacional. /
Alice Almeida Barreto Santos, 2024.
136 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Galvão Pereira Arantes
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Partidos políticos - Organização. 2. Coligações partidárias. 3. Filiação partidária.
I. Arantes, Carla Galvão Pereira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 324.2

Responsável técnica: Alexsandra Barreto da Silva - CRB/5-1366

ALICE ALMEIDA BARRETO SANTOS

"UM ESTUDO SOBRE O UNIÃO BRASIL: ANÁLISE DE SUA ORIGEM E DE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência Política, aprovada em dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Carla Galvão Pereira Arantes (PPGCP – UFBA)
Doutor(a) em Ciência Sociais pela UFBA

Prof(a). Dr(a). Maria do Socorro Sousa Braga (PPGPol –UFSCar)
Doutor(a) em Ciência Política pela USP

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA
Data: 17/12/2024 11:03:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Roberta Carnelos Resende (FFCH – UFBA)
Doutor(a) em Ciência Política pela Instituição (Sigla da Instituição)



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder força, perseverança e saúde para concluir esta etapa tão importante da minha formação.

Aos meus pais, pelo apoio, paciência e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica. Sem vocês, nada disso seria possível. A base vocês foi fundamental na construção da minha autoestima.

Às minhas amigas queridas, que estiveram ao meu lado desde o início da graduação em 2018. É um imenso prazer acompanhar a jornada acadêmica e pessoal de cada uma.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Carla Galvão, por sua dedicação, incentivo, paciência e orientação precisa durante o desenvolvimento deste trabalho. Minha trajetória acadêmica foi possível graças à sua presença inspiradora na Ciência Política.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), expresse minha gratidão pelo suporte financeiro concedido, que foi essencial para a realização deste estudo e para o avanço do conhecimento.

Por fim, sou grata a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho.

Muito obrigada!

Às minhas primas mais velhas, que tiveram um papel fundamental em minha formação, ensinando-me a ler, a contar e a encontrar alegria.

Às mais novas, dedico este esforço como uma demonstração de perseverança.

Amo vocês.

RESUMO

Em 2022, foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a nova agremiação política União Brasil, resultante da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL). Considerando o surgimento desse novo partido no cenário político brasileiro, o objetivo geral do estudo é analisar a origem do União Brasil e a sua estrutura organizacional. Os objetivos específicos incluem o desenvolvimento de uma alternativa teórico-metodológica para a análise de fusões partidárias, o exame dos fatores institucionais que influenciaram a origem do União Brasil, a investigação dos fatores políticos que explicam o surgimento do partido, o estudo da sua estrutura organizacional, bem como o estudo da coalizão dominante em âmbito nacional e nos órgãos estaduais da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Para alcançar os objetivos propostos, foi adotado o método do estudo de caso, que possibilita uma análise aprofundada do objeto de pesquisa com base em múltiplas fontes e técnicas. A pesquisa foi organizada em quatro etapas metodológicas. A primeira etapa consistiu no desenvolvimento de uma discussão teórico-metodológica, fundamentada em autores como Duverger (1970), Panebianco (2005), Godbout e Bélanger (2005) e Coffé e Torenvlied (2008) e analisou os estudos sobre os partidos políticos, tipologia partidária e as diversas abordagens sobre o surgimento de novos partidos. A segunda etapa envolveu o exame das regras eleitorais e partidárias, com análise documental e uso de estatísticas descritivas baseadas nos dados do TSE, considerando as principais alterações normativas que impactaram o cenário político-partidário. O terceiro momento centrou-se na investigação dos fatores políticos relacionados à fusão, por meio da avaliação dos resultados eleitorais, ideologias partidárias, relações intrapartidárias e interpartidárias, utilizando técnicas como análise de conteúdo, análise documental e estatística descritiva. Por fim, o trabalho analisou a estrutura organizacional do União Brasil, incluindo a composição das coalizões dominantes dos órgãos do partido em nível nacional e estadual, a comparação do número de filiados do DEM, PSL e União Brasil e a formação de listas de candidaturas nas eleições de 2018 e 2022. As considerações finais apontaram para um significativo incentivo institucional para a fusão partidária, além do papel estratégico das lideranças político-partidárias durante o processo de formação do novo partido. Sobre a estrutura organizacional, há a identificação da preponderância organizativa da cúpula do DEM na nova agremiação.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Fusão Partidária; Novos Partidos; Modelo Originário e Organização Partidária.

ABSTRACT

In 2022, the new political organization União Brasil was registered with the Superior Electoral, resulting from the merger of the Democratas (DEM) and the Partido Social Liberal (PSL). Given the emergence of this new party on the Brazilian political scene, the general objective of the study is to analyze the origin of União Brasil and its organizational structure. The specific objectives include the development of a theoretical-methodological alternative for the analysis of party mergers, the analysis of the institutional factors that influenced the emergence of União Brasil, the investigation of the political factors that explain the emergence of the party, the analysis of its organizational structure, as well as the study of the dominant coalition at the national level and in the state bodies of Bahia, Minas Gerais, Pernambuco and São Paulo. In order to achieve the proposed objectives, the case study method was adopted, which allows an in-depth analysis of the object of research based on multiple sources and techniques. The research was divided into four methodological stages. The first stage consisted in developing a theoretical-methodological discussion based on authors such as Duverger (1970), Panebianco (2005), Godbout and Bélanger (2005) and Coffé and Torenvlied (2008), analyzing studies on political parties, party typology and the different approaches to the emergence of new parties. The second stage involved the study of electoral and party regulations, with documentary analysis and the use of descriptive statistics based on TSE data, considering the main regulatory changes that have affected the political-party scenario. The third stage focused on investigating the political factors related to the merger by analyzing electoral results, party ideologies, intra-party and inter-party relations, using techniques such as content analysis, documentary analysis and descriptive statistics. Finally, the paper analyzed the organizational structure of União Brasil, including the composition of the dominant coalitions of party organizations at the national and state levels, a comparison of the number of DEM, PSL and União Brasil members, and the formation of candidate lists in the 2018 and 2022 elections. The final considerations point to a significant institutional incentive for the party merger, as well as the strategic role of party political leaders in the process of forming the new party. In terms of organizational structure, the top leadership of the DEM was identified as the organizational preponderance in the new party.

Keywords: Political parties; Party mergers; New parties; Party organization; Original model.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	14
1.2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVO GERAL	21
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA	22
2 TEORIAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS: ORIGEM POR FUSÃO PARTIDÁRIA	28
2.1 PARTIDO DE CRIAÇÃO INTERNA E PARTIDO DE CRIAÇÃO EXTERNA	28
2.2 ORIGEM E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM PANEBIANCO	31
2.3 NOVOS PARTIDOS E PARTY MERGER	42
2.4 ALTERNATIVA DE MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO	48
3 O MODELO GENÉTICO: VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS	50
3.1 A CRIAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	50
3.2 FUNDO PARTIDÁRIO E FUNDO ELEITORAL	51
3.3 EC Nº 97/2017: FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E CLÁUSULA DE DESEMPENHO	58
4 MODELO GENÉTICO: VARIÁVEIS POLÍTICAS	63
4.1 PERFIL IDEOLÓGICO DO DEM E DO PSL	63
4.2 FATORES INTERPARTIDÁRIOS	71
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS ELEITORAIS DO DEM, PSL E UNIÃO	77
4.4 FATORES INTRAPARTIDÁRIOS	84
4.4.1 <i>Notícias</i>	84
4.4.2 <i>Análise de conteúdo dos discursos proferidos na Convenção Nacional de Oficialização do União Brasil</i>	88
5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PARTIDO UNIÃO BRASIL	98
5.1 ESTRUTURA E COALIZÃO DOMINANTE	98
5.1.1 <i>A Comissão Executiva Nacional</i>	103
5.1.2 <i>Os órgãos estaduais</i>	108
5.2 FILIADOS	117
5.3 LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS E ELEITOS	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a origem do União Brasil e busca compreender a conformação da estrutura organizacional do partido. A pesquisa se vincula teoricamente ao campo de estudos sobre partidos políticos, tipologia partidária, abordagens teóricas sobre a origem dos partidos políticos e a sua dimensão organizativa.

O estudo sobre partidos políticos entra na agenda das Ciências Sociais com Robert Michels (1983). Posteriormente, as indagações sobre as agremiações retornam a agenda de pesquisa por meio das elaborações das tipologias desenvolvidas por Duverger (1970), Kirchheimer (2012), Panebianco (2005), Katz e Mair (1997).

As discussões referentes aos partidos surgiram a partir das interrogações sobre a forma como eles se organizam em seu interior, a relação entre os filiados, a elite partidária, o processo de burocratização e a estrutura organizacional. Foi nessa linha que Robert Michels (1983), no século XX, se debruçou ao analisar a distribuição do poder no Partido Social-Democrata Alemão, percebendo a tendência de oligarquização do partido, dando origem à clássica “Lei de Ferro da Oligarquia”. Nessa interpretação, ele concluiu que em organizações complexas, como o caso dos partidos políticos em uma sociedade democrática, existe a necessidade de burocracias e lideranças para o funcionamento ordenado da organização, de forma que é valorizado o papel do líder em oposição a outros membros dos partidos, pressupondo características excepcionais que os diferenciam dos demais.

A iminência do grupo dirigente nas agremiações, além de marcar a característica elitista da teoria micheliana, ressalta o distanciamento entre a base e um grupo dotado de interesses próprios, é nesse ângulo que há o elemento ilegítimo da tendência à oligarquização. Os argumentos são levantados de acordo com duas fases desse processo, no qual demarca o partido em sua fase embrionária em que os políticos ainda possuem uma ligação com os filiados. Contudo, o aburguesamento entraria justamente na expansão do partido e com a sua complexação. Assim, os primeiros participantes, agora já grupo dirigente, com consciência do poder e ambicionando recursos políticos e financeiros, influenciam a democracia intrapartidária para interesses próprios (Braga, 2012).

Maurice Duverger (1970) propôs uma teoria geral que desafiou visões pessimistas sobre a inevitável oligarquização dos partidos, inovando na ciência política. O partido político é, para Duverger (1970), a instituição que organiza a opinião pública na democracia, e a gênese dos partidos deve ser compreendida a partir de fatores como seus locais de origem e de sua ideologia. A origem do partido externo ou interno ao parlamento dá início às tipologias e

em virtude disso o autor considera que:

Mais uma vez, deve-se constatar a influência da gênese de um partido sobre a sua estrutura definitiva. No caso do comunismo, é verdade que a manutenção da organização clandestina se justifica também pela possibilidade de retornar rapidamente a estrutura de um agrupamento secreto se as perseguições governamentais obrigassem a fazê-lo (Duverger, 1970, p. 30).

O que Duverger (1970) propõe, por meio de métodos e técnicas científicas, é distanciar a elite dirigente de um pressuposto oligárquico, para uma versão mais democrática. Nesse caso, a “solução duvergeriana”, como aponta Peres (2012), demonstra que mesmo com a tendência à oligarquização, os partidos de massa contribuem para a democracia, porquanto neles reside a possibilidade da classe popular se tornar a classe dirigente.

Posterior a tipologia duvergeriana, em sua formulação referente às tipologias partidária, Otto Kirchheimer (2012) visualizou as mudanças na democracia no oeste europeu, para formular as características dos partidos que ele denominou como “partidos *catch-all*”. Destarte, ele identificou a perda da valorização do conteúdo ideológico dos partidos, o fortalecimento da liderança em razão da eficiência, a redução da importância da base e a desassociação do partido com uma classe específica como as principais mudanças nos partidos europeus (Rebello, 2014). Esse entendimento demarca a alteração dos partidos em sua principal função, que seria a de canal entre o Estado e a sociedade, além da incapacidade das agremiações em promover a integração política das massas. Em suma, é possível compreender que o sucesso do partido, em Kirchheimer (2012), é avaliado a partir da sua capacidade de integrar as massas tanto na sociedade industrial quanto na política, ele aponta que essa transformação é oriunda do enfraquecimento das fronteiras que delimitavam as classes devido a criação do Estado de Bem-estar Social, por isso o partido se torna irrelevante como um canal de ligação entre a sociedade e o Estado.

Por conseguinte, a preocupação com os partidos no ponto de vista organizacional é retomada por Panebianco (2005). Segundo o cientista político, há uma resistência em analisar os partidos enquanto organizações, por conta da dificuldade de objetividade e dos preconceitos que afetam esse tipo de estudo. Sabendo disso, deve-se notar que, diferentemente das demais abordagens que visualizam a elite dirigente como um grupo que toma as decisões isoladamente, Panebianco (2005) define essa parcela do partido como “coalizão dominante”, visto que os líderes não podem tomar as decisões de maneira deliberada, eles buscam ocupar o centro das negociações. Na percepção do autor, a questão do poder não fica concentrada na lógica interna dos partidos, podendo ir além do nacional ao se relacionar com os líderes

locais.

A coalizão dominante do partido é definida a partir dos recursos que os atores possuem para afetar as “zonas de incerteza”, ou seja, na influência que os líderes têm em torno das atividades primordiais para o partido: “[...] a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento e o recrutamento” (Lima; Pereira, 2020, p. 83). Portanto, a inovação de Panebianco (2005) se encontra no reconhecimento do caráter relacional do poder nas organizações partidárias. Seu conceito de partido é atravessada pela adaptação ao ambiente e possui um caráter evolutivo. E, sem a pretensão de estabelecer uma lei dos partidos, são visualizadas algumas tendências dessas organizações. O autor, nesse sentido, percebe que estas instituições estão em um processo evolutivo, no qual o ponto de partida condiz com um sistema de solidariedade, cooperativo e de intensa participação.

Para além do modo de estudar os partidos, isto é, livres de preconceitos e pré-noções, Panebianco (2005) focaliza na dinâmica interna, enfatizando que a gênese pode explicar o funcionamento das organizações partidárias. Ele declara que “toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político- administrativas de seus fundadores, as decisões que “modelaram” a organização” (Panebianco, 2005, p. 92). Esse modelo originário pode ser caracterizado a partir de três atributos: o modo que a organização foi ampliada, a influência de uma organização externa e a característica do líder. Consequentemente, a institucionalização dos partidos obedeceria ao formato do modelo originário, e essa institucionalização pode ser analisada a partir de cinco indicadores: grau de organização extraparlamentar central, homogeneidade, modelo de financiamento, relação com outras organizações e coerência entre as normas estatutárias e a dinâmica real (Panebianco, 2005).

Após o processo de institucionalização, os partidos se tornam mais burocratizados e profissionais, o que tem como consequência a formação de um sistema de interesse forjado na divergência entre os membros e na competição. O partido profissional eleitoral demarca a fase mais madura da agremiação que objetiva a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses, possui uma ideologia oculta, a liberdade é restrita, e há uma constante profissionalização, a estratégia principal é a adaptação ao meio (Panebianco, 2005). A tipologia *partido profissional eleitoral* é considerada uma atualização do modelo *catch all*, o que os diferenciam é “[...] a progressiva profissionalização das agremiações causada pelo aumento da influência dos especialistas dotados de conhecimentos técnicos” (Amaral, 2013, p. 16).

A partir dos anos 90, com as críticas de Katz e Mair (1997) à literatura dos partidos

políticos, foi possível compreender que as tipologias focalizavam na relação entre partido e sociedade e vislumbravam o partido de massa, o que ensejava a constatação de declínio dos partidos. Segundo Nicolau (2016), a raridade da obra de Mair está em sua metodologia, nos dados coletados, pesquisa empírica densa e na habilidade em analisar as mudanças na estrutura da política moderna. A sua principal contribuição juntamente com Katz foi a criação do tipo ideal *partido cartel*, que explicita as mudanças na sociedade europeia e os seus efeitos na alteração na função dos partidos. Em comparação com as demais tipologias, que encontram o atavismo na queda da relação entre membros e filiados, Katz e Mair (1997) reconhecem que esse comportamento é uma resposta às transformações da própria democracia. Nesse novo contexto, os partidos se distanciam dos membros e da opinião pública para depender cada vez mais do Estado e dos seus subsídios. Assim, a tese sobre a crise dos partidos em Mair (2003) é refutada, para ele se os partidos enquanto organizações representativas da sociedade estão em declínio, eles mesmos de forma isolada não estão, porquanto ainda são fundamentais para o processo democrático.

O *partido cartel*, em detrimento dos partidos de massa e *catch all*, é consequência da redução do número de filiados e da participação eleitoral. “Os partidos e as suas atividades convencionais já não conseguem mobilizar os cidadãos como anteriormente nem gozam de uma presença significativa no seio da sociedade em geral” (Mair, 2003, p. 280). Em decorrência disso, as transformações levaram os partidos a se aproximarem do Estado, visto que aspectos fundamentais para o seu financiamento como meios de comunicação, regulamentação e financiamento são oriundos do Estado.

O *partido cartel* desde a versão original continha algumas diferenças em relação às anteriores. Segundo (Mair; Katz, 1997), os erros das tipologias eram apostar em um modelo de partido que tinha como referência a democracia de massa. Entretanto, mesmo com as inovações, o modelo foi alvo de críticas. Por conta disso, em reação ao argumento de Ruud Koole (1996, apud Mair; Katz, 1996), Katz e Mair (1996) revisaram a tipologia ressaltando os erros e acertos das inferências de Koole (1996, apud Mair; Katz, 1996), as principais críticas refutadas foram a confusão entre as características internas e externas do partido cartel, a ausência de especificação dos limites entre Estado, partido e sociedade, e o insucesso da tipologia. Em concordância com Koole (1996, apud Mair; Katz, 1996), as principais objeções indicam a necessidade em revisar a tipologia no que tange a busca de dados empíricos que comprovem a tese dos autores, em sua aplicabilidade para compreender novos partidos e na ampliação do escopo para observar outras democracias.

Durante o séc. XIX devido a sua relação com a sociedade, os partidos políticos foram

considerados o principal instrumento de representação democrática. Contudo, apesar da queda de regimes autoritários e da consolidação das democracias no final do séc. XX, o fortalecimento dessas instituições representativas não aconteceu, ao contrário. De acordo com Luis Felipe Miguel (2003), a crise de representação é baseada em três principais fatores: redução da participação da população nas eleições, desconfiança nas instituições e o esgotamento dos partidos políticos. Nesse contexto, a redução da adesão a essas instituições políticas é pautada no declínio da sua função enquanto mediador entre o eleitorado e o candidato.

Em consonância com a tese da crise da função representativa dos partidos, Urbinati (2013) ressalta que as transformações das funções partidárias são reflexos das modificações na democracia para um sentido mais público, isto é, a democracia representativa estaria dando lugar uma nova versão de plebiscitarismo pautado no personalismo. Por conseguinte, a decadência dos partidos políticos enquanto instituição representativa é decorrente:

[...] de uma forma democrática de ser do partido político; um declínio que se manifesta com a restrição até o desaparecimento de sua estrutura organizativa periférica ou territorial, sinal tangível de uma transformação de função, uma vez que a organização (partido pesado) é adequada para um partido que deve buscar uma relação muito estreita e continuada (não apenas no momento das eleições) com os cidadãos, para mobilizá-los ou torná-los partícipes (em favor de um partido) por meio de narrativas ideológicas que criam identidades de pertencimento ou de inspiração ideal e servem de instrumentos interpretativos e críticos; o partido como estrutura articulada da base ao topo e vice-versa, que regula a designação coletiva e por consenso dos líderes locais e nacionais, que constitui um ator coletivo público (Urbinati, 2013, p. 86, grifos da autora).

A tese desenvolvida antes da denominada “crise de representação” destacou os partidos como mobilizadores dos cidadãos e instituições que organizam interesses, além de ter a finalidade de formular políticas públicas, renovar e recrutar líderes políticos. Já no contexto pós-democracia de massa, onde a principal característica é a redução da relação entre partido e a sociedade civil, eles são compreendidos como a principal engrenagem da democracia, ou seja, a atribuição procedimental dos partidos se tornou cada vez mais expressiva. Sobre isso, Mair (2003) constata que a aproximação entre os partidos e o Estado, para além da relação de sobrevivência, ocorre por serem os partidos os responsáveis por selecionar líderes e funcionários para cargos públicos, organizar o Parlamento, o governo e estruturar a competição eleitoral, de modo que a renovação das incumbências das agremiações resultou no fortalecimento de seu papel mais governativo. Mesmo com as transformações nas funções partidárias, ainda há muito o que ser desvendado nessa agenda de estudo, visto que as

formulações mais clássicas, ancoradas no contexto europeu, não respondem às indagações situadas no atual ambiente democrático.

1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Tendo em vista a insuficiência da aplicabilidade da tradição que envolve as tipologias partidárias, os estudos sobre partidos políticos revelam a necessidade de pesquisa e investigação empírica, a ambição mais recente não é a formulação de tipos ideais, mas sim, a busca por variáveis que possam ser mensuradas e comparadas. Nessa perspectiva, Borz e Janda (2020) apresentam os novos rumos dos estudos sobre organização partidária e democracia intrapartidária, destacando que a atualidade da abordagem encontra respaldo com as influências da teoria das organizações, eles apostam que as variáveis já destacadas pela tradição das tipologias (centralização de poder, estrutura partidária, articulação com os membros) ganham novas dimensões, sendo elas: “degree of organization (complexity of structural differentiation) and centralization of power (location and distribution of authority)[...]” (Borz; Janda, 2020, p. 4).

Sob essa óptica, a proposta da dissertação é somar as proposições já mencionadas nos estudos clássicos das tipologias partidárias, tendo como foco, primordialmente, as contribuições de Panebianco (2005) no que tange o modelo originário e questões organizacionais dos partidos políticos, com a investigação empírica a respeito das características originárias do Partido União Brasil e da sua estrutura organizacional.

De acordo com Alcántara Saez e Freidenberg (2001), o partido como organização é um tema clássico das tipologias partidárias. Porém, examinar o modo de funcionamento interno se apresenta, na ciência política, como um desafio, em virtude da insuficiência de trabalhos teóricos e empíricos que explicitem ferramentas analíticas válidas para estudar as organizações partidárias. Nesse sentido, os autores salientam que

La ausencia de investigación empírica-descriptiva ha entorpecido el desarrollo de estas líneas de trabajo, toda vez que aún cuando se tuviera mucho que decir, la ausencia de datos concretos, impedía la realización de presunciones certeras sobre los partidos latino-americanos [...] (Saez; Freidenberg, 2001, p. 3).

Os partidos políticos e o sistema partidário são temas fundamentais para entender a democracia, principalmente no Brasil, que viveu períodos de fragilidade e atualmente possui um sistema partidário altamente fragmentado. De acordo com Braga (2013), o início da

agenda de estudos sobre partido e sistema partidário apresentam reflexões sobre a questão institucional do país a partir da Constituição de 1946, o artificialismo partidário, o populismo, as funções legislativas no sistema partidário, a compreensão de partidos como *policy-makers*, recrutamento e ideologia partidária. Já os estudos que focam na perspectiva organizacional, tiveram como objetos principais os partidos anteriores a 1946, depois, e retornando o foco na questão organizacional após 1970 (Braga, 2013).

A partir dos anos 2000, a produção científica continuou avançando na ampliação das temáticas e desenvolvimentos de metodologias, nesse contexto, houve a expansão da percepção organizacional dos partidos, com foco no escrutínio da estrutura organizacional em partidos específicos, sendo eles: PT, PSDB, PMDB, PFL (DEM) (Braga, 2013). Por conseguinte, é perceptível a permanência e a relevância dos estudos sobre partidos no Brasil à luz de uma teoria que foca na estrutura organizacional, e, em certo ponto, no processo decisório interno.

Apesar da vasta produção e crescimento nos estudos referentes aos partidos políticos, Amaral (2013) destaca que ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente no que diz respeito à forma que os partidos estão surgindo no atual cenário brasileiro, como eles decidem e administram as finanças, ainda ressalta que não há uma base de dados empíricos sobre as principais agremiações do país. De maneira geral, ainda é pertinente

[...] compreender como essas organizações se estruturam e como se desenvolveram ao longo do tempo. Como as decisões são tomadas no interior dos partidos? Como agem as lideranças partidárias? Quais são as relações entre os partidos e seus membros? Quais são os elementos que provocam transformações no desenho organizacional dos partidos políticos? (Amaral, 2013, p. 12).

Em harmonia com Braga (2013) e Amaral (2013), Ribeiro (2013) aponta que na Ciência Política, os estudos acerca das organizações partidárias ainda ocupam uma posição marginal, sendo traduzida em estudos eminentemente eleitorais, de modo que, consequentemente, os diagnósticos recorrentes resultam na debilidade dos partidos, pouca capacidade organizativa e desinteresse em construir uma base sólida de filiados carecem de base empírica, métodos e técnicas de análise. Segundo o autor, o resultado disso é o déficit em questões cruciais, como: filiados, estrutura organizacional, financiamento e configuração do processo decisório interno. Ribeiro (2013) justifica ainda que essa debilidade empírica se reflete na dificuldade em encontrar dados confiáveis, questão que pode ser parcialmente superada graças à extensão no acesso à informação, que permite que instituições como o Tribunal Superior Eleitoral armazena dados fundamentais sobre os partidos políticos.

As formulações propostas pelos teóricos das tipologias são ancoradas em um prisma de *life-cycle theory* de cunho evolutivo e universal. Bolognesi (2020) salienta que a literatura sobre organização partidária possui três abordagens que se diferenciam a partir da negação da universalidade, por um movimento de especialização metodológica da própria Ciência Política e por uma finalidade de comparação das análises. Nesse sentido, em divergência com *life-cycle theory*, as abordagens adotadas nos anos 80 propõem crítica ao critério de universalidade, uma visão que foca nas mudanças incrementais na democracia e nos partidos, um desenho de pesquisa que prioriza evidências empíricas, comparação de dados e um exame de médio alcance.

Como resultado, por conta dessas modificações houve uma oxigenação nos estudos sobre os partidos políticos, principalmente no que se refere a sua dinâmica interna e democracia intrapartidária, o avanço das técnicas possibilitou o foco em questões que envolvem distribuição de poder, recrutamento e seleção dos candidatos, gastos dos partidos, formação e manutenção das lideranças (Bolognesi, 2020). Nessa lógica, temas como processo informal de seleção de candidatos, estratégias de lideranças partidária (Vilarouca, Freire e Guedon, 2022), aspectos organizacionais, coesão e a disciplina partidária (Ribeiro, Locatelli e Assis (2022), funcionamento intrapartidário e o controle sobre o acesso aos recursos (Braga, Costa e Fernandes, 2018) indicam variáveis para compreender a problemática da organização partidária e democracia interna tendo como objeto empírico os partidos políticos brasileiros. Assim como nos trabalhos citados, esta dissertação reconhece a necessidade dos estudos referentes à organização partidária à luz de uma pesquisa empírica sobre o partido União Brasil.

Originado a partir da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL), o União Brasil, sob a liderança de Luciano Bivar, adquire aprovação no Tribunal Superior Eleitoral no dia 08 de fevereiro de 2022. Contudo, apesar do pouco tempo de fundação, os componentes dos partidos não são inéditos na cena política brasileira, tanto o DEM, antigo Partido Frente Liberal (PFL), quanto o PSL, que teve um salto nas eleições de 2018, são atuantes desde os anos 80 e 90.

Segundo Tarouco (1999), o ambiente político de transição para a democracia foi essencial para a criação do PFL, visto que ele foi resultado de dissidentes do Partido Democrático Social (PDS) e de políticos relacionados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Além disso, a autora destaca que o partido foi fundamental para a organização do governo da Nova República, representado pela tensão entre os apoiados de Tancredo Neves e de Maluf no interior do PDS, e para a renovação e permanência de políticos que não se

opuseram à Ditadura Militar, mas que ambicionava o contexto político futuro, ou seja, as condições do ambiente externo e as pré-condições internas do PDS impactaram a criação do PFL, possibilitando ao mesmo um “desembarque perfeito” na nova democracia (Ribeiro, 2014). Entretanto, como o sucesso da sua origem não determina a competição política, após a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, o PFL entra em declínio e em um processo de refundação, adquirindo em 2007 a legenda de Democratas (DEM). De acordo com Ribeiro (2014), a principal motivação para a refundação foi a necessidade de desvincular o partido da Ditadura Militar e reforçar o compromisso com a democracia, para isso, as estratégias suplantadas por Jorge Bornhausen foram a troca de nome associada a uma nova identidade para o eleitor, e uma renovação geracional com a entrada de jovens políticos sem vinculação com o passado autoritário. De maneira geral, é possível notar as diversas tentativas de renovação dos agentes políticos vinculados à União Brasil.

Diferentemente do DEM, o Partido Social Liberal possuiu a mesma nomenclatura desde o momento da sua fundação em 1994, em 1998 elegeu o seu primeiro deputado federal. A atuação do partido se concentrou nas prefeituras, nas câmaras municipais, com uma média de 10 deputados estaduais e 1 deputado federal nas 5 eleições antes de 2018. O destino do PSL começou a mudar em 2015 com a crise política e associação do partido com políticos e movimentos ancorados no antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais (Neto, 2012). Em 2018, Jair Bolsonaro se filiou ao partido para concorrer à presidência da república e como resultado o PSL consegue o cargo no Executivo Federal, juntamente com 3 governadores, 53 deputados federais, 74 deputados estaduais e 4 senadores. Como consequência, após as eleições de 2018 o PSL se tornou a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, conseqüentemente, após a sua fusão com o Democratas, o resultado desses dois partidos originou o maior partido do Brasil. Nesse contexto, o União Brasil nasce na conjuntura política atual brasileira como o maior partido do Congresso, o que por si só justifica a relevância desse estudo.

1.2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Segundo Macedo (2020), as tipologias clássicas são insuficientes para compreender a realidade dos partidos brasileiros, devido a sua formulação no contexto europeu com democracia e sistemas partidários consolidados e por terem sido desenvolvidos no final do séc. XIX e começo do séc. XX. Por sua vez, os autores clássicos não possuem parâmetros coincidentes de classificação. Conseqüentemente, ela destaca:

Caso o que estudamos seja claramente afetado por fatores situados em contextos institucionais e sistemas políticos específicos, estudos comparados com parâmetros teóricos “inapropriados” prejudicam conclusões coerentes sobre dada realidade. Reconhecer a relevância dessa especificidade é necessário para situar propriamente o pesquisador no terreno onde se encontra (Macedo, 2020, p. 3).

Essa avaliação alude a uma necessidade de estabelecer, primeiramente, uma revisão teórica e desenvolver critérios mais simples de classificação. Por consequência, a alternativa da autora é ter como parâmetro tipológico três questões básicas: Por que os partidos são criados? Quem os criou? Qual o papel dos partidos políticos?

Assim como a presente dissertação, Macedo (2020) incorpora o surgimento como fundamental para entender a modalidade do partido. Antes disso, a autora descreve como cada teoria clássica aborda as questões, identificando que os teóricos ajustam e alteram o foco da investigação em cada resposta. Por exemplo, no estudo de Duverger (1970), ao responder "por que os partidos são criados?", o autor reformula a questão para examinar as transformações que ocorreram na democracia e explicam o surgimento dos partidos de massa.

Para Lipset e Rokkan (2001, p. 236, apud Macedo, 2020) as agremiações partidárias são originadas das clivagens sociais, isto é, os conflitos e disputas no campo social se materializam em partidos políticos, são “divisões sociais mobilizadas”. Nesse sentido, na interpretação dos autores, as organizações partidárias “elaboram uma retórica para a tradução dos contrastes da estrutura social e cultural em exigências e pressões para a ação ou não ação” (Lipset e Rokkan, 2001, p. 236, apud Macedo, 2020, p. 8).

A partir da escolha racional, Aldrich (2011, apud Macedo, 2020) identifica que os partidos são criados primordialmente para resolver um problema de ação coletiva, uma vez que a atividade parlamentar necessita de uma atuação coesa e coerente. Assim, é menos custoso atuar através de partidos políticos do que de modo individual na arena parlamentar e eleitoral. Semelhantemente a essa abordagem, porém incorporando a expansão do sufrágio e o aumento de poderes legislativos no gabinete, Cox (1987, apud Macedo, 2020) interpreta que as agremiações foram desenvolvidas “pela elite política como meios facilitadores de acesso ao governo, ao mesmo tempo, passam a ser percebidos pelo eleitorado como canal mais eficiente de representação de suas demandas ao executivo” (Macedo, 2020, p. 11). Nessa mesma perspectiva, motivados por intenções egoístas e de maximização, Downs (1999, apud Macedo, 2020) vê os partidos como um meio para que os políticos vençam as eleições e execute as suas vontades individuais. Portanto, ao realizar a revisão sobre as teorias clássicas

sobre os partidos políticos, Macedo (2020) concluiu que nem as clivagens sociais, nem a expansão do sufrágio, muito menos unicamente a competição ou as pretensões individuais, ajudam a explicar o surgimento de novos partidos. Essa constatação se agrava quando o contexto de surgimento dessas novas agremiações ganha variáveis como instabilidade democrática, passado autoritário, multipartidarismo e fragmentação, que é o caso do Brasil. As alterações na função do próprio partido em detrimento também das mudanças sociais, afetou a modalidade de surgimento das novas agremiações, impactando as insuficiências das justificativas clássicas para a questão da origem (Macedo, 2020). O que faz novos partidos surgirem? O que são considerados novos partidos? Sob esse ponto de vista, este trabalho também se situa nesse campo, porém incorpora além da origem o elemento de fusão partidária.

Na Ciência Política não há consenso sobre o que é considerado “novo partido”. De acordo com Barreto (2018), a literatura internacional considera como novo partido: agremiação que apresenta candidatos pela primeira vez, ou seja, tanto a criação institucional, quanto a participação em eleições (Hug, 2000 apud Barreto, 2018); partidos que apresentaram novos candidatos na câmara baixa, sem necessariamente ser a primeira participação eleitoral (Mustillo, 2009 apud Barreto, 2018) qualquer partido político que foi inserido recentemente no sistema político (Harmel, 1985 apud Barreto, 2018); em Ait-Aoudia (2016 apud Barreto, 2018) o critério de novidade não está atrelado unicamente ao tempo de inserção no sistema político, mas também, a identidade política que estava ausente no debate. Outra chave analítica para identificar um partido como novo é a sua aproximação em graus do que é considerado novidade e modalidade de novo partido. Assim, Barnea e Rahat (2010 apud Barreto, 2018) consideram que pode ser classificado como novo as organizações partidárias que tiverem ideologia, nome e base eleitoral diferentes, aspectos organizacionais também inéditos como registro legal e novos filiados/militantes, além de novos representantes e políticas públicas também diferentes.

A literatura internacional sobre a origem dos partidos políticos geralmente se baseia nas democracias da Europa Ocidental, focando em teorias sociais e pensamentos amplos. No entanto, ao analisar os novos partidos do leste europeu, as explicações mudam para estratégias de liderança, regras institucionais permissivas, apoio do eleitorado e crises socioeconômicas (Sikk, 2011; Tavits, 2008).

No caso brasileiro, de acordo com Rocha (2021), o advento de novas organizações partidárias é devido, sobretudo, a atitude da elite política na aplicação das estratégias eleitorais e partidárias em um contexto multipartidário de constante necessidade de

articulação entre as demais lideranças e o governo federal. O que Rocha (2021) observou, a partir da investigação dos partidos brasileiros que emergiram entre 1982 e 2018, foi uma origem interna ao parlamento com um sistema de cooptação que privilegia políticos com uma vasta carreira política. O sucesso das novas agremiações depende justamente da sua capacidade organizacional, desde a gênese, em incorporar lideranças consolidadas.

No que se refere à consideração de que partidos originados por fusão ou cisão também representam novidade, não há um consenso. Barreto (2018) mobilizando os referenciais teóricos de Sikk (2005 apud Barreto, 2018), Bolin (2014 apud Barreto, 2018), Marinova (2015 apud Barreto, 2018) e Barnea e Rahat (2010 apud Barreto, 2018) encontra que estes não consideram fusão e cisão como inédito, visto que muitos representam a herança da agremiação anterior ou é apenas uma reorganização.

Entretanto, Rocha (2021) em um estudo a respeito das novas agremiações brasileiras, inclui em seu estudo os partidos originados por fusão, porquanto

Biezen, Rashkova (2014), consideram essa perspectiva significativa, uma vez que o surgimento de novos partidos em geral contaria com conflitos sobre decisões estratégicas das elites, envolvendo ausência de coordenação e conflitos eleitorais, que, dificilmente, conseguem se manter dentro dos partidos (Rocha, 2011, p. 16).

Nesse sentido, observar o fenômeno da fusão partidária permite compreender novas justificativas e contexto de surgimento de novos partidos, distanciando das respostas clássicas sobre a origem das agremiações. Krause et al. (2016) aponta, no contexto atual, para diferentes perspectivas de surgimento dessas novas agremiações, destacando em sua justificativa teórica que as explicações vão desde aspectos contextuais referentes a crise de legitimidade, crise de integração e crise de participação (LaPalombara e Weiner, 1966 apud Krause et. al. 2016) a iniciativa das lideranças políticas (Sikk, 2012; Hug, 2000; Tavits, 2008 apud Krause et. al. 2016) e incentivos institucionais (Harmel e Robertson, 1985; Willey, 1998; Bolin, 2007 apud Krause, 2016).

Em democracias contemporâneas, a formação de legendas não é necessariamente impulsionada por atores sociais que almejam, por meio da participação, a integração no sistema político. Elas muitas vezes cristalizam um movimento alternativo de adaptação a contextos de aguda competição política, representando grupos sociais já atuantes no sistema político, mas que buscam sua sobrevivência objetivando redimensionar e ampliar suas conexões com o mercado eleitoral. [...] Novos partidos são inaugurados simplesmente por óticas de estratégias advindas de fatores conjunturais, orientados pela ordem do mercado político, absorvidos por clientelas altamente voláteis e diversificadas (Krause et. al., 2016, 82-83).

Tendo como objeto de pesquisa o partido União Brasil, a pesquisa, de caráter exploratório, consiste na inspeção a respeito da origem e da estrutura organizacional do partido. De acordo com Raupp e Beuren (2006), caracteriza-se como pesquisa exploratória quando o objeto a ser estudado possui pouco conhecimento produzido, conseqüentemente, há a dificuldade na elaboração de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Nesse sentido, a presente dissertação não prioriza a exposição de hipótese, mas explana argumentação e suposições sobre o tema examinado.

A discussão sobre os novos partidos nas democracias contemporâneas aponta para muitas possibilidades explicativas, como já foi citado anteriormente, conseqüentemente, examinar a origem da União Brasil é um desafio. Nesse sentido, a proposta inicial consiste na apuração do que se entende por modelo genético, porém o caso da criação do União Brasil é de uma modalidade pouco explorada na literatura sobre partido político, que é a fusão partidária. Por esse motivo, o objetivo inicial é a formação de um modelo de análise teórico-metodológico para estudar os casos de fusão partidária, incorporando o surgimento dessa agremiação, ou modelo genético, a partir de variáveis institucionais, políticas e organizacionais, sem perder de vista os fatores contextuais que estão inseridas nessas três esferas. A aplicação desse modelo de análise implicará na exposição sobre as possíveis causas da criação do partido.

Considerando que a pesquisa se concentra na ótica organizacional, é fundamental não apenas analisar os motivos da fusão, mas também inferir os impactos desse modelo genético no funcionamento interno do partido. Isso deve ser feito levando em consideração a proposição de Panebianco (2005), que afirma que os partidos políticos mantêm suas características originais ao longo de todos os seus processos de amadurecimento.

1.3 OBJETIVO GERAL

Tendo em vista a compreensão da literatura sobre partidos políticos e a importância dos estudos sobre organização partidária, esta dissertação tem como objetivo central analisar quais os fatores explicam a origem do UNIÃO e como se configura a sua estrutura organizacional.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver uma alternativa teórico-metodológico para a análise das fusões partidárias;
- b) Analisar as variáveis institucionais de origem do União Brasil;
- c) Analisar as variáveis políticas de origem do União Brasil
- d) Investigar a estrutura organizacional do partido bem como examinar a conformação da coalizão dominante em âmbito nacional e nos órgãos estaduais da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

A partir da compreensão da literatura sobre partidos políticos e dos objetivos proposto para este trabalho, a pergunta de pesquisa consiste em: Quais os fatores explicam o surgimento do União Brasil e como se configura a sua estrutura organizacional?

A fim de examinar a estrutura organizacional do partido União Brasil, a proposta é utilizar como método o estudo de caso. Entende-se por estudo de caso o exame de fenômenos de forma intensiva e aprofundada para responder perguntas de tipo “qual” ou “como”, podendo ser apenas um caso ou de múltiplos, que utiliza uma ampla gama de evidências (Sátyro; D’Albuquerque, 2020). De acordo com Rezende (2011), apesar das considerações negativas a respeito do estudo de caso e a sua classificação como uma metodologia de “segunda categoria”, essa abordagem metodológica permite o exame em profundidade da finalidade da pesquisa, somado a uma diversidade de fontes, dados, métodos e técnicas de análise.

1.5.1 Procedimentos metodológicos e etapas de pesquisa

Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica para construção da alternativa teórico-metodológica

Essa etapa consiste na pesquisa acerca da origem partidária nos estudos clássicos sobre partido político. Nesse sentido, nessa fase ocorrerá a leitura e interpretação de dois textos excepcionais para o estudo sobre partido, sendo eles: *Os Partidos Políticos* (Duverger, 1970) e *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos* (Panebianco, 2005). Primordialmente, a questão é examinar como a variável origem foi apresentada nessas duas obras, posteriormente, selecionar os critérios de apuração fim de construir uma alternativa

teórico-metodológico para o caso analisado, isto é, a fusão partidária. Entretanto, desde já destacando o médio alcance dos dois referenciais para o exame em questão, essa etapa também esboça duas formulações teóricas alternativas para a fusão partidária, a de Godbout e Bélanger (2005) baseada em uma compreensão da economia política, e a Coffé e Torenvlied (2008) utilizando suporte teórico sobre adaptação e mudança nos partidos políticos e uma abordagem contextual.

Etapa 2 – A origem do partido União Brasil, as variáveis institucionais

Uma vez já destacado as principais variáveis para a avaliação dos casos de origem do partido via fusão, essa etapa tem por finalidade a análise documental das leis que norteiam a criação e funcionamento dos partidos políticos no Brasil, além das eleições. A função da Etapa 2 é de evidenciar como o desenho das leis, ou melhor, as regras impactam o comportamento e as novas estratégias empregadas pelos partidos políticos. Para esse propósito, as fontes utilizadas serão: Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017, Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017 e EC nº 97/2017. Ademais, a fim de reforçar o argumento a respeito da influência das variáveis institucionais, a etapa 2 também apresenta dados secundários sobre Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha disponíveis no site do TSE, analisados a partir de estatística descritiva.

Etapa 3 - Modelo genético e as variáveis políticas

A etapa consiste na exposição das variáveis políticas que impactaram a origem do partido. Sendo assim, ela está dividida em:

- a) Perfil ideológico: O perfil ideológico e programático do partido através da análise de conteúdo do Manifesto do DEM, do PSL e do União Brasil.
- b) Comportamento legislativo: O comportamento legislativo dos dois partidos durante 2019 e 2020, o propósito é examinar até que ponto os dois partidos atuavam no mesmo campo político. Tendo como fonte a Orientações da bancada do PSL e do DEM nos anos de 2019 e 2020 disponíveis no site dos Dados Abertos da Câmara de Deputados.
- c) Resultados eleitorais: Analisar o percurso dos dois partidos, tendo em vista os resultados eleitorais. Para isso, por meio da estatística descritivas será analisado dados secundários do TSE sobre resultados eleitorais, no que tange o número de deputados federais e estaduais

eleitos, número de votos.

- d) O processo de fusão: Análise de dados secundários e descrição do processo de criação do União Brasil, tendo como principal fonte notícias veiculadas na mídia em 2021 sobre o DEM e o PSL e o processo de fusão partidária. Análise de Conteúdo dos discursos de Luciano Bivar, Ronaldo Caiado e ACM Neto na Convenção de oficialização do União Brasil em 2021, que estão disponíveis e transcritos no Canal do Youtube do partido.

A Análise de Conteúdo (AC é uma “técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos [...] buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17), que, segundo Bardin (1977), permite a “desocultação” da mensagem a partir de um conjunto de instrumentos metodológicos em aperfeiçoamento, colaborando para entender o significado das mensagens, cuja função pode ser de cunho heurístico e, também, para comprovar argumentos. Se tratando do debate qualitativo e quantitativo, a AC é identificada como um modelo híbrido de análise de texto (Bauer, 2002) que incorpora tanto aspectos estatísticos, quanto qualitativos.

Etapa 4 - Estrutura Organizacional

No que se refere à concretização da Etapa 4, a principal intenção é imergir nas principais variáveis organizacionais para analisar o caso do partido União Brasil, levando em consideração os dois partidos que o geraram. Nesse sentido, a proposta é analisar a estrutura organizacional em quatro estágios.

- a) Estrutura organizacional legal: O primeiro é a análise documental do Estatuto do União Brasil, buscando compreender os principais artigos que regulam o seu funcionamento interno, como: critérios para formação da liderança, dos diretórios e de demais órgãos do partido.
- b) Composição da liderança: para essa sub-etapa fica reservado à análise da composição da executiva nacional, e dos diretórios estaduais de quatro estados, sendo eles: São Paulo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O foco são os documentos disponíveis no site do TSE referente a composição da executiva nacional, e dos diretórios estaduais constando o tipo de órgão, provisório ou permanente, e o nome de cada liderança.

Os estados selecionados correspondem a maior relevância que o DEM e o PSL tinham nessas localidades, primeiro a origem da liderança nacional, nesse caso foram escolhidos Bahia, que é o reduto eleitoral de ACM Neto, principal representante do DEM no União, e Pernambuco que é o estado de origem de Luciano Bivar e Antonio Rueda, representando o PSL. No que se

refere a magnitude do partido em número de representantes eleitos em cada unidade federativa, foi observado que no estado de São Paulo o PSL, nas últimas eleições, obteve 69 prefeituras, foi o partido com maior número de deputados estaduais e federais eleitos em 2018. Já no caso de Minas Gerais, o estado foi selecionado devido a quantidade de prefeituras que o DEM alcançou em 2020, correspondendo a 84 cargos no executivo municipal.

- c) Filiação Partidária: Já o segundo tópico analisado é o número de filiado da agremiação, partindo de uma análise comparativa com número de filiado do DEM e do PSL. Os dados sobre filiação estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral, e serão analisados a partir da estatística descritiva.
- d) Lançamento de candidaturas e eleitos: Observar os dados secundários referentes a composição da lista para deputados estaduais e federais. Para mais, a partir dos resultados a segunda proposta é de comparação com a eleição anterior, isto é, a de 2018 quando os partidos ainda não haviam aderido à fusão.

Quadro 1 – Etapas e procedimentos metodológicos da pesquisa

Etapa	Dimensão	Fonte	Técnica de análise
Etapa 1 - Construção da alternativa teórica metodológico para a análise das fusões	Teórica	Os Partidos Políticos (1970)	Pesquisa teórica
		Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos (2005)	Pesquisa Teórica
		<i>Explanatory Factors for the Merger of Political Parties</i> (2008)	Pesquisa Teórica
		<i>A Theory of Party Mergers</i> (2005)	Pesquisa Teórica
Etapa 2 - O modelo genético	Variáveis Institucionais	Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995	Análise documental
		Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017	Análise documental
		Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017	Análise Documental
		Dados Secundários sobre Fundo Partidário e Eleitoral disponíveis no site do TSE	Estatística descritiva
		EC nº 97/2017	Análise Documental
Etapa 3 - O modelo genético	Variáveis Políticas	Dados secundário do TSE sobre resultados eleitorais	Estatística descritiva
		Trabalhos acadêmicos produzidos sobre classificação ideológica do DEM (PFL) e PSL	Revisão de Literatura
		Notícias sobre a Fusão	Análise de notícias
		Manifesto do DEM	Análise de Conteúdo

		Manifesto do PSL	Análise de Conteúdo
		Manifesto do UNIÃO	Análise de Conteúdo
		Discursos na Convenção de oficialização do União Brasil em 2021	Análise de Conteúdo
		Orientações da bancada do PSL e do DEM nos anos de 2019 e 2020 disponíveis no site dos Dados Abertos	Estatística Descritiva
Etapa 4 - Estrutura Organizacional	Variáveis organizacionais	Estatuto do UNIÃO	Análise Documental
		Dados secundário do TSE sobre nº de filiados	Estatística Descritiva
		Dados secundários do TSE sobre número e composição dos diretórios	Estatística Descritiva
		Dados secundários do TSE sobre lançamento de candidaturas.	Estatística Descritiva

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista os principais elementos da pesquisa delineada, a presente dissertação contará com mais seis capítulos, além desta introdução. No Capítulo 2 intitulado “Teorias sobre os partidos políticos: origem por fusão partidária” a finalidade é apresentar o quadro teórico da pesquisa, destacando as contribuições de Duverger (1970) e Panebianco (2005) nos estudos sobre os partidos políticos, além de enfatizar a relevância da variável origem/gênese partidária para compreender o comportamento das agremiações. Panebianco (2005) é utilizado como teoria fundamental tanto para a questão do modelo originário, quanto acerca da coalizão dominante. Contudo, uma vez que os clássicos são encarados apenas como ponto de partida, esse capítulo também traz autores que tiveram como propósito primordial o entendimento a respeito do fenômeno da fusão partidária. Por fim, o capítulo se encerra com a construção de um quadro teórico-metodológico ressaltando as contribuições dos autores para o entendimento do objeto analisado.

Em “O modelo genético: variáveis institucionais” a finalidade é adentrar de fato ao objeto a partir de um estudo de caso, tendo a construção do modelo teórico desenvolvido no capítulo anterior. Por esse motivo, no capítulo consta as variáveis institucionais que influenciaram na fusão entre os partidos, conseqüentemente, ele está dividido em três seções, a primeira constando os fatores *non-party specific*, sendo eles: a legislação vigente sobre os partidos políticos, a EC nº 97/2017 sobre o fim das coligações, as novas regras de acesso ao fundo eleitoral e ao tempo gratuito de propaganda eleitoral, além do marco legal que norteia o

Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral.

Já em “O modelo genético: variáveis políticas” a tentativa é de alusão ao que os atores da *Party Mergers* denominaram de *Party specific factors*, reconhecido aqui como as variáveis políticas que tiveram relevância para a conformação do União Brasil. Portanto, a subdivisão consiste na análise acerca dos resultados eleitorais, trajetória do DEM e do PSL, relação entre os dois partidos e fatores interpartidários. No que se refere ao exame dos resultados eleitorais, o tópico busca destacar dados secundários a respeito das últimas eleições disputadas pelo DEM e pelo PSL. Na seção intitulada “Relação entre os partidos”, o propósito é investigar a correspondência entre os partidos no período que antecede a fusão partidária, tendo em vista o seu comportamento legislativo analisado a partir da compatibilidade, ou não, das orientações de voto das duas bancadas durante 2019 e 2020, além da apuração do conteúdo ideológico dos partidos presentes nos manifestos. A última seção do capítulo é reservada ao exame dos fatores interpartidários, tendo por finalidade a descrição do processo de fusão a partir das notícias publicadas a partir de 2021 e a análise de conteúdo Luciano Bivar, Ronaldo Caiado e ACM Neto na Convenção de oficialização do União Brasil em 2021.

Já no Capítulo 5, denominado a “Estrutura organizacional do partido União Brasil”, a finalidade é examinar as variáveis organizacionais em quatro eixos, sendo eles: a estrutura organizacional nos marcos legais, a composição da liderança, filiação partidária e lançamento de candidatura. No primeiro eixo o objetivo é expor a estrutura interna do partido União Brasil, tendo como referência o que está previsto em seu estatuto, principalmente no que tange o processo de formação da liderança do partido e os seus principais órgãos de direção. Uma vez estabelecido as características fundamentais da organização expressa em sua estrutura, o tópico dois sobre a coalizão dominante visa a exposição da conformação dos diretórios e a origem de cada liderança. Sobre a filiação partidária, reconhecida aqui como o terceiro eixo analítico, o propósito é de averiguar os dados sobre filiação em uma vertente comparativa. Por fim, também a partir de uma apuração comparativa, a finalidade é focar no número de lançamento de candidatura na primeira disputa do partido e o sucesso alcançado, em um exercício de comparação com as agremiações reagentes.

Por fim, o último capítulo da dissertação fica reservado às considerações finais, contendo o retorno à questão de pesquisa tendo em vista os resultados apresentados. Além de uma proposta de agenda para os estudos sobre a fusão partidária e também do União Brasil.

2 TEORIAS SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS: ORIGEM POR FUSÃO PARTIDÁRIA

Para a consolidação teórica da presente pesquisa, será utilizado como produção central o livro *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos* de Angelo Panebianco, visto que além de ser considerado um clássico nos estudos sobre partidos, também comporta questões fundamentais para o entendimento da problemática da pesquisa que é a origem partidária. O modelo de origem do partido é utilizada por Angelo Panebianco como variável explicativa das características organizacionais e do processo de institucionalização dos partidos.

Apesar de expor com ênfase maior a gênese partidária, Panebianco não foi o único teórico que abordou essa relação. O início desse debate foi destacado por Maurice Duverger em sua obra clássica *Os Partidos Políticos*, que destaca os diferentes comportamentos a partir da forma de origem das agremiações partidárias. Todavia, o objeto de estudo analisado, o partido União Brasil, foi resultado da junção entre duas organizações anteriores, o Partido Social Liberal (PSL) e o Democratas (DEM), por conta disso tanto Panebianco (2005), quanto Duverger (1970) se mostram insuficientes para explicar o fenômeno *party merger*. Sendo assim, também será incluso na construção teórica Bolleyer e Betzek (2013), Godbout e Bélanger (2005), Coffé e Torenvlied (2008), que além de destacar a relevância da variável origem, também tentam construir uma teoria sobre a fusão entre os partidos políticos.

Nesse sentido, o presente capítulo está organizado em quatro seções, sendo elas: Partido de criação interna e Partido de criação externa, referente a obra *Os Partidos Políticos* de Duverger (1970); Origem e Institucionalização em Panebianco; e, a seção Novos Partidos e Party Merger; por fim, o capítulo é finalizado com a exposição da alternativa teórico-metodológico.

2.1 PARTIDO DE CRIAÇÃO INTERNA E PARTIDO DE CRIAÇÃO EXTERNA

A variável origem em Duverger (1970), além de ser um plano de fundo necessário para explicar o contexto histórico e as circunstâncias do nascimento de um partido de maneira isolada, também atua como chave analítica para compreender o sistema partidário. Com a finalidade de explanar acerca dos partidos políticos modernos, ele denota que o advento do sufrágio universal foi de suma importância para transformar grupos

parlamentares e facções, já existentes no interior do parlamento, em partidos em seu sentido moderno. Porquanto, o sufrágio universal juntamente com o desenvolvimento da democracia tornou necessário “enquadrar eleitores por comitês capazes de tornar conhecidos os candidatos e canalizar e os sufrágios para sua direção” (Duverger, 1970, p. 20), foi nesse ponto que ocorreu interação entre grupo parlamentar e comitê eleitoral para originar os partidos de gênese interna ao parlamento.

Entende-se por grupo parlamentar um conjunto de deputados que atuavam em um elo comum, seja por doutrinas políticas semelhantes, questão geográfica, ideologia ou caráter profissional. A título de exemplo, Duverger (1970) aciona a origem dos Jacobinos, identificando a princípio o elo geográfico, depois as afinidades ideológicas e de doutrina política.

Em abril de 1789, os deputados das províncias nos Estados-Gerais começam a chegar a Versalhes, onde se encontram assaz deslocados. Muito naturalmente, os eleitores de uma mesma região tendem a se reunir a fim de escaparem a impressão de isolamento que os invade e de prepararem ao mesmo tempo a defesa de seus interesses locais: a iniciativa é tomada pelos deputados bretões, que alugam uma sala de café e organizam entre eles reuniões regulares. Percebem então que sua comunidade de opinião não diz respeito apenas às questões regionais, mas igualmente aos problemas fundamentais da política regional. Procuram então unir-se aos deputados de outras províncias que partilham os seus pontos de vista: assim o “clube bretão” assume o aspecto de um grupo ideológico (Duverger, 1970, p. 21).

Uma vez já instituído o grupo parlamentar, o comitê eleitoral surgiu como consequência do sufrágio universal e, por conseguinte, com o aumento do número de eleitores. Nesse contexto, se fez imprescindível estratégias eleitorais para angariar votos, além de um contato maior entre candidato e eleitor. Dessa maneira, foi formada a célula-máter do partido de origem interior, com a junção entre comitê eleitoral e grupo parlamentar.

Enquanto o partido de origem interior se posiciona primeiramente dentro do parlamento, o partido exterior tem por gênese uma organização pré-existente e fora do ambiente parlamentar, podendo ser originadas por igrejas, seitas religiosas, sociedade de pensamento, ligas e por sindicatos, como foi o caso do Partido Trabalhista Britânico. Apesar de pouco rigorosa, como destaca Duverger (1970), a principal diferença entre partido de quadro e partido de massa

caracteriza antes tendências gerais do que tipos definidos, forma que sua aplicação prática é às vezes difícil. Em um número bastante grande de casos, contudo, o

conjunto de partidos é essencialmente estabelecido por uma instituição pré-existente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento: pode-se, portanto, falar adequadamente de criação exterior (Duverger, 1970, p. 26).

Tendo em vista esses dois tipos de gênese partidária, Duverger (1970, p. 19) denota que “[...] da mesma forma que os homens trazem durante toda sua vida a marca da infância, assim também os partidos experimentam profundamente a influência das suas origens”. Sendo assim, cabe indagar quais são as marcas e influências causadas pelo tipo de origem, sendo ela principalmente marcada pela posição em relação a vida no parlamento. De acordo com o cientista político francês, essas marcas reverberam no quesito estrutural e organizacional do partido, ou seja, na vida do partido.

Os partidos de gênese externa seriam mais propícios a descentralização, sendo principalmente organizado a partir de bases, nessa formação os comitês locais em conjunto criam um organismo central, este sendo controlado pela base que tem como objetivo a preservação da autonomia. Segundo Duverger (1970), os partidos de criação externa também são mais coerentes e disciplinados, porquanto possuíam um caráter comum anterior à atuação partidária. No quesito atividade parlamentar, os deputados eleitos dispõem de pouca, ou igual, influência no aspecto estruturante, tendo em vista que a atuação política do partido não se esgotaria no acesso às cadeiras, já que em decorrência da origem sindical os deputados compreendem que a política não se resume ao parlamento e as eleições, causando assim um certo desinteresse nesses cargos eletivos.

Em oposição às essas características, que são mais condizentes com os partidos que nasciam após 1900, segundo Duverger (1970), os partidos internos baseados em cúpulas são mais centralizados, os comitês e as seções são controlados e organizados por um centro que reduz a autonomia das instâncias locais do partido, a ausência de um laço exterior comum torna os membros menos coerentes e disciplinados. Se tratando da atuação política, o cerne é a atividade parlamentar com maior poder de decisão com os detentores de cargos eletivos.

De acordo Peres (2009), a inovação duvergeriana consistiu na ambição de desenvolver um modelo de análise teórico e metodológico dos partidos políticos com foco na noção de partido enquanto organização, em um contexto de produção marcado pela concepção negativa e fatalista dos partidos e da própria democracia, representado principalmente pela Teoria das Elites. Para a concretização desse modelo teórico e metodológico, Peres (2009) identificou em Duverger atributos em comum com a Ciência Biológica, especialmente do evolucionismo darwiniano, para a classificação partidária.

Nesse sentido, assim como na classificação das espécies, os partidos políticos são classificados tendo em vista a sua genealogia, morfologia e fisiologia. Portanto, a contribuição e ambição de *Os Partidos Políticos* consiste na tentativa de desenvolver um “Tratado de história natural dos partidos” através da abordagem “taxonômica - classificatória, comparativa e indutiva - e evolucionista” (Peres, 2009, p. 29).

Esse vínculo com a biologia evocou a construção da origem como variável relevante para explicar a forma e vida dos partidos. A construção da genealogia da organização, isto é, da origem, levou em consideração os aspectos ambientais que mudaram a configuração do habitat natural dos até então partidos de quadro, conseqüentemente, a inserção do sufrágio universal e a perspectiva mais igualitária/representativa da democracia, afetou a construção da espécie partido de massa, por isso que cada tipo de organização partidária teria aparecido como uma “resposta” histórica e “ambientalmente” necessária a cada configuração do habitat natural.” (Peres, 2009, p. 25).

Uma vez que um dos objetivos da presente pesquisa é destacar as características originária do partido União Brasil, a teoria de Duverger dá subsídio para analisar o contexto histórico de nascimento do partido, interpretado por Peres (2009) como um habitat natural, que possui influência sobre o modo em que ocorreu a gênese partidária. Ademais, a percepção de que o modo de origem determina a morfologia e a fisiologia do partido, também encontra respaldo nos escritos posteriores de Panebianco (2005) que vai explanar acerca da conexão entre modelo originário e o comportamento dos partidos políticos. Portanto, apesar de Duverger não ser o referencial teórico central da pesquisa, o autor se apresenta como ponto de partida para a compreensão da origem partidária como variável relevante para os estudos dos partidos políticos.

2.2 ORIGEM E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM PANEBIANCO

O exame dos partidos políticos como organização é considerado por Angelo Panebianco (2005) como a forma mais antiga de análise partidária, contudo, ela é também a mais frustrante, devido à ausência de estudos tão bem elaborados quanto a *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Robert Michels, e *Os Partidos Políticos*, de Maurice Duverger. A principal resistência em encarar os partidos, primordialmente, como uma organização se situa nos preconceitos e hábitos mentais, identificados pelo autor como preconceitos de ordem sociológica e teleologia. A obra *Modelo de partido: organização e poder nos partidos políticos* tem como intuito basilar o desenvolvimento de um plano teórico e metodológico

para o estudo dos partidos políticos como organizações, cuja primeira parte consiste na superação e identificação de fatores que impedem o exame das organizações partidárias.

Nessa direção, Panebianco (2005) de modo bastante sistemático, conceitua e exemplifica as formas de preconceito visualizado na análise partidária. O preconceito de tipo sociológico impede o cientista político, ou o sociólogo, a enxergar a agremiação para além de um espelho das questões sociais, concepção na qual variáveis como classe são suficientes para explicar o comportamento dos partidos, porquanto todo conflito intrapartidário é investigado a luz dos interesses sociais antagônicos. Panebianco (2005) destaca que o principal efeito desse tipo de preconceito é a atribuição de “desvios” quando o comportamento partidário não atende ao interesse de classe do seu eleitorado, conseqüentemente, emerge a conclusão relativa à distorção e dicotomia entre os interesses dos eleitores e eleitos. Desse modo, o conceito de partido político é reduzido a apenas um instrumento da democracia que corresponde de maneira direta aos interesses das classes, ignorando os conflitos e desigualdades intrapartidárias.

Nas suas duas versões, uma que prioriza a ideologia e o da visão pautada na vitória eleitoral, o preconceito teleológico equivale a atribuição de uma razão de ser do partido de modo apriorístico. Sob essa ideia, o objetivo originário do partido determina o seu comportamento, como resultado, há a simplificação das atividades da organização. Entretanto, essa interpretação é identificada por Panebianco (2005) como enganosa, uma vez que alguns partidos seriam resistentes à conquista do poder. A conclusão é que a “característica comum entre preconceito sociológico e o preconceito teleológico consiste em considerar como dados aqueles, que para todos os efeitos, constituem problemas que requerem ser investigados como tais” (Panebianco, 2005, p. 11).

Portanto, uma vez recusados os tipos de preconceito presente na literatura sobre partido político. Qual é a maneira que Panebianco (2005) desenvolve o seu estudo a respeito das organizações partidárias? Para o desenvolvimento da sua alternativa de análise organizacional, primeiramente, houve a identificação de dilemas, presentes nas organizações partidárias à luz de modelos teóricos (modelo racional e modelo do sistema natural). Em seguida, a elaboração de uma investigação realista, flexível e que comporta uma noção de evolução organizativa.

A escolha por uma modalidade realista e flexível é desenvolvida a partir da revisão da tese de Robert Michels sobre a substituição dos interesses da organização partidária, se na lei micheliana o processo de oligarquização, consequência da organização, altera os interesses e objetivos originais do partido, a releitura de Panebianco (2005) aponta para uma adaptação

dos fins para as novas demandas organizativas.

Já em seu modelo de evolução organizativa, o fundamental é compreender que a organização passa por três fases, a gênese, a institucionalização e a maturidade. A passagem para esses processos remete a passagem de um sistema de solidariedade para um sistema de interesse. Mais uma vez acionado Robert Michels, há o reconhecimento do processo de burocratização e oligarquização do partido político, onde a principal mudança é a redução da participação de todos os membros dos partidos nas atividades dirigentes, e cada vez maior o poder de influência situado em cúpula profissionalizada, o aparelho organizacional se complexifica produzindo separação e distinção. Portanto, a evolução partidária teria duas fases, a mais simples, baseada em um sistema de solidariedade, e a mais complexa, baseada em um sistema de interesse. Todavia, Panebianco (2005) insere um momento de ligação entre a fase 1 e a fase 2, intitulada institucionalização.

Entende-se por institucionalização:

A consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis (Panebianco, 2005, p. 36).

Durante a gênese partidária, isto é, a fase 1, o partido atende a um sistema de solidariedade, cuja finalidade é a realização de uma determinada causa. Causa essa que identifica e caracteriza a identidade partidária, nessa fase o que prevalece são os incentivos coletivos, além disso, há uma ampla liberdade dos líderes e a estratégia principal é o domínio sobre o ambiente. Já na versão madura da organização, o que rege a relação é o sistema de interesse, o propósito é a sobrevivência e equilíbrios dos interesses específicos, o modo de participação se dá via incentivos seletivos, os líderes têm a ação limitada e a estratégia em relação ao ambiente é de adaptação (Panebianco, 2005, p. 38).

Conforme Panebianco (2005), para estudar a ordem organizativa de um partido, é necessário compreender a estrutura de poder. No entanto, a literatura sobre partidos não oferece uma definição clara do que constitui o poder organizativo. Panebianco (2005) ilustra isso comparando duas perspectivas: uma em que o poder é visto como uma propriedade e outra em que o poder é considerado um elemento difuso e disperso dentro de uma organização.

Na primeira abordagem destacada, fazendo uma alusão a obra de Robert Michels, o poder é encarado como propriedade, que apenas os dirigentes, ou seja, a elite do partido,

possuem. Consequentemente, essa elite tem o poder para realizar seus próprios objetivos por meio do partido. Em contrapartida, a outra teoria, no qual o partido se enquadra como uma associação de participação voluntária, o poder é difuso e diluído, em um sentido de reciprocidade, e não de soma zero como a primeira. A fim de superar essa dicotomia entre poder concentrado e o poder totalmente diluído, o autor destaca a necessidade de “uma definição capaz de explicar tanto a capacidade de manipulação da liderança organizativa [...] quanto o fenômeno inverso, a existência de limites ao poder organizativo, a capacidade de os seguidores, por sua vez, exercerem pressões eficazes sobre a liderança” (Panebianco, 2005, p. 44).

Em vista disso, o esforço conceitual consiste em agrupar duas concepções de poder, reconhecendo que existe uma desigualdade na distribuição de poder, mas também há limites, como resultado, na visão de Panebianco (2005) o poder é definido como uma relação de troca desigual, que necessita de um esforço de negociação por mais que isso ocorra de maneira desequilibrada. Assim, ele dá ênfase ao significado de troca negociada entre os líderes e os seguidores, no qual só pode ser efetiva quando a liderança do partido controla as áreas de incerteza organizativa. Compreende-se por zona de incerteza as áreas fundamentais para a sobrevivência do partido, incorporadas nas atividades de gestão em relação ao ambiente, recrutamento, financiamento, manejo das relações político-organizativas (competência), as regras formais e a comunicação interna.

Todavia, cabe indagar: qual seria o conteúdo da troca dessa relação de poder? As negociações são feitas de maneira horizontal, entre os próprios líderes, no qual o principal objeto são os incentivos coletivos; e de maneira vertical, entre líderes e seguidores tendo como produto os incentivos coletivos.

É evidente que Panebianco (2005) possui um conceito de poder ambivalente entre a abordagem de Michels e a do poder difusão, nesse sentido, o poder é visualizado como uma relação de troca desigual que se movimenta a partir das relações horizontais e verticais, podendo ser dentro ou fora da organização partidária. Nesse sentido, mesmo em desacordo com a abordagem de Michels, que situa o poder apenas nas mãos da elite dirigente, Panebianco explana que a liderança do partido possui mais vantagem na relação de troca, contudo, a sua ação é limitada pela necessidade de negociar com os demais membros do partido. Assim, o termo elite dirigente é alterado pelo de coalizão dominante, porquanto

o conceito de coalizão dominante, mais amplo do que os geralmente usados, permite fotografar melhor a efetiva estrutura do poder nos partidos, seja quando ela implica a existência de uma aliança “transversal” (entre alguns líderes nacionais e alguns

líderes locais), seja quando implica a aliança entre alguns líderes nacionais e alguns líderes de organizações formalmente externas e separadas do partido. A luz da definição de poder organizativo aqui acolhida, a coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido (Panebianco, 2005, p. 74).

Portanto, a principal inovação de Panebianco (2005) para os estudos dos partidos políticos consiste primeiramente na compreensão do partido como organização, no reconhecimento da necessidade de um estudo sistemático sobre os partidos políticos e em sua concepção de poder como uma troca desigual. Para além disso, a troca de elite dirigente para coalizão dominante também possibilitou uma ampliação nos estudos partidário, visto que seu foco nas estratégias de negociação dessa elite para além da visão de que as organizações funcionavam sem qualquer tipo de limite a liberdade de ação da cúpula central. Ademais, Panebianco (2005) também foca em dois aspectos muito relevantes para a presente pesquisa, o modelo originário do partido político e o processo de institucionalização.

A gênese partidária em Panebianco (2005), além de ser uma fase do seu esquema de tipo ideal sobre a evolução das organizações, tem efeitos sobre o processo de institucionalização. Assim, ele afirma que “toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões políticas administrativas de seus fundadores, as decisões que que “modelaram” a organização” (Panebianco, 2005, p. 92). Essa afirmativa insere a questão da origem como fundamental para entender o comportamento da agremiação, porém o autor também destaca que a literatura recorrente sobre os partidos políticos e sistema partidário não coloca essa variável como relevante, apenas Duverger (1970) considera que a modalidade de formação do partido, criação externa ou interna, afeta a natureza organizativa dos partidos. Todavia, os esforços de Duverger não contemplaram os anseios buscados por Panebianco, uma vez que a distinção externa e interna seria limitada pois muitos partidos de origem interna tinham semelhanças com partidos originados fora do parlamento.

Em razão da complexidade do processo de formação do partido, sobretudo no que tange a diversidade de situação histórica que cada um emergiu, o desenvolvimento de tipos ideais para classificar a modalidade de formação não foi uma tarefa fácil. A alternativa de Panebianco (2005) consistiu na visualização de três principais fatores de interferência na gênese partidária, sendo eles: o modo em que a organização foi construída, a presença ou a ausência de uma organização externa patrocinadora e o caráter carismático do líder durante o período de formação.

De acordo com o autor, uma organização partidária pode ser desenvolvida via penetração territorial, isto é, quando um grupo, entendido aqui como o centro, gere e controla as instâncias inferiores, “periféricas”, do partido. A existência dessa modalidade originária depende de um centro forte e coeso capaz de influenciar as demais esferas locais, com a finalidade de manter a coesão. Em oposição ao modelo desenvolvido por penetração, há o tipo difusão territorial. Panebianco (2005) conceitua essa modalidade como os partidos que tiveram uma “germinação espontânea”, isto é, quando as instâncias locais se juntaram com o propósito de desenvolver uma organização em nível nacional. Contrário à conceituação de Duverger a respeito da gênese justificada pela local de nascimento, Panebianco (2005) expõe que

Cumpra observar que a distinção penetração/difusão não corresponde àquela entre partidos de criação interna e partidos de criação externa de Duverger. Desenvolvimentos por difusão ou penetração podem caracterizar tanto um quanto outro tipo de partido. Por exemplo, como observam oportunamente Eliassen e Svaasand¹, tanto os partidos conservadores quanto os liberais são partidos de criação interna (parlamentar), e, no entanto, quase a totalidade dos partidos conservadores se desenvolveu predominantemente por penetração territorial, enquanto muitos partidos liberais se desenvolveram por difusão (Panebianco, 2005, p. 95).

Tanto penetração territorial, quanto difusão territorial representam tipos ideais desenvolvidos pelo autor, que podem ser visualizados na vida política de uma forma menos explícita. Todavia, Panebianco (2005) não deixa de explorar a existência de categorias mistas e variantes. Entende-se por mista a possibilidade de formação baseada nas duas modalidades, em um primeiro momento há a iniciativa de alguns líderes locais para criar a entidade nacional (difusão), uma vez desenvolvido o centro do partido a próxima etapa é a de penetração territorial com a intenção de expandir para as outras localidades, o que ocorre com frequência nesse tipo misto é predominância de uma modalidade, juntamente com os fragmentos da outra estratégia.

As variantes dessas duas modalidades advêm quando a característica fundamental do tipo é visualizada em outras estratégias de formação utilizadas. Um tipo representativo de variante, é a gênese a partir da fusão partidária, ou seja, quando duas ou mais organizações preexistentes se juntam a fim de criarem um único partido. Na interpretação de Panebianco (2005) esse tipo de arranjo é uma variante do modelo difusão territorial, visto que implica na construção posterior de um organismo central.

O segundo elemento de caracterização da origem consiste na presença ou ausência de uma organização externa que patrocine a agremiação partidária, entendida como fonte de

legitimação externa. Esse atributo é visualizado com a presença de um “braço político” de uma determinada instituição e os seus efeitos nos principais processos decisórios, como seleção de candidatos e composição da liderança (coalizão dominante). A principal consequência dessa relação, é que as lealdades dos membros são firmadas na primeira organização, ou seja, a lealdade é indireta.

O último fator que dá subsídio para a compreensão do modelo genético, é a presença de um líder carismático responsável por personificar a ideologia do partido, estreitando e fortalecendo a relação com os seguidores da agremiação. Panebianco (2005) salienta que esse tipo de liderança pode possuir um carisma situacional ou um carisma “puro”, nessas duas versões existe a validação da liderança como porta voz do partido, porém, no tipo situacional o carisma surge em um momento de fragilidade, no qual o objetivo é recompor a organização. Já no carisma de tipo “puro”, visualizado na história através de Hitler, Mussolini e De Gaulle, há de fato uma imposição permanente da vontade do líder no partido. Para fins de análise, o que prevalece é a investigação da presença do carisma de tipo situacional durante a primeira fase da organização.

O que deve ser identificado nas características que compõem o modelo originário são os seus efeitos no processo de institucionalização. Por exemplo, as consequências organizativas, no que tange a institucionalização, de um partido originado a partir de uma difusão territorial “tem maiores probabilidades de gerar uma organização com estruturas descentralizadas e semi-autônomas e uma coalizão dominante dividida, sulcada por contínuos conflitos pela liderança” (Panebianco, 2005, p. 96). Nesse sentido, os três aspectos que conceituam o modelo originário dão subsídio para inferir possíveis consequências na segunda fase da evolução organizativa do partido.

A institucionalização “é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora os valores e objetivos do partido” (Panebianco, 2005, p. 100), o momento situado entre a gênese e a fase madura, além de ser o estágio definidor para a sobrevivência da agremiação. O esquema proposto por Panebianco (2005), explora duas dimensões definidoras do grau de institucionalização, podendo ser fraca ou forte.

A primeira dimensão, referente ao grau de autonomia em relação ao ambiente, é perceptível desde a relação de troca que a organização possui com o contexto ambiental que ela está situada, podendo ser traduzido como uma relação de adaptação ou domínio sobre esse ambiente. Conforme Panebianco (2005), em certa medida o processo de institucionalização pode ser entendido como sinônimo de “autonomização”, porquanto a sobrevivência depende da capacidade intrapartidária de lidar com as pressões ambientais, sendo cada vez mais forte

internamente. Nesse sentido, uma instituição forte nessa dimensão possui financiamento próprio, associações, forte burocratização, escolhe os dirigentes a partir da carreira interna do próprio partido, os representantes nas assembleias são controlados pelos dirigentes do partido, maior determinação dos limites organizativos; enquanto, uma instituição fraca depende do exterior (grupos de interesse), é controlado e deve negociar a todo tempo com associações colaterais, recruta candidatos que pertence a organização externa ao partido, não controla sua lista, menor delimitação dos limites organizativos em relação ao ambiente externo.

A segunda dimensão refere-se ao grau de sistematicidade, isto é, a coerência estrutural interna em todas as esferas da organização partidária. Um partido cujo centro possui muitos diretórios nas esferas locais, possui um alto grau de sistematicidade quando o órgão central tem a capacidade de imprimir nas demais subunidades o mesmo modelo organizacional, além disso, as esferas locais são dependentes do órgão nacional central. Em contrapartida, um baixo grau de sistematicidade remete a uma organização na qual as subunidades possuem maior autonomia em relação ao centro, o funcionamento interno ocorre de modo independente e heterogêneo em relação às outras subunidades e ao órgão nacional. Se tratando da apuração das zonas de incerteza, em um partido de grau de sistematicidade baixo as atividades centrais para sobrevivência do partido não são dispersas e sem o gerenciamento do centro.

As duas dimensões da institucionalização tendem a estar ligadas entre si, no sentido de que um baixo grau de sistematicidade muitas vezes implica uma fraca autonomia do ambiente e vice-versa. De fato, frequentemente a autonomia das subunidades organizativas em relação ao “centro” da organização (que torna baixo o nível de sistematicidade) vincula-se a uma dependência de fatores ambientais específicos (como no caso em que a independência de uma associação local da organização nacional do partido é assegurada pelo controle exercido sobre ela por um poderoso grupo de interesse local, por autoridade etc.) (Panebianco, 2005, p. 107).

Uma vez já evidenciadas as duas dimensões da institucionalização partidária, Panebianco (2005) expõe como deve ser mensurado o grau de institucionalização, tendo em vista a sistematicidade e o grau de autonomia em relação ao ambiente. A priori, ele esclarece que um partido fortemente institucionalizado é aquele no qual as mudanças ocorrem de maneira muito mais rígida, controlada e incremental, ao contrário, o partido de institucionalização fraca é muito mais volúvel às mudanças, principalmente aquelas oriundas das disputas entre as subunidades.

A partir das duas dimensões, Panebianco (2005) destaca cinco indicadores no nível de institucionalização. Pertencentes a dimensão sistematicidade, o primeiro indicador é denominado grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar central, que condiz

com o desenvolvimento da burocracia do órgão em nível nacional, indicando um processo de centralização, ou seja, um controle maior do aparato central sobre as associações periféricas. Na hipótese de Panebianco (2005), quanto mais burocratizado e centralizado for o partido, mais controle sobre as zonas de incerteza o centro terá, por consequência, mais institucionalizado.

O segundo indicador, também pertencente à primeira dimensão, diz respeito à homogeneidade da estrutura organizacional das associações periféricas. O partido tem uma forte institucionalização quando consegue obter a semelhança organizativa em todas as subunidades, isso significa que cada parte não irá se organizar hierarquicamente da maneira que deseja, mas sim, da forma que foi acordado e demandado pelo âmbito superior.

Pertencente tanto a dimensão de sistematicidade, quanto a dimensão de autonomia em relação ao ambiente, indicador modalidade de financiamento tem por finalidade identificar a regularidade, indício de coesão estrutural, e a pluralidade, que garante autonomia em relação ao ambiente externo (Panebianco, 2005, p. 110), das formas de manutenção da estrutura do partido. A questão da modalidade se apresenta como indicador, porquanto tanto o indicativo de irregularidade, quanto de pouca diversidade indica que o partido não tem condições de sobrevivência.

Referente ao grau de autonomia, o quarto indicador concerne ao relacionamento do partido com uma organização colateral externa. A presença de uma organização exterior assinala uma redução dos líderes partidários nas decisões organizativas, tornando o partido submisso a um órgão externo. Panebianco (2005, p. 110) ilustra essa dependência de uma organização externa a partir das experiências do Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Comunista Francês (PCF), Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e o Partido Socialista Austríaco (SPO) com os sindicatos.

O último indicador, sendo ele, o grau de correspondência entre normas estatutárias e a “constituição material” do partido, dá subsídio para mensurar se os membros do partido que estão na elite dirigente são de fato aqueles que têm poder e legitimidade para tomar as decisões mais relevantes para a sobrevivência partidária. Caso o processo de institucionalização seja fraco, esse grau irá identificar uma coalizão dominante que não está prevista no estatuto, podendo ser até mesmo um agente externo à cúpula ou ao próprio partido. Em suma, quanto maior for a semelhança entre os padrões hierárquicos previsto no estatuto com quem de fato compõe a coalizão dominante e domina as zonas de incerteza, mais institucionalizado o partido será.

O grau de institucionalização também dá subsídio para compreender o tipo de

subunidade que vai ser desenvolvida. Tendo em vista que a institucionalização possui relação com o grau de coesão interna, enfatizado através da dimensão sistematicidade, entende-se que quanto mais institucionalizado, menor será a força das subunidades em desenvolver padrões organizacionais e interesses próprios, assim as subunidades serão apenas tendências. Todavia, caso o nível de institucionalização seja baixo, conseqüentemente, a coalizão dominante não terá força para manter a coesão interna, os níveis locais serão identificados como facções do partido, em outros termos, se o partido não for institucionalizado, as instâncias menores serão mais organizadas, adquirindo autonomia.

As inferências de Panebianco indicam uma relação causal entre o modelo originário e a institucionalização. Ademais, a própria institucionalização também impacta o âmbito organizacional do partido no que tange o processo de recrutamento das elites, sistema de desigualdades internas, carreira, integração das elites, relacionamento com o exterior.

Quadro 2 – Grau de institucionalização e os aspectos institucionais

Instituição forte	Instituição fraca
Tendências	Facções
Recrutamento: centrípeta, os militantes carreiristas devem se aproximar do centro do poder, local em que estão presentes os dirigentes do partido – cooptação pelo centro, convergência vertical ao centro – Adaptar a pequena a lite.	Recrutamento: centrífuga, muitos vértices e uma pluralidade de elites – muitos agentes controlam o recurso de poder – É necessário a identificação com uma facção da organização, para se aproximar e fazer parte, de fato, do partido.
Estrutura de oportunidade e um sistema de desigualdade próprio, fatores endógenos – Maior participação de tipo profissional -- Profissional	Estrutura de oportunidade e um sistema de desigualdade bem dependente do ambiente, e fatores exógenos. Maior participação de tipo civil (desigualdades sociais) – Autoridade
Carreira	Poucas Carreiras, descontinuidade na participação.
Integração vertical das elites	Integração horizontal das elites
Menos relação clientelista	Clientelismo
Desenvolvimento de uma subcultura, uma sociedade na sociedade - Partido de Integração social	Necessidade de se adaptar a base social

Fonte: Panebianco (2005).

Uma vez esclarecido os fatores do modelo originário e o grau de institucionalização,

como esses dois elementos se relacionam? Sobre isso, Panebianco (2005) destaca que

Um desenvolvimento por penetração tende a produzir uma instituição forte. De fato, desde o início, há uma elite coesa, capaz, como tal, de imprimir um forte desenvolvimento a organização que está surgindo. Um desenvolvimento por difusão tende, por sua vez, a produzir uma instituição fraca porque há muitas elites locais controlando recursos organizativos conspícuos, e a organização deve desenvolver-se por federação e, portanto, por meio de acordos e negociações entre uma pluralidade de grupos (Panebianco, 2005, p. 118).

Sendo assim, a modalidade de formação afeta o nível de institucionalização, quando o mesmo, por sua vez, influencia a forma em que a coalizão dominante irá controlar os recursos organizativos (zonas de interesse). Somados, o tipo de legitimação e a modalidade de desenvolvimento, Panebianco (2005) percebe quatro arranjos/casos possíveis, expressados no seguinte quadro:

Quadro 3 – Modalidade de origem e institucionalização

	Penetração territorial	Difusão territorial
	Institucionalização	
	Forte	Fraco
Legitimação externa	Caso 1 - partidos comunistas	Caso 2 - partidos trabalhistas
Legitimação interna	Caso 3 - partidos de criação interna	Caso 4 - partidos criados a partir de grupos preexistentes

Fonte: Panebianco (2005, p. 120).

A Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) é apresentada por Panebianco (2005) como um partido cuja modalidade de formação consiste na variante do tipo difusão territorial. A SFIO foi resultado da fusão entre os guesdistas (Partido Operário Francês - POF), possibilistas, os allemandistes, os blanquistas e os socialistes indépendants, porém apenas o POF estava de fato organizado, enquanto os demais eram apenas tendências. De acordo com Panebianco (2005), a estrutura mais organizada dos guesdistas, seguidores de Jules Guesde, garantiu a essa tendência organizada maior influência no processo de construção do partido, principalmente, na elaboração das normas estatutárias, apesar de ser a tendência mais organizada, a característica originária também por difusão corrobora uma heterogeneidade organizativa.

O caráter pouco coeso da coalizão dominante durante toda a existência da SFIO é demonstrado pelo fato de que uma liderança só poderá surgir dentro do partido com o consentimento dos líderes das federações mais poderosas e mediante um sistema de trocas e compensações recíprocas entre esses dirigentes periféricos e os líderes nacionais (Panebianco, 2005, p. 188).

O exercício do autor é recuperar a trajetória histórica das tendências que culminaram na SFIO. Nessa linha, a investigação da trajetória das federações anteriores que constituíram o partido é utilizada para explicar o comportamento pouco coeso da coalizão dominante. Para mais, o que Panebianco oferece com o exemplo da SFIO é um modo de observar os partidos originados por fusão, um tipo que ele considera como uma variante da difusão, colocando como ponto principal a herança e as características organizacionais.

Contudo, em virtude de ser considerado apenas como uma variante do tipo ideal do modelo originado por difusão, não há uma caracterização precisa do que seriam os partidos originados por fusão partidária. Por conta disso, uma vez que o partido estudado nasceu da junção entre duas organizações partidárias, é necessário explorar outras abordagens que tem como tema central a fusão partidária.

2.3 NOVOS PARTIDOS E PARTY MERGER

Os estudos sobre novos partidos, assim como a formação das tipologias partidárias, têm como contexto de formulação a Europa Ocidental, destacando a relação entre surgimento das agremiações e as clivagens sociais. Nas interpretações mencionadas por Allan Sikk (2012), há o alinhamento entre a sociedade e os partidos, no qual devido aos erros cometidos pelos partidos antigos, as novas agremiações surgem como o objetivo de responder aos novos valores sociais, assim ele cita 'we know that new parties emerge primarily because old parties have failed to absorb new issues into their agendas and programmes' (Muller-Rommel, 2002: 741 apud Sikk, 2012, p. 466). Nesse sentido, anteriormente a análise sobre os partidos, se faz necessário observar a sociedade que essa organização emerge, além disso a incompetência dos partidos antigos é outra chave analítica para justificar esse fenômeno (Hug, 2001 apud Sikk, 2012).

Outra teoria mobilizada é a de Lucardi (2000 apud Sikk, 2012), sob essa visão, as agremiações surgem por questões de clivagens sociais e o aparecimento de novas convicções ideológicas. A partir disso, o autor desenvolve três tipos ideais de partido: *purifiers*, *prophets*, *prolocutors*. Os purifiers aparecem na política para purificar/limpar questões já incorporadas

na agenda das outras agremiações partidárias, isso significa que nesse tipo ideal não existe uma relação entre o nascimento do partido e concomitante com isso a alteração nas clivagens sociais e novas demandas. Em oposição a esse tipo, os *prophets* são resultados da incorporação de uma nova ideologia, essa concepção de profeta tem indubitavelmente relação com o ato de levar a mensagem de algo, que no caso é a nova ideologia. Enquanto que os *prolocutors* são os partidos que possuem como foco apenas uma questão ou interesse social.

Tendo em vista essas interpretações que apresenta um certo limite ao entendimento desse fenômeno, Sikk (2011) se propôs a examinar o sucesso de quatro novas agremiações: a Res Puplica da Estônia, New Union e Labour Party da Lituânia, New Era da Letônia. A principal contribuição do artigo foi constatar através de pesquisa qualitativa e quantitativa que o critério da novidade foi fundamental para o sucesso e que não houve uma ligação com as teorias sobre a emergência de novos partidos.

Para analisar a relação entre o surgimento do novo partido e as clivagens sociais, Sikk (2012) optou por uma análise quantitativa a partir de questionários de opinião pública das posições dos eleitores do partido em comparação com eleições anteriores. O resultado apontou que em termos de identificação de novas questões sociais, não houve diferença brusca entre os eleitores de partidos antigos e dos novos partidos, ambos identificaram os mesmo problemas sociais em seus respectivos países, o único destaque foi a dicotomia entre os eleitores do Labour Party e dos partidos veteranos da Lituânia, onde os eleitores do novo partido tinham a demanda maior para questões que envolve trabalho, mas isso foi em virtude do próprio apelo do partido e não pela identificação de questões sociais inéditas.

A segunda análise quantitativa foi a identificação temática dos partidos feita por especialistas. A partir dos dados disponíveis no estudo de Benoir e Laver (2006 apud Sikk, 2012), foi possível observar a classificação dos partidos em escala identificados por especialistas em temas como: serviços públicos, religião, cosmopolita x questões nacionais, urbano x rural, crescimento econômico x preservação ambiental. Apesar de em certa medida os partidos apresentarem uma distância aos centros nessas questões, nenhum deles foi classificado isoladamente em nenhuma posição extrema, isso significa que havia a presença de partidos com as mesmas demandas ideológicas e programas. Em suma, as duas testagens apontaram para a insuficiência do argumento que associa o nascimento de novas agremiações com as novas demandas.

On these compound factors, the new parties still fail to differentiate clearly (see Figures 4–6). Only the atvian New Era seems to be marginal on both factors, but it is quite close to the People’s Party (TP in Figure 5). As they fail to differentiate on any

issue that could be connected to social divides (see Figures 1–3) we can reject a hypothesis of social divides or cleavages giving rise to these new parties. The fact that such parties emerged in all three countries and became key players in their respective political systems strongly cautions against an assumption that it is primarily social cleavages that give rise to significant new parties (Sikk, 2012, p. 475).

Em termos qualitativos, tendo em vista entrevista com representante dos novos partidos e também aos dados de Benoir e Laver, o objetivo foi compreender as posições partidárias. As quatro agremiações não apresentaram questões ideológicas inovadoras, porém centralizam a sua crítica em questões que envolvem o sistema vigente, combate a corrupção, e também estratégias populistas. O exemplo disso é que

In interviews with representatives of Latvian political parties, no attempt was made to distinguish the parties with regard to programmes, neither by the representatives of the New Era, nor those of other parties or neutral experts. Despite being perceived as almost identical with regard to party programmes, the cooperation between the parties has constantly been very difficult and the merger of the ideologically-close parties has always been clearly out of question (Sikk, 2012, p. 476).

Ou seja, não havia diferentes proposições ideológicas e nem temáticas, assim como denota as tipologias apresentadas por Lucardi. O imperativo do novo utilizado por esses partidos é apresentado como afastamento dos antigos partidos, manifestados principalmente pelas críticas aos *establishment*, porém sem divergência ideológica. A título de exemplo foi o diagnóstico de analistas políticos sobre o partido New Era da Letônia

The New Union was established not because somebody came up with new ideas . . . but because people surrounding the party's popular leader . . . decided to establish an organization. And it was only [afterwards] that they started thinking of an ideological doctrine to suit the organization (BBC Worldwide Monitoring, 2004 *apud* Sikk, 2012, p. 478).

Todos os testes apontam para a utilização do critério da novidade apenas como um artifício da elite política para garantir o sucesso eleitoral, que as quatro agremiações conquistaram após o nascimento. A contribuição desse estudo é justamente o foco para a atividade e pretensão da elite política ao construir um partido político, muito mais do que um nascimento de tipo orgânico justificado primordialmente por uma movimentação na sociedade civil. Nesse sentido, a testagem de teorias apresenta uma insuficiência e abre espaço para focar em outras perspectivas, uma delas é o foco na questão da novidade, a análise do nascimento dos partidos em novas democracias e a atuação da liderança nesse processo.

No entanto, esses novos partidos não podem surgir apenas a partir do desejo dos seus

líderes. Tavits (2007) indica que o cálculo feito pelos políticos para gerar partidos, obedece a três parâmetros, o primeiro é a facilidade de criar partidos, identificado justamente por legislações partidárias e eleitorais extremamente permissivas e que garante o funcionamento dos partidos através das fontes de financiamento. O segundo é os benefícios dos cargos, principalmente quando os líderes do executivo apoiam o novo partido e garante cargos e benesses mesmo com uma possível derrota eleitoral. O terceiro cálculo é a probabilidade de apoio eleitoral, de acordo com Tavits (2007) a depender da situação de instabilidade e crise econômica e social, os eleitores irão preferir o que representa renovação.

De acordo com Bolleyer e Betzek (2013), através da variável origem é possível explicar a permanência de novos partidos no parlamento após o seu debut. Entende-se que a capacidade de organização dos partidos define as estratégias que serão utilizadas para promover o sucesso parlamentar, enquanto a origem, ou melhor, o tipo de condição de formação do partido, em uma referência a Panebianco (2005), molda o processo de institucionalização. Porquanto, a institucionalização está interligada à capacidade do partido de sobreviver e de responder aos conflitos do ambiente interno e externo.

A hipótese central propõe que os novos partidos¹, atuantes em sistemas partidários avançados², formados por empreendedores individuais, têm menor sustentabilidade do que os *rooted party formations*. A distinção desses dois tipos de formação remete a influência um grupo social com objetivos extraparlamentar, assim os *rooted parties formations* são partidos que foram fundados com o apoio explícito de grupos sociais orientados por interesses de ordem coletiva e social, em contra partido, os partidos constituídos por empresários individuais possuem como objetivo primordial a atividade parlamentar sem vínculo e lealdade a um grupo social. A partir de uma análise multinível com o universo de 120 partidos a partir de 1968, considerando a primeira e a segunda reeleição, o resultado apontou que, apesar do reconhecimento de outros fatores de influência, como: apoio eleitoral de outro partido, estrutura regional forte, conteúdo ideológico do partidário, permissividade do sistema eleitoral e o sistema de comunicação, o tipo de fundação é o único que incide em todas as etapas de sucesso do partido.

Apesar de não incorporarem o partido originado por fusão no critério de novidade,

¹ O critério de novidade utilizado pela autores considera os partidos organizacionalmente novos, isto é, os “recém-nascidos”, não incluindo agremiações originadas por fusão com partidos antigos, nem partidos sucessores.

² “Australia, Austria, Belgium, Canada, Denmark, France, Finland, Germany, Iceland, Ireland, Luxembourg, Netherlands, New Zealand, Norway, Sweden, Switzerland and the UK” (Bolleyer; Betzek, 2013, p. 11).

Bolleyer e Betzek (2013) colocam a prova a conformação da fundação como variável explicativa para as estratégias de organização, institucionalização e os seus efeitos para a vida parlamentar do partido. Essa constatação, apesar de ir em oposição ao critério de Panebianco (2005) de que os partidos mais institucionalizados teriam menor dependência com uma organização externa, explora as condições de nascimento como uma variável mais incidente. Entretanto, a não inclusão do critério de fusão partidária limita a compreensão geral do texto para o presente estudo. Sendo assim, o que podemos compreender da gênese partidária fruto de uma fusão? Seria apenas uma reprodução de uma ordem anterior? Uma estratégia de sobrevivência? Há ou não efeitos sobre o padrão organizacional?

A fusão partidária, independente de não ser considerada uma gênese de uma nova agremiação partidária (Bolleyer; Betzek, 2013), é um tipo de arranjo que promove efeitos no sistema partidário e na própria competição eleitoral. Em uma relação origem e tipo, a fusão seria encarada como uma variante do tipo difusão territorial³ proposto por Panebianco (2005)⁴, contudo, mesmo com a exposição dos casos do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e da Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), a questão da fusão não é tratada como relevante, a origem pela junção de dois partidos já existente é tratada de maneira semelhante dos partidos originados pela junção de outras organizações.

Godbout e Bélanger (2005), evidenciam que a ausência teórica sobre a fusão partidária seria provocada pela característica atípica do fenômeno, por isso, que ao se deparar com esse tipo de caso os cientistas políticos tendem a observar apenas plano individual e a capacidade de negociação das lideranças. Contudo, há exemplos históricos que contradizem o caráter atípico desse fenômeno, representados pelos casos da SDP-Liberal na Inglaterra, Conservador-Aliança no Canadá, a fusão do Partido da Justiça Democrática, Partido da Reunificação Democrática e Novo Partido Republicano Democrático na Coreia do Sul (Crewe e King 1995; Bélanger e Godbout, 2004; Kim 1997 apud Godbout e Bélanger, 2005), que devido à ausência de um referencial teórico recorrem a literatura sobre organização partidária representada por Panebianco (2005).

Por meio da constatação dessa lacuna, Godbout e Bélanger (2005) se propuseram a desenvolver uma teoria da fusão partidária⁵, utilizando como ferramenta de apoio a literatura

³ “Uma variante do nascimento por difusão ocorre quando o partido se forma pela união de duas ou mais organizações nacionais preexistentes, [...] um desenvolvimento organizativo diferente, sob esse aspecto, tem um impacto sobre o modo de formação da coalizão dominante e sobre o grau de coesão interna.” (Panebianco, 2005, p. 95).

⁴ Citação página 126 do livro de Panebianco, a questão da fusão entre como uma nota de rodapé, apesar de delinear dois casos estudados pelo autor.

⁵ A Theory of Party Mergers.

oriunda da organização industrial e da economia política. Nesse plano, os partidos são encarados como uma empresa que comporta uma visão maximizadora dos ganhos e de permanência na cena política, assim como as empresas buscam o lucro, os partidos buscam o voto. Segundo a lógica empresarial, existem duas possibilidades de fusão empresarial, uma horizontal e outra vertical. O primeiro caso, é identificado como uma fusão acordada no qual as duas empresas atuam em mercado semelhante e possuem condições semelhantes no acordo, portanto, há uma situação de horizontalidade.

Traduzindo para o contexto dos partidos políticos, significa que o Partido A e o Partido B possuem o mesmo tipo de mercado, com ideologias, programas e eleitores semelhantes, ou seja, atuam no mesmo mercado de voto. Já o caso de verticalidade, ocorre quando há uma aquisição contestada, apenas uma parte das ações da empresa deseja ser capturada pelo total da outra, se tratando do partido em uma relação entre A e B, apenas uma parte de B deseja criar o partido M ($A + B/2$), o resultado após conflito pode ser a recusa ao acordo o que deixa o partido B muito fragilizado e tendendo a perder apoio eleitoral.

A Teoria da Fusão Partidária também possibilita a observação dos motivos e incentivos a esse tipo de gênese. Para Godbout e Bélanger (2005) o aumento de poder de mercado (número de votos) e do poder de negociação, por conta da ampliação da dimensão do partido, redução de despesas de campanha e de organização, e, por fim, o ganho de eficiência que é identificado pelos autores como sinergia. Esse último motivo alude a construção do Partido M ($A+B$) em uma cooperação para a elaboração do projeto político final, exemplificado na teoria pelo caso canadense:

The creation of the Canadian Alliance provides a good example of the lack of synergy in the restructuring of the Reform party in 2000. Even with a new leader and a new platform, the former Reform party was incapable of changing its reputation of being a Western, social-conservative and anti-Quebec party (Laycock 2002). It really took the merger with the Progressive Conservative party in 2003 for the Canadian Alliance to finally lose this status. But this merger had to be negotiated, and ideological differences between both parties had to be reconciled. Hence, the synergy (Godbout; Bélanger, 2005, p. 8).

A teoria mencionada anteriormente, com o auxílio da literatura da economia política e da organização empresarial, coloca como fator principal a busca por voto, isto é, uma visão maximizadora dos partidos, porém, os fatores também podem ser oriundos de questões que envolvem o contexto político, causas interpartidárias, referente a relação entre os partidos políticos, e intrapartidária, ou seja, que se refere a organização interna do partido como

membros e lideranças. De acordo com Coffé e Torenvlied (2008), a explicação sobre as razões da fusão partidária pode ser explicada com o auxílio das teorias a respeito da adaptação e mudança nos partidos.

A abordagem teórica que prioriza apenas a questão voto seria enganosa devido à queda de rendimento dos partidos políticos europeus após a realização da fusão (Mair, 1990 apud Coffé e Torenvlied, (2008), por isso que o modelo heurístico proposto por Coffé e Torenvlied (2008) tem como objetivo ir além, incluindo três dimensões dos fatores de mudança.

Os fatores contextuais são divididos em dois tipos, *non-party specific* e *party specific*, o primeiro tem relação com o contexto social e político, regras e mudanças no sistema eleitoral, enquanto os fatores específicos são aqueles que afetam diretamente um determinado partido, podendo ser resultados eleitorais ou saída de determinado governo. As causas interpartidárias preconizam a interação entre os partidos políticos, ou seja, é a avaliação de um partido como um potencial candidato para fusão, levando em consideração aspectos de similaridade política como ideologia, cultura partidária, objetivos e programa, além do histórico de parcerias durante mandatos anteriores. Por fim, os fatores intrapartidários estão relacionados com a organização interna do partido, principalmente no desejo da liderança e da coalizão dominante em aderir a fusão, outra questão importante é o tipo do partido político, por exemplo se ele for *vote seeking*, *policy seeking* ou *office seeking*. Por conseguinte, o modelo heurístico proposto por Coffé e Torenvlied (2008) engloba esses três fatores que explicam a fusão partidária quando são conectados.

2.4 ALTERNATIVA DE MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO

De acordo com as teorias mencionadas, é possível construir um modelo que tenha como objetivo compreender os casos de fusões partidárias. Tendo em vista as formulações de Panebianco (2005) a origem do partido como o foco de análise é a etapa fundamental para o processo de institucionalização e maturidade do partido. Nesse sentido, o modelo originário é definido a partir da modalidade de formação, presença de uma organização externa e de um líder carismático, análise dos casos de fusão é mais preponderante no eixo modalidade de formação, visto que Panebianco (2005) define esse arranjo como uma variante de partidos formados mediante difusão. Em sua exposição sobre o SFIO, ao identificá-lo como um partido formado a partir de difusão, Panebianco (2005) utiliza a trajetória dos partidos que se

fundiram para originar o SFIO, como relevante para explicar o baixo nível de coesão do partido, porém ele não avança nessa explicação.

A exposição da gênese partidária de Duverger (1970) e o modelo originário de Panebianco (2005), apesar de relevante como ponto de partida para a análise da origem dos partidos, se mostram insuficientes para a caracterização dos partidos criados a partir da fusão. Nesse sentido, tanto a abordagem de Godbout e Bélanger (2005), baseada em uma perspectiva maximizadora, quanto a de Coffé e Torenvlied (2008), pautada em causas contextuais, interpartidárias e intrapartidárias, servem de suporte para observar especificamente o caso de fusão. Dessa forma, a presente dissertação se propõe a combinar os aspectos teóricos abordados para analisar a origem do partido União Brasil, representado pelo seguinte quadro:

Quadro 4 – Quadro teórico e metodológico

Variável	Dimensão	Indicadores	Fontes
Institucional	Non-party specific (Coffé; Torenvlied,2008)	Principais normas que regulam o sistema eleitoral e o sistema partidário.	Legislação partidária disponível no site do TSE.
Política	Party specific factors (Coffé; Torenvlied,2008)	Resultados eleitorais.	Dados secundários do TSE.
	Fatores Interpartidários (Godbout; Bélanger,2005; Coffé; Torenvlied,2008;)	Conteúdo programático/ideológico.	Manifesto do DEM, PSL e UB.
		Comportamento legislativo.	Comparação entre as orientações da bancada do PSL e do DEM nos anos de 2019 e 2020.
	Intrapartidários (Coffé; Torenvlied,2008; Panebianco, 2005)	Descrição do processo de fusão.	Notícias sobre a criação do União Brasil.
O papel/ atuação da liderança.		Discurso da Convenção de Oficialização do partido.	

Fonte: Elaboração própria a partir de Panebianco (2005), Coffé e Torenvlied (2008) e Godbout e Bélanger (2005).

3 O MODELO GENÉTICO: VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS

O presente capítulo objetiva destacar o contexto de criação do partido União Brasil, reconhecendo os fatores contextuais externos ao partido, sendo eles: as normas que gerem o sistema partidário e eleitoral. De acordo com Coffé e Tovenlied (2008), os *non-party specific factors* são os aspectos contextuais que não afetam somente os partidos que realizam a fusão, mas sim, todas as agremiações partidárias. Nessa teoria compreende-se como causa relevante todo o arcabouço legal que afeta o funcionamento das organizações partidárias, podendo tanto ser do Sistema Partidário, Sistema Eleitoral ou na própria Constituição. Portanto, nesta seção referente as variáveis institucionais, serão incorporadas as regras referentes ao Sistema Partidário presentes na Constituição Federal de 1988 (Art. 17) e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos; regras do Sistema Eleitoral representada pelas leis Lei nº 13.488/2017 e pela Lei 13.487, identificada como eleitoral e partidária.

O marco legal que regula os Partidos Políticos no Brasil é a Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, na qual estão descritas as regras a respeito da criação, fusão, incorporação, extinção dos partidos, organização interna, funcionamento parlamentar, fidelidade e disciplina partidária, finanças e contabilidade dos partidos, acesso ao fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e a televisão. O conjunto de artigos incorporados a essa lei indicam aspectos fundamentais para a existência das agremiações, afetam o comportamento e estratégias utilizadas pelas lideranças partidárias. Nesse sentido, a finalidade deste capítulo é exibir o arcabouço legal que orienta os partidos políticos, enfatizando o modo que a fusão partidária é apresentada na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O segundo propósito da seção é destacar o contexto institucional, e suas mudanças, que antecederam a criação do União Brasil, sendo eles: as regras de financiamento, o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais e a cláusula de desempenho presentes na Emenda Constitucional 97/2017 proferida pela Lei 13.487 e 13.488.

3.1 A CRIAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

De acordo com a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096) de setembro de 1995, é função dos partidos políticos assegurar o regime democrático, a legitimidade do sistema representativo e a proteção dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Se tratando da criação de legendas, o Art. 2º denota que “é livre a criação, fusão, incorporação

e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana” (Brasil, 1995). Para a aprovação do partido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é necessário indicar o vínculo do mesmo com a sociedade civil através da comprovação do apoio dos eleitores, assim consta no parágrafo do Art. 7º

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles (Brasil, 1995).

No que diz respeito a fusão de duas ou mais agremiações, conseqüentemente, o surgimento de uma nova legenda partidária, o Art. 29 delibera que a fusão deve ocorrer mediante o veredito da esfera nacional dos partidos políticos, uma vez que

os órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto e programa;
 (...)
 os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido (Brasil, 1995).

Cabe salientar que diferentemente da incorporação que prevê a permanência do número da legenda, do estatuto e do programa de um dos partidos, a fusão partidária resulta em um novo partido, sendo necessário apresentar um novo registro no ofício civil, estatuto e programa. Ademais, uma vez realizada a fusão, a nova agremiação conta com a soma dos votos da última eleição para Câmara dos Deputados para o acesso ao Fundo Partidário e a propaganda gratuita no rádio e na televisão, submetido a cláusula de desempenho estabelecida pela EC nº 97/2017.

Sobre o modo de organização interna, é assegurado a autonomia para as agremiações se organizarem internamente mediante as suas próprias regras previstas em estatuto. Contudo, existe a possibilidade de interferência jurídica quando os arranjos organizacionais internos afetam o processo eleitoral.

3.2 FUNDO PARTIDÁRIO E FUNDO ELEITORAL

A lei Lei nº 9.096 também contém a regulamentação sobre o Fundo Especial de

Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário é constituído de multas, penalidades pecuniárias, recursos estabelecidos por leis, doações de pessoas físicas ou jurídicas, além das doações da União. Os recursos do Fundo devem ser aplicados para o funcionamento dos partidos, em termo de manutenção, serviços, propaganda doutrinária, formação da lista de candidatos, campanhas eleitorais, criação de instituto de pesquisa para doutrinação e educação política no plano nacional internacional, para formação e manutenção de meios para participação das mulheres, pagamento de custos com alimentação, consultoria, construção de sedes e para o custeamento de conteúdos da internet. Os padrões de distribuição do Fundo Partidário são os seguintes:

Art. 41-A. Do total do Fundo Partidário:

I - 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos recursos do Fundo Partidário; e

II - 95% (noventa e cinco por cento) serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados (Brasil, 1995).

Conforme Braga e Bourdoukan (2009), a disposição do fundo tem implicações nos padrões de estruturação da organização interna e da dinâmica de competição política. Ao observar os critérios de distribuição e aplicação do fundo, é possível perceber que o partido recebe o recurso a partir do seu desempenho, conseqüentemente, aquele que recebe a fatia maior tem condições de investir tanto nos aspectos organizacionais, quanto nos momentos de campanhas eleitorais.

A distribuição do fundo partidário entre os partidos pode ser feita de várias formas, atendendo a diferentes critérios. Esses critérios alocativos têm, por sua vez, efeitos sobre a competição eleitoral, uma vez que podem resultar em recursos concentrados em um pequeno número de partidos ou dispersos entre um número maior de partidos (Bourdoukan, 2008 *apud* Braga; Bourdoukan, 2009, p. 129).

Em uma análise histórica sobre o financiamento público para os partidos políticos, as autoras observaram as alterações nos parâmetros de distribuição entre os partidos, desde a sua criação em 1965, no momento da ditadura militar, indicados no quadro a seguir:

Quadro 5 – Alterações nos critérios de distribuição do Fundo Partidário

Ano	1965	1979	1981	1995	2007
Decreto/Lei	4.740	6.767	6.937	9.096	Resolução 22.506

	Para todos os partidos	20%	10%	--	1%	5%
Crêterios	Para os partidos com representa�o e proporcional ao n� de deputados	80%	90%	100%	99%	95%

Fonte: Elabora o própria a partir de Braga; Bourdoukan (2009).

Braga e Bourdoukan (2009) enfatizam duas legisla es que foram fundamentais para a consolida o da partilha do fundo: a de 1983 que restringiu mais   subdivisão do recurso em partes iguais, visto que estabeleceu uma nova no o de partido em funcionamento; em 1995 os novos critérios de distribui o, incorporados na Lei Orgânica dos Partidos Políticos que ocorreu de maneira transitória.

De acordo com o que determinavam as disposi es transitórias, no período 1995-1997, 29% do fundo partidário foram destacados para distribui o aos partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, na propor o da representa o parlamentar filiada no início da Sessão Legislativa de 1995 (lei 9.096, art. 56). Já para o período seguinte, 1998-2006, vinte e nove por cento do Fundo Partidário foram destacados para distribui o aos partidos que cumpriram o disposto no art. 13 ou no inciso anterior, na propor o dos votos obtidos na última elei o geral para a Câmara dos Deputados (lei 9.096, art.57). De acordo com interpreta o do TSE, os restantes 71% foram distribuídos de acordo com o previsto no artigo 41, ou seja, 99% proporcionalmente ao número de deputados dos partidos que cumprissem as condi es do artigo 13, e 1% para os demais partidos (Braga; Bourdoukan, 2009. p. 133).

De acordo com o Art. 41 da Lei dos partidos políticos os critérios deveriam ser submetidos ao Art. 13 da mesma legisla o, que constava as condi es de funcionamento parlamentar apenas para os partidos na Câmara dos Deputados obtiveram “o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.” (Brasil, 1995). Entretanto, essa tentativa de cláusula de barreira foi considerada inconstitucional, posteriormente entrando na agenda no momento de constru o da EC n  97/2017.

Já em 2007, o TSE publicou a resolu o 22.506, referente a parte transitória, destacando que 5% do fundo iria ser distribuído para todas as agremia es, e os 95% para os partidos com representa o na câmara e seguindo a proporcionalidade em número de votos. O principal motivo dessa altera o foi a concentra o do Fundo Partidário para os maiores partidos, por consequência a redu o do valor para os pequenos partidos.

Contudo, apesar da tentativa de aumentar o recurso dos pequenos partidos e a

suspensão da cláusula de barreira presente na versão do Art. 41 e a associação com o Art. 13, a EC nº 97/2017 incorporou a cláusula de desempenho para o acesso ao fundo partidário, denotando que apenas os partidos que obtiverem 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem eleito pelo menos quinze representantes na Câmara Federal distribuídos em um terço das unidades da Federação terão acesso ao Fundo Partidário.

O Fundo Partidário, além de impactar no desenvolvimento interno do partido, também está vinculado com a competição eleitoral, uma vez que os recursos do fundo podem ser utilizados para a manutenção e no período eleitoral. Assim como Braga e Bourdoukan (2009) apontam, as próprias tipologias partidárias indicam uma transformação e aproximação dos partidos com a estrutura do Estado, apresentando uma maior dependência em termos de recursos financeiros. No caso dos partidos brasileiros, o Fundo Partidário é composto por multas, penalidades, recursos destinados por leis e dotações da União, e também doações de pessoas físicas e jurídicas, porém ele não é o único recurso destinados aos partidos políticos, visto que no período eleitoral outro fundo é empregado aos partidos, sendo ele o Fundo eleitoral que é composto primordialmente por doações orçamentárias da União em ano eleitoral.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ou Fundo Eleitoral, fruto da lei nº 13.487 e da 13.488 de 6 de outubro de 2017, consiste na porcentagem do orçamento do Tesouro Nacional distribuído para as agremiações partidárias em ano eleitoral a fim de custear as campanhas. Obedecendo os seguintes padrões de repartição:

- I - 2% (dois por cento), divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;
- II - 35% (trinta e cinco por cento), divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;
- III - 48% (quarenta e oito por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, consideradas as legendas dos titulares;
- IV - 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares (Brasil, 2017).

Além de apresentar os parâmetros de distribuição, a lei 13.488 também apresenta outra categoria de arrecadação, com finalidade eleitoral, que são as “vaquinhas” *online*. Nessa modalidade, deve-se constar o cadastro prévio na Justiça Eleitoral, identificação obrigatória de doadores e também o recibo da transferência.

No que tange o manejo interno da distribuição da FEFC os partidos têm seus critérios

próprios de distribuição do fundo a partir da sua modalidade de funcionamento interno. Todavia, a EC nº 111 de 28 de setembro de 2021 e a EC nº 117 de 5 de abril de 2022 instituíram finalidades programáticas para a distribuição entre os candidatos a fim de incentivar a participação de mulheres e negros. Nesses novos termos, a EC nº 111 discorre no Art. 2 que “para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro” (Brasil, 2021). Já a proposta da EC nº 117 refere-se à separação de 5% do fundo partidário para campanhas de incentivo à participação política das mulheres, além de fixar uma porcentagem da FEFC para as candidaturas femininas:

§8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário (NR) (Brasil, 2022).

De maneira geral, consta nas legislações brasileiras que os fundos, partidário e eleitoral, funcionam como principal fonte de financiamento para as campanhas eleitorais e manutenção na organização interna dos partidos. Mesquita e Fisch (2022) denotam que o financiamento eleitoral é de suma importância para as organizações partidárias, porquanto essas fontes ditam como será a competição política, determinando o valor que o candidato pode gastar, os possíveis doadores e também a prestação de contas. Além disso, “o FEFC alterou de forma central o jogo político. Candidatos e partidos passam a usar o novo fundo como moeda em negociações de trocas partidárias e na construção de alianças” (Mesquita; Fisch, p. 48).

Os critérios de distribuição operam para garantir uma fonte para os pequenos partidos, isso é visível a partir da distribuição igualitária de 5% do Fundo Partidários para todos os partidos, quanto nos 2% do fundo eleitoral. Não obstante, a fração maior do fundo segue o critério do sucesso eleitoral, isto é, do número de cadeiras na Câmara dos Deputados e do Senado.

A partir dos parâmetros de distribuição previstos em lei, o DEM e o PSL tiveram acesso ao Fundo Partidário. De acordo com o Quadro 5, nota-se que em 2018 a quantidade do orçamento recebido pelo DEM foi quase quatro vezes superior a fatia destinada ao PSL, uma

vez que tendo em vista os resultados de 2014, o Democratas angariou 22 cadeiras, enquanto o PSL só tinha um representante no congresso. Todavia, em 2019 o financiamento do PSL aumentou doze vezes em comparação com o ano anterior, porquanto as eleições de 2018 foi marcada pela ascensão do ex-partido nanico que conseguiu 52 cadeiras. Após 2019, os dois anos que antecederam a fusão seguiram os resultados de 2018, com o PSL como o segundo maior partido, e o DEM ocupando a décima posição com 29 representantes.

Quadro 6 – Distribuição do Fundo Partidários feita pela União para o DEM e o PSL de 2018 - 01/2022

	2018		2019		2020		2021		01/2022	
	Dotação orçament ária	Multa	Dotação orçament ária	Multa	Dotação orçament ária	Multa	Dotação orçament ária	Multa	Dotação orçament ária	Multa
DEM	32.224.7 78,85	4.475.43 8,94	36.700.2 17,79	5.014.23 9,91	40.277.9 08,53	5.618.52 0,80	42.975.5 93,37	3.355.49 2,89	3.938.28 9,44	
PSL	7.272.92 4,90	1.010.07 7,79	87.671.2 68,48	11.420.0 01,31	98.012.1 32,11	13.672.1 36,16	104.547. 625,33	8.163.22 1,12	9.563.60 6,61	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Segundo a redação dada pela lei 13.107 de 2015, em casos de fusão:

devem ser somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, a partir de fevereiro de 2022, já operando como União Brasil, para a distribuição do fundo foi considerada a soma do número de cadeiras angariadas pelos partidos na eleição de 2018, sendo ele 63. O quadro 7 apresenta o orçamento de 2022 quando o UNIÃO tinha 63 cadeiras, já em 2023 o valor do Fundo Partidário foi condizente com o resultado que o partido alcançou nas eleições de 2022, que foi de 59 cadeiras.

Quadro 7 – Distribuição do Fundo Partidário feita pela União para o União Brasil em 2022 e 2023

União Brasil	
2022	2023

Dotação orçamentária	Multa	Dotação orçamentária	Multa
154.174.542,03	12.542.983,97	104.429.581,8	8.710.313,63

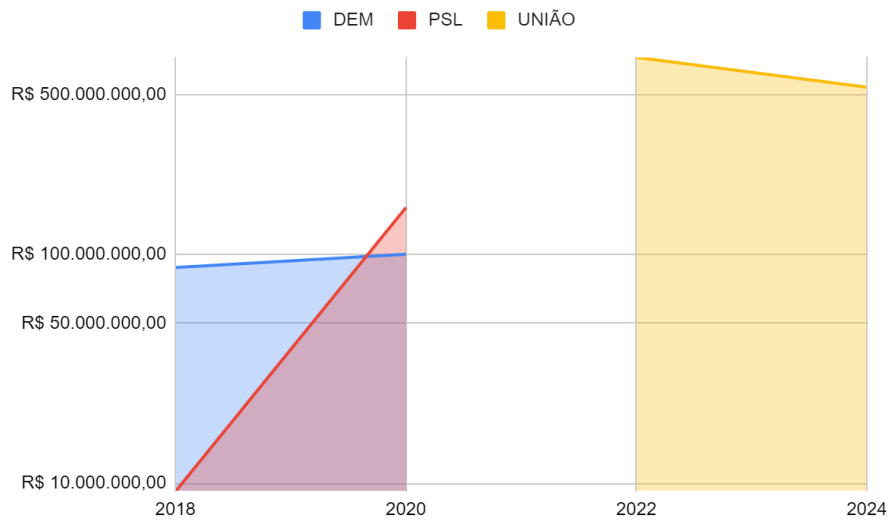
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Já no que se refere ao recurso no Fundo Eleitoral apresentado no Gráfico 1, é perceptível o aumento do acesso à FEFC após a fusão partidária. Ao observar o montante recebido pelo PSL em 2018, há um avanço surpreendente para as campanhas eleitorais municipais de 2020, porquanto obedece ao resultado de 2018. No caso do DEM, nota-se um certo equilíbrio no recurso, uma vez que o partido mantinha um padrão nos resultados. Após a fusão em 2022, a FEFC, assim como o Fundo Partidário, somou o desempenho dos partidos em 2018 para a distribuição dos recursos em 2022, como resultado, houve um ganho para as duas agremiações, visto que a nova legenda teve acesso a 15% dos recursos da FEFC, que o consagrou como o partido com maior acesso ao fundo eleitoral.

Em 2022 o União obteve R\$ 758 milhões do Fundo Eleitoral e R\$ 154 milhões do Fundo Partidário, em comparação ao recurso para as eleições de 2018 pode-se inferir que em termos de financiamento a fusão foi vantajosa para os dois partidos, visto que o PSL teve a oportunidade de manter os resultados, mesmo com a saída de Jair Bolsonaro da legenda, e o DEM, como uma figura constante na cena política, teve oportunidade de aumentar os seus recursos.

O gráfico 1 compara o acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha, distribuídos para o DEM e o PSL em 2018 e 2020, e o destinado para o União Brasil em 2022. O resultado destaca o recurso mais destinado a nova agremiação em 2022.

Gráfico 1 – Comparação dos recursos da FEFC distribuído para o DEM, PSL e UNIÃO.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no TSE.

3.3 EC Nº 97/2017: FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E CLÁUSULA DE DESEMPENHO

De acordo com a Emenda Constitucional nº97/2017, que modificou o Art. 17 da Constituição Federal, fica proibida a aliança entre partidos políticos para as eleições proporcionais em todos os níveis da federação.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária (Brasil, 2017).

Assim como denota Krause (2023, p. 16), ao longo da experiência brasileira “as coligações foram se consolidando como estratégia eleitoral e organizacional de forma crescente”, sendo utilizada principalmente como estratégia de maximização dos ganhos tanto para os pequenos partidos, que se aproveitavam da quantidade dos votos angariado pelas agremiações maiores, quanto para os grandes e médios partidos que aproveitavam o aumento do tempo de propaganda eleitoral. Nesse sentido, as coligações permitiam o sucesso aos partidos que sozinhos não alcançaram o quociente eleitoral, ou seja, o êxito de agremiações com pouca competitividade eleitoral, conseqüentemente, essa estratégia teve efeito sobre o

número de partidos efetivos na Câmara dos Deputados, aumentando o nível de fragmentação partidária.

A fragmentação partidária é vista pela Ciência Política como uma das principais causas de instabilidade do sistema político, problemas de governabilidade, aumento do custo de negociação para o Executivo e paralisia decisória (Krause; Schaeffer; et al. 2023). É importante destacar que o surgimento de vários partidos no sistema partidário brasileiro não se deu por conta de exigência das demandas sociais ou devido um vazio ideológico, a principal causa do multipartidarismo fragmentado foi o desenho institucional permissivo para os pequenos partidos. Na interpretação de Bolognesi (2023) a lógica basilar para a situação é a de que “qualquer espaço pode caber mais um, mesmo se já ocupado”, é a elite política e a necessidade de angariar mais recursos que explica o fundamento da fragmentação. Sendo assim, a tradução do cenário de fragmentação é visualizada “pela movimentação no volume dos partidos políticos, enquanto uns crescem, outros encolhem assim as cadeiras vão acomodando a mesma quantidade de representante, mas em cada vez mais legendas partidárias.” (Bolognesi, 2023, p. 141).

A conformação do sistema partidário brasileiro em 2002 indicava o Número Efetivo de Partido (NEP) de aproximadamente 9, já em 2018, no ápice da fragmentação partidária, o NEP na Câmara dos Deputados chegou a mais de 18 (Bolognesi, 2023). Durante as eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados em 2018, o somatório de partidos políticos foi de 30, a EC nº 97/2017, proferida pela Lei 13.487 e 13.488, surge com o principal objetivo de enfrentar o problema da fragmentação partidária, alcançados resultado positivo já em 2022 com a soma de 23 partidos representados na Câmara.

Segundo Vasquez et al. (2024), o efeito da proibição das coligações proporcionais foi a redução das chances de sucesso dos pequenos partidos. O estabelecimento desse constrangimento colocou os pequenos partidos em desvantagem, visto que sem o suporte dos partidos maiores eles não conseguem que os seus candidatos sejam eleitos, que, por questão de sobrevivência irão migrar para outros partidos. O resultado disso foi o aumento da migração partidária que foi de 45,1% em 2014 – 2018 e de 52,7% em 2018 - 2022 (Vasquez et al., 2024)

Para além da proibição das coligações, a EC nº97/2017 também estabeleceu a cláusula de desempenho, que prevê no inciso § 3º do Art. 17, a porcentagem mínima de votos válidos para o acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão.

à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

(...)

obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

(...)

tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação (Brasil, 2017)

Contudo, essa nova norma se deu de maneira gradual, começando a partir das eleições de 2018 com o mínimo de 1,5% dos votos válidos em $\frac{1}{3}$ dos estados e da capital com 1% em cada uma. Em 2022 a porcentagem mínima sobe para 2% e permanece 1% em cada unidade Federativa, ou conseguindo angariar no mínimo 11 Deputados Federais distribuídos em $\frac{1}{3}$ dos estados. Já nas eleições de 2026 o percentual de votos válidos aumenta para 2,5%, enquanto o mínimo de votos em $\frac{1}{3}$ das unidades federativas vai para 1,5%, tiverem eleito 13 Deputados em pelo menos 9 estados.

As eleições municipais de 2020 foram a primeira após o fim das coligações, a partir dos resultados locais Vasquez et al. (2024) denota que os partidos tiveram a oportunidade de antecipar as estratégias para as eleições de 2022. A partir disso, os efeitos da EC 97/2017 no sistema partidário e nos partidos políticos foram de redução do número de partidos que lançaram candidaturas, enquanto os partidos mais competitivos resolveram maximizar as chances de sucesso lançando mais candidatos para o cargo de Deputado Federal (Vasquez et al., 2023). Se tratando dos resultados eleitorais, a junção entre o novo contexto institucional e as estratégias utilizadas pelos partidos políticos provocou a redução da fragmentação do sistema partidário, do Número Efetivo de Partidos e do Número Efetivo de Partidos Legislativos (NEPL) em comparação com as eleições de 2014 e 2018 (Vasquez et al., 2023). Outro dado relevante que evidencia os efeitos institucionais, foi o aumento do percentual de cadeiras para os quatro maiores partidos da casa, que em 2018 não alcançaram nem 40%, mas em 2022 a porcentagem foi para mais de 50% (Bolognesi, 2023). Em suma, as implicações ocasionadas pela EC 97/2017 consistiram em efeitos

1) o mecânico, que diminui a probabilidade de vitória de partidos pequenos em relação aos grandes, considerando que as coligações eleitorais permitiam os partidos pequenos obter as cadeiras se utilizando do quociente partidário da coligação; e (2) o psicológico, em que os políticos buscaram se antecipar e buscar siglas partidárias com maior potencial eleitoral e os partidos buscaram estratégias de sobrevivência, seja se fundindo com outras agremiações ou participando de federações partidárias ou mesmo escolhendo as disputas que deveriam concorrer (Vasquez; et al. 2024, p. 13).

Por conseguinte, os efeitos psicológicos da legislação consistem na antecipação/mudança das estratégias dos partidos políticos para prevenir os efeitos da EC 97/2017. Em convergência com Vasquez et al. (2024), Krause et al. (2023) salienta que duas importantes antecipações foram a incorporação e fusão de agremiações partidárias a partir de 2019. Dessa forma, houve uma reorganização do cenário partidário iniciado em 2019 ocorreu a incorporação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) ao Podemos, o Partido Republicanos Progressista ao Patriota, Partido Pátria Livre (PPL) ao Partido Comunista do Brasil (PcdoB), a criação do União Brasil através da fusão entre PSL e DEM, além das federações partidárias PT-PV-PcdoB, Psol-Rede e PSDB-Cidadania.

Sobre os efeitos psicológicos, Bolognesi (2023, p. 136) destaca que “esperamos a antecipação que os atores que operam no sistema político façam ao traçar a melhor estratégia para a mudança nas regras, agindo de acordo com a expectativa que tem sobre os efeitos mecânico do sistema eleitoral.”, porém em sua interpretação, essa antecipação também é causada pelas racionalidades contextuais, isto é, por lógicas eleitorais diferentes. Portanto, juntamente com as novas regras impostas, esse seria um dos fatores que impulsionou a estratégia de fusão do Democratas, que estava perdendo cada vez mais cadeiras em seu principal reduto eleitoral, que é o nordeste brasileiro.

Em síntese, a proibição das coligações e a cláusula de desempenho para acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita, gerou impactos relevantes para a conformação do sistema partidário nas eleições de 2022, além de impulsionar estratégias de sobrevivência nos partidos políticos que seriam afetados pelo novo arranjo institucional.

No presente capítulo foram apresentados os marcos legais que compuseram o plano de fundo para a criação do partido União Brasil. A priori a Lei Orgânica dos Partidos permite a fusão partidária entre as agremiações, além de conter informações sobre a criação, papel dos partidos e o Fundo Partidário. Consequentemente, o exame desse marco legal aponta para o reconhecimento da modalidade fusão partidária como uma forma de surgimento de legendas partidárias.

As regras sobre financiamento partidário representado a partir do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral (FEFC) dispõem que em casos de fusão é considerada a soma do desempenho das duas legendas na eleição anterior. Como resultado, a quantia de recursos analisados do União Brasil em comparação ao disponibilizado para os seus progenitores em eleições anteriores, destacam a fusão como uma estratégia de acesso a mais recursos. Como apontaram Mesquita e Fisch (2022) o FEFC alterou de forma central o jogo político. Candidatos e partidos passam a usar o novo fundo como moeda de trocas partidárias e na

construção de alianças.

Para mais, não é inegável a influência da EC nº 97/2017 para a reorganização do sistema partidário brasileiro. Com o fim das coligações proporcionais e a cláusula de barreiras, os partidos políticos tiveram que montar estratégias de sobrevivência para se anteciparem aos efeitos da nova legislação. Assim como evidenciaram Bolognesi (2023), Vasquez et al. (2024), Krause et al. (2023) a principal finalidade da emenda constitucional foi a redução da fragmentação partidária, como efeito as pequenas agremiações, as mais tradicionais, o caso do DEM, e os partidos em ascensão, o caso do PSL nas eleições de 2018, tiveram que se antecipar às possíveis perdas de recursos e tempo de televisão proveniente da cláusula de barreira.

Portanto, as variáveis institucionais aqui analisadas apontaram para uma influência no processo de fusão partidária, conseqüentemente, na criação do União Brasil, principalmente quando os resultados dessa junção foram benéficos tanto ao acesso aos recursos, quanto à superação da cláusula de barreira. Todavia, o exame do modelo genético se propõe a examinar três dimensões dessa origem. Além da dimensão institucional, também será observado as dimensões política e organizacional.

4 MODELO GENÉTICO: VARIÁVEIS POLÍTICAS

Os *party specific factors*, de acordo com Coffé e Torenvlied (2008), são os fatores contextuais relacionados aos resultados eleitorais e a mudanças de governo que afetam a fusão entre duas legendas, ou melhor, são elementos políticos que causam impacto na estrutura do partido reverberando em estratégias, umas delas a fusão. Dessa forma, a presente seção tem por finalidade destacar inicialmente o perfil ideológico do DEM e o PSL avaliando possíveis semelhanças, bem como analisar os resultados eleitorais do DEM e do PSL, enfatizando o contexto das eleições e as possíveis razões dos resultados eleitorais, além de explicar as eleições de 2018.

Além disso, seguindo as proposições de Coffé e Torenvlied (2008) o capítulo também engloba os aspectos interpartidários, apontando para a relação entre DEM e PSL por meio da comparação do conteúdo presente nos manifestos das agremiações e da atuação no legislativo. Os intrapartidários definidos pela atuação da coalizão dominante no processo de criação do novo partido, para visualizar esse fator é apresentado as notícias sobre a criação do União Brasil e o discurso de oficialização da legenda.

4.1 PERFIL IDEOLÓGICO DO DEM E DO PSL

De acordo com as tipologias partidárias, o movimento de transformação dos partidos atuou para um processo de desideologização com a principal finalidade de atingir um maior perfil de eleitor. Assim como o partido *catch-all* de Kirchheimer (2012), as mudanças na sociedade europeia principalmente causadas pela implantação do Estado de Bem-estar social diluiu as fronteiras mais marcantes entre as classes sociais, a partir desse momento a noção de direita e esquerda foi cada vez mais se aproximando, como consequência ocorreu uma tendência a centralização dos partidos políticos em seu aspecto ideologia. Em uma leitura sobre o caso brasileiro, Bolognesi et al. (2023) aponta para o diagnóstico da literatura que retrata o Brasil com agremiações sem ideologia expressa e nem perfil programático. Todavia, no referencial teórico mobilizado na presente dissertação, principalmente Godbout e Bélanger (2005), as semelhanças ideológicas são fundamentais para compreender a fusão partidária, porquanto, em uma comparação com o campo empresarial, as justificativas para fusão estão relacionadas com o tipo de mercado que atua, que ao se tratar dos partidos políticos é traduzido com a semelhança de perfil programático, ideologia, políticas públicas e eleitores.

The logic here is that if two firms are operating in the same market (horizontal), then a merger will increase the size of the market for both firms. In the context of a political party system, the same logic applies. Two merging parties increase their cumulative share of the votes. And in the case of simple majority voting, they may also increase their total elected seat share by reducing vote splitting among voters who support both parties in the same riding. The new size may also help increase the party's bargaining power in the legislature, or provide the party with enough seats to form the government (Godbout e Bélanger, p. 6, 2005).

Portanto, se faz necessário observar o perfil ideológico do DEM e do PSL, além de estabelecer comparação entre os dois perfis. Não há um consenso na ciência política em como mensurar/identificar a ideologia das agremiações, podem variar desde consulta ao seu manifesto, programa, o perfil do eleitorado, tipo de política pública que privilegia ou como os especialistas identificam o partido. Tarouco et al. (2015) e Bolognesi e et. al. (2023) utilizaram em suas análises a modalidade percepção dos especialistas, coletada a partir de *survey*, para identificar a ideologia dos partidos políticos brasileiros.

O *survey* aplicado por Tarouco et. al. (2015) coletou as respostas de 47 especialistas durante o evento da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010. A escala ideológica foi traçada de 1 a 7, sendo 1 o polo mais à esquerda possível e o 7 o ponto limite do espectro direita.

Quadro 8 – Classificação ideológica do DEM e do PSL coletada por Tarouco e Madeira (2015)

Partido	Média	Min.	Máx.	Desvio padrão	Coef. var.	Moda	Nº respostas	Não Sabe
PSL	5,2	2	7	1,32	0,25	5	20	27
DEM	6,2	5	7	0,72	0,12	6	47	0

Fonte: Tarouco e Madeira (2015).

A partir dos resultados é possível observar a localização dos dois partidos no polo da direita, porém em termos de variação dos resultados e do desconhecimento sobre a ideologia o caso do PSL deve ser explorado. A consulta com os especialistas identificou o PSL como partido de direita com uma média de 5,2, mas o nº de especialistas que souberam classificar o partido foi de 20, correspondendo a menos da metade dos respondentes. Conseqüentemente, a partir desse dado é possível observar o peso do partido no sistema político brasileiro, que o fez ser tão desconhecido até mesmo por especialistas. Ao observar a atuação do partido em 2008 não houve nenhum prefeito eleito pelo próprio partido, apenas 9 prefeitos eleitos através

da coligação que o PSL participou e o n° de vereadores eleitos pelo partido corresponde apenas a 1% dos eleitos em território nacional.

Já o Democratas é identificado pelos especialistas como o partido mais à direita das 27 organizações partidárias classificadas. Além disso, nota-se que todos os especialistas classificaram o DEM e a escola variou pouco, onde o mínimo foi 5 e o máximo 7, mas todos situados no espectro da direita. Para mais, o exercício de Tarouco et al. (2015) também buscou classificar os partidos anteriores ao período da redemocratização, como consequência foi possível visualizar também o espectro ideológico dos antecessores do DEM que é o Arena, cuja média foi de 6,4 também situação à direita.

Inspirados pelo trabalho de Tarouco et. al (2015), Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) também objetivam classificar os partidos políticos brasileiro tendo como base a opinião de especialista coletada a partir de *survey*. Segundo os autores, essa modalidade é considerada mais válida e confiável, porquanto os respondentes são capacitados e livres de contaminações típicas da arena política. A partir disso, foram enviados 963 convites para os associados da ABCP durante o mês de julho de 2018, porém o número de respostas final foi de 519.

Quadro 9 – Classificação ideológica DEM e PSL elaborada por Bolognesi et, al. (2023)

Partido	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	N°	Coef. de Var.
PSL	8,11	8	10	1,69	489	20,79
DEM	8,57	9	10	1,40	511	16,31

Fonte: Bolognesi *et al.* (2023).

De modo geral, os autores identificaram que quanto maior o número de respondentes maior é o coeficiente de variação, contudo, o DEM é o partido com menor n° de variação, mesmo com uma quantidade elevada de respondentes. Em resumo, isso significa que a sua ideologia sempre foi evidente, se afirmando como um partido tradicional de direita com bastante consistência. A homogeneidade das respostas é explicada porquanto o Democratas como uma legenda histórica, antes conhecido como PFL e sucessor do Arena, “são legendas com histórico ou contextos específicos que permitem que o analista às aloque sem titubear no apertado espaço em que sente que é preciso diferenciar os partidos entre si.” (Bolognesi, p. 8, 2023).

Todavia, os resultados do PSL são diferentes em termos de consistência em relação ao DEM, ambos persistem no espectro ideológico mais a direita, mas em situações diferentes. Assim como no survey de Tarouco (2015), na pesquisa de 2018 o PSL não atingiu o número de respondente total e possui um dos coeficientes de variação mais elevados se comparar aos partidos com a mediana ⁶.

Em uma classificação ideológica dos pequenos partidos de direita no Brasil, Babireski (2016) a partir dos conteúdos programáticos, manifestos e ideários do partido, identificou o PSL como o partido nanico mais à direita. Ao observar as proposições do partido nos eixos Estado e Economia, visualizou que

O posicionamento mais liberal está no PSL, que defende que o Estado é mero prestador de serviços públicos. Ele deve afastar-se das atividades econômicas e empresariais. O PSL também critica a postura paternalista do Estado, ou seja, a existência de um Estado que interfira na vida dos indivíduos, dominando o poder de ação, tornando-os cada vez mais dependentes de recursos estatais, diminuindo sua liberdade criadora e o senso de responsabilidades sociais (Babireski, p. 6, 2016).

Em relação a isso, confirma-se a identificação do PSL como partido de direita, apesar do desconhecimento a respeito do partido presente nas duas pesquisas a partir da consulta com especialistas.

Vale a pena ressaltar que as duas pesquisas exploradas são anteriores ao protagonismo do PSL em 2018 e da associação do partido com o que pode ser identificado como nova direita ou extrema direita. O survey de Bolognesi (2023) aplicado em julho de 2018 foi anterior à associação do ex-presidente Jair Bolsonaro, representante dessa nova direita, que foi lançado como candidato à presidência pelo partido em agosto. Nesse sentido, em termos ideológicos ambos os partidos estão localizados a direita, entretanto, cabe refletir se existe uma homogeneidade no que se entende por direita, além de compreender os efeitos de novos atores, identificados como extremos, nas transformações desse grupo e suas diferenças com o que se entende por direita tradicional representado primordialmente pelo DEM.

O contexto de radicalização da direita no Brasil tem como o seu apogeu a vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018, contudo tem o seu marco inicial os protestos contra o governo Dilma (PT) em 2015. De acordo com Chaloub et, al. (2018), a ascensão da direita radicalizada se deu mediante a um processo de fragilização da democracia, reverberando em espaços de disputas em dimensões estéticas, concepções religiosas, o modo de organização da sociedade civil e variadas formas de difusão cultural das ideias conservadoras. Nessa leitura, a

⁶ PRB, PR, PTC, DC, Novo, Progressistas, PSC.

direita ressurgiu primordialmente como difusora de ideias conservadoras disseminadas por intelectuais através de jornais, livros, programas de rádio, plataformas digitais, Youtube e Facebook. Os conteúdos majoritários dessas publicações são referentes a políticas econômicas e sociais do Partido dos Trabalhadores (PT), casos de corrupção, a ausência da “moral” visualizado pelas explicações acerca da “ideologia de gênero” e ações focadas em “minorias”. Para além da articulação com os intelectuais, Chaloub et al. (2018) destaca a presença da direita radicalizada em uma coalizão que articulou intelectuais, políticos, empresários, funcionários dos estados, e partidos políticos como o Partido Novo e o PSL.

Assim como Chaloub et al. (2018), Santos e Tanscheit (2019) também identificam no Partido Social Liberal a emergência do que eles denominam como “direita radical”. Na interpretação de Santos e Tanscheit (2019), a direita radical começa a ganhar forma durante o processo de impeachment, tendo o ápice do protagonismo político na vitória de Jair Bolsonaro, para o maior cargo do executivo, e a ascensão do PSL. Nesse contexto, houve a substituição da “direita moderada”, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), pela “direita radical”.

Apesar de haver uma multiplicidade de conceituações iniciais sobre a extrema direita, nova direita ou “direita radical”, o que conecta os diversos conceitos são a incidência de características como nacionalismo, xenofobia, racismo e a aversão à democracia (Mudde 1995; 2007 apud. Santos; Tanscheit, 2019). No caso brasileiro, a conceituação indica a orientação neoliberal, totalmente contra a intervenção do Estado no mercado, pautas conservadoras no âmbito do comportamento, contra a intervenção do Estado nas escolhas privadas e hostilidade ao sistema político e a representação política (Santos; Tanscheit, 2019).

A partir dos resultados abordados foi perceptível a variação entre os partidos e as diferenças entre o DEM e o PSL, apesar dos dois serem considerados partidos de direita. Nessa mesma interpretação, Codato et. al. (2018) propõem novas tipologias para os políticos de direita no Brasil. É válido destacar que a unidade de análise do artigo não são os partidos políticos, e sim os políticos, ou seja, os deputados e candidatos. Ao observar a emergência da nova direita, os autores denotam que para além do tempo de atuação, existem diferenças importantes entre a nova direita e a direita tradicional.

Utilizando como referencial teórico as obras de Coppedge (1997 apud Codato et. Al. 2018) referente a classificação ideológica dos partidos políticos na América Latina, Codato et. al. (2018) exploram três tipos de partidos de direita, demonstrados a seguir:

- (i) partidos confessionais de direita: são partidos que baseiam a sua ideologia ou

programa explicitamente em concepções religiosas e/ou estão ligados a igrejas e a movimentos com forte apelo conservador (“pró- -vida”, “pró-família”, etc.). [...] (ii) partidos personalistas: são os “partidos que baseiam o seu apelo no carisma, autoridade ou poder do seu líder em vez de em quaisquer princípios ou plataformas, que são demasiado vagas ou inconsistentes para permitir uma classificação plausível” (Coppedge, 1997b). [...] No Brasil, utiliza-se o termo “fisiológico” (como oposição a “ideológico”) para esses partidos eleitoralmente oportunistas, que podem ligar-se indiferentemente à esquerda ou à direita [...] (vi) partidos seculares de direita: conforme a definição de Coppedge, são organizações partidárias “patrocinadas por um governo militar, presente ou passado, que possuem uma mensagem conservadora (organicista, autoritária, elitista, retrógrada) e que não são, essencialmente, veículos personalistas para líderes autoritários” (Coppedge, 1997b). O próprio autor dá como exemplo a arena, partido da ditadura militar brasileira, e nós incluímos nessa categoria tanto o pfl/dem, o ppb/pp e o novo psd, como uma série de outros partidos autoritários [...] (Codato et. al., p. 880-881, 2018).

Nessa interpretação tanto o DEM quanto o PSL são identificados como Partido Secular de Direita. No caso do Democratas a justificativa para o enquadramento no secular de direita se dá pela sua relação com o Arena, representante partidário do regime militar, já o caso do PSL não há justificativas explícitas para o enquadramento.

Todavia, essa classificação de Coppedge só é utilizada como base para tipologia de políticos desenvolvida pelos autores. Para a construção empírica da nova classificação para a direita brasileira, há a exposição de quatro dimensões de análise, sendo elas: a social, ideológica, política e econômica. A dimensão social corresponde ao tipo de classe social de origem do político; a questão ideológica remete a valores sociais a questão programática divididas em ultraconservador, conservador e liberal/ ultraliberal; a filiação partidária remete a proporção do partido grade/tradicional, pequeno ou novo e indiferente a partidos; por fim, a última dimensão tem relação com a visão econômica que são traduzidas em neoliberal, estatista e indefinida.

Tendo em vista a nova direita e as estratégias utilizadas pelos seus atores, Codato et. al. (2018) identificam cinco tipos de políticos de direita: político tradicional de direita, o político da nova direita popular, político da direita populista, político da direita neoliberal e os políticos da direita libertária. Como já foi mencionado anteriormente, a análise parte de uma tipologia ideológica dos partidos políticos, mas o seu produto final tem como objetivo um tipo ideal de político e não de partido. Tendo em vista que o objetivo da dissertação são dois partidos políticos, cabe identificar em qual partido os políticos das tipologias desenvolvidas por Codato et. al. (2018) estão situados.

No tipo *político da direita tradicional*, é exposto o perfil do Ronaldo Caiado do DEM, esse enquadramento se deu a partir da análise das quatro dimensões.

O seu partido é contra programas de compensação social, quotas sociais ou raciais

nas universidades e utiliza, estrategicamente, um discurso anticomunista, em especial contra os governos do Partido dos Trabalhadores. Nos termos dos atributos definidos pelo nosso modelo, Caiado é de classe alta, tem perfil ideológico conservador, pertence a um partido grande e tradicional e é estatista em termos econômicos, a menos nas políticas de intervenção do Estado no mercado que beneficiem o agronegócio (Codato et. al., p. 887, 2018).

Sendo assim, persiste o diagnóstico do DEM como um partido da direita tradicional, ou secular de direita, que também comporta políticos com o mesmo perfil.

Já os casos do PSL identificado também como secular de direita, comporta dois tipos de políticos identificados como nova direita, *os políticos da direita populista* e o *da direita libertária*. A tipologia política da direita populista remete ao perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro caracterizado como

Político indiferente a partidos, defende uma plataforma regressiva em termos de direitos humanos e direitos das minorias, usa o anticomunismo e a celebração das práticas e das políticas do regime ditatorial-militar como plataforma principal. Estatista e nacionalista, não possui uma doutrina econômica elaborada e definida. Em termos de valores e costumes, aproxima-se do representante típico da nova direita popular, mas, politicamente, é muito semelhante ao que nas democracias europeias se denomina de “direita populista (Codato et. al., p. 888, 2018).

Se tratando dos políticos da direita libertária, também visualizado como um tipo mais recente de direita, é definido como a direita radicalmente contra a intervenção do Estado e políticas sociais e também segue a, de modo extremado, a doutrina liberal tradicional. O representante desse tipo selecionado pelos autores foi o Fábio Ostermann do PSL, que também participou do Movimento Brasil Livre (MBL) e também da vertente mais liberal do PSL na época, o LIVRES.

Por consequência, o reconhecimento dos tipos de políticos de direita inserido em ambos os partidos denota, além da diversidade no espectro da direita, mas também a localização do DEM e do PSL. Sendo assim, pode-se concluir que o DEM representa o que é compreendido como direita tradicional, enquanto o PSL seria também um partido de direita, porém um pequeno partido de direita que comportou os políticos da nova direita. Todavia, devido a esse achado cabe também uma reflexão acerca do tipo de partido político, que no caso do PSL é conceituado pela literatura como um partido de aluguel (Dias; Mayer, 2021).

A definição de partido de aluguel denota a respeito dos partidos que possuem baixa institucionalização e incentivos organizacionais, sem ideologia explícita, se comportando como partido fisiologia. Na conceituação de Dias e Mayer (2021) o PSL, como partido de aluguel, serviu para “políticos em busca de maior protagonismo eleitoral e/ou realizar

negociações com outras legendas para obtenção de vantagens para as lideranças das legendas” (p.4). A principal estratégia de sobrevivência para esse tipo de legenda é o seu carácter fluido justamente para comportar políticos de diversas vertentes e com objetivos individuais. É nesse sentido que os autores constata na entre associação de Jair Bolsonaro, e os seus seguidos, e o PSL em 2018, o partido foi alugado e serviu de incubadora para os políticos da nova extrema-direita.

Entre 2015 e 2019, o PSL foi alugado duas vezes. Primeiro, em 2015, para dissidentes do MBL, o Livres, que almejavam refundar - e renomear - a legenda de acordo com o programa do movimento (Mayer, 2018). Em 2017, o partido foi alugado para grupos ligados ao até então deputado federal Jair Bolsonaro, com o objetivo de viabilizar sua candidatura à presidência da República em 2018. A entrada dos grupos bolsonaristas causou a saída do Livres do PSL e sua migração, majoritariamente, para o Partido Novo (Dias; Mayer, 2021, p. 4).

Se antes da associação com o bolsonarismo em 2018, o partido era conceituado como um pequeno partido de direita com um representante na Câmara e participando e grandes coligações proporcionais e majoritária. Após o seu aluguel, o PSL assume uma nova identidade de extrema-direita, contemplando temáticas conservadoras no campo dos costumes, emergindo como maior partido na Câmara tendo possibilidade de cargos e maior protagonismo político. Desse modo, o diagnóstico ideológico do PSL em 2018 com a introdução dos bolsonaristas e outros movimentos, reporta não mais a um partido secular de direita, mas a um partido representante da nova extrema-direita, porquanto o mesmo serviu de incubadora para que “grupos e/ou movimentos sociais da extrema-direita pudessem concorrer nas eleições de 2018 e também gestar seu programa, estratégias e ações de modo a consolidar-se como um importante ator político no cenário brasileiro.” (Dias; Mayer, 2021, p. 5).

Em suma, o perfil ideológico traçado aponta que a fusão partidária ocorreu mediante a junção de dois partidos de direita. De um lado os Democratas, com uma identidade consolidada e reconhecida como direita tradicional brasileira. Do outro o Partido Social Liberal, por sua fase anterior a 2018, pequeno partido secular de direita, após 2018 partido que serviu como incubadora da nova direita muito mais radicalizado.

Em seu Estatuto, o UNIÃO se apresenta da seguinte forma:

Art. 3º. O União Brasil se declara social liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Sua estrutura interna, organização e fundamento, se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao

pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais (União Brasil, 2024, p. 1).

Como é possível notar em seu estatuto, o União Brasil declara apoio a pautas democráticas, respeito aos direitos humanos e liberdades civis e intervenção estatal para regulação do mercado o que parece se diferenciar bastante das pautas da direita radical e até mesmo de uma direita tradicional no que se refere ao papel do Estado frente à economia. Nesse sentido, cabe indagar se o espectro ideológico do partido englobaria realmente as pautas defendidas pelo DEM e pelo PSL, ou em que medida o que se manifesta em seu estatuto representa uma estratégia política de diferenciação dos seus partidos de origem. Além do conteúdo ideológico presente em seu estatuto, foi possível identificar a mobilização do seu aspecto ideológico através de outras fontes como o Manifesto do Partido e os Discursos de Oficialização da agremiação.

4.2 FATORES INTERPARTIDÁRIOS

Segundo Goudbout e Bélanger (2005) e Coffé e Torenvlied (2008), um dos aspectos relevantes para explicar a fusão partidária é o perfil dos partidos. Na concepção desses autores, para as duas agremiações aderirem a fusão é necessário possuírem algum tipo de semelhança ou atuarem em um mesmo mercado de voto, isso pode ser identificado a partir das afinidades ideológicas em seus conteúdos programáticos. Dessa forma, a proposta dessa seção é justamente focar nos perfis do DEM e do PSL, tendo em vista os seus Manifestos e o comportamento parlamentar durante os dois anos que antecederam a fusão entre os partidos, ou seja, 2019 e 2020.

Para a análise dos manifestos foi utilizado o Manifesto Partidário do PSL publicado em seu site, no caso do Democratas também foi utilizado a mesma fonte. A análise foi feita a partir do *software* Orange, com a finalidade de destacar os termos frequentes nos documentos e estabelecer conexões.

De acordo com o Manifesto do Partido Social Liberal, as palavras com maior frequência são: liberdade (11), social (8), sociedade (7), liberal (6), poder (5). De acordo com o manifesto do partido, a proposta da organização é acentuar os aspectos democráticos em oposição às características centralizadoras do Estado, a associação entre social-liberal tem como proposição a incorporação da organização da sociedade à luz dos pressupostos liberais.

O manifesto enfatiza primordialmente o valor da liberdade, isso é visível na frequência dos termos “liberdade” e “liberal”. O modo de organização da sociedade deve se dar de

Figura 3: Nuvem de Palavras do Manifesto União Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto do UNIÃO.

A nuvem de palavras construída a partir do Manifesto do União Brasil (Figura 3) aponta para maior incidência de termos como Brasil (38), política (22), brasileiros (18), compromisso (17), estado (16) e democracia (15). Em comparação com o Manifesto do PSL, a nova agremiação não enfatiza a sua vertente ideológica baseada no liberalismo, em termos como liberdade e liberal, o manifesto apresenta em seu conteúdo a sua corrente ideológica pautada no liberalismo, porém outros assuntos tem mais preponderância, diferentemente da relevância que esse assunto foi proposto no documento do PSL. Consequentemente, o termo liberal assume a 19º posição de frequência. Todavia, em relação ao Manifesto do Democratas, o União Brasil apresentou compatibilidade no que tange a regularidade de termos como: Brasil, brasileiros e compromisso.

Outra questão de extrema importância que perpassa os três manifestos é a identificação do papel do Estado em relação a sociedade. Atravessado de maneira mais acentuada nas duas agremiações anteriores, o papel do Estado assume uma interpretação liberal, afirmando que a sua função primordial é de agente regulatório, em contraste a isso, o documento da nova agremiação apresenta o Estado, em seus quatro princípios, como garantidor de direitos sociais.

- O valor da Democracia como sistema político pautado pela tolerância, pluralidade, respeito e diálogo.
- O valor do Estado como garantidor dos direitos sociais básicos da população.
- O valor da Liberdade como condição para a busca de realização individual.
- O valor da Família como esteio da pessoa e base da sociedade. (UNIÃO BRASIL, 2022)

Além disso, a relação entre Estado e economia também é expressa de maneira diferente, adicionando a questão da regulação, também a função de induzir, estimular a economia e proteger os mais vulneráveis, mas mantendo a iniciativa privada como prioridade.

Defesa da liberdade econômica. Não há desenvolvimento verdadeiro, com prosperidade, bem-estar e realização pessoal, sem uma economia livre e competitiva. A iniciativa privada é o centro desse processo. Ao Estado compete o papel de indutor, estimulador e regulador da economia, e também de protetor e apoiador das parcelas mais vulneráveis da população, para que as desigualdades no ponto de partida não comprometam as chances de sucesso e crescimento de todos que sonham e lutam por uma vida melhor. (UNIÃO BRASIL, 2022)

De maneira geral, a nova agremiação ainda acentua a questão do liberalismo econômico e político. Porém, relaciona de maneira mais enfática a relação entre Estado e Políticas Sociais, com uma preocupação em negar qualquer vertente que afirme que o Estado deve ser mínimo, isso é perceptível, quando afirmam que “[...] não caímos na armadilha do Estado Mínimo. Acreditamos na construção de um Estado eficiente e fiel às suas obrigações indelegáveis: saúde, segurança, educação, assistência social, regulação, indução, garantia de oportunidades e promoção da equidade”. Dessa forma, percebe-se que o UNIÃO aponta essa principal divergência com os seus antecessores.

Os dados utilizados para a conformação das semelhanças entre o DEM e PSL tiveram como fonte o site dos Dados Abertos na Câmara dos Deputados, a pesquisa priorizou os anos de 2019 e 2020, anos esses que antecederam a fusão entre os dois partidos. Dessa forma, a proposição acerca da semelhança entre as orientações das duas bancadas, faz alusão a teoria sobre fusão partidária, uma vez que uma possível explicação para essa associação é a atuação em mercados, isto é, tipo de eleitorado e políticas semelhantes.

Além da teoria sobre a fusão partidária, segundo Scheeffler (2018) a classificação dos partidos em espectro ideológico de esquerda e direita também pode ser analisado partir do comportamento legislativo, nesse sentido o estudo sobre as orientações das bancadas também pode indicar a semelhança /diferença ideológica desses dois partidos.

Portanto, será investigado a atuação do PSL em 2019 e 2020, isto é, no o primeiro e no segundo ano do governo Bolsonaro e o marco de atuação do partido após o sucesso eleitoral de 2018. Além do PSL, também será examinado o comportamento parlamentar DEM, que 2019 funcionou com 29 deputados federais eleitos. Assim como já foi citado, a finalidade

dessa seção é explanar acerca da semelhança entre os dois partidos, já foi apresentado a questão referente ao manifesto, agora a proposta é observar a semelhança entre as orientações das bancadas durante os anos de 2019 e 2020.

Nesse sentido, foram extraídos do site dos Dados Abertos da Câmara do Deputados, duas planilhas contendo as orientações de todos os partidos, o próximo passo foi filtrar esses partidos, deixando apenas o DEM e o PSL. Após isso, a partir do cálculo de convergência a partir do *software* R, foi contabilizado todas as orientações iguais nos dois partidos.

Quadro 10 – Convergência de Orientação de bancada DEM e PSL em 2019

Orientação de Bancada DEM e PSL em 2019	
Concordaram	252
Discordaram	53

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados

O resultado de 2019 aponta que as orientações da bancada do DEM e do PSL convergiram 83%, já em 2020 a taxa de convergência foi de 85%. Portanto, isso significa que nos dois anos que antecederam a fusão os partidos não atuaram de maneira oposta no plano legislativo, muito pelo contrário, visto que em termos de orientação de bancada as lideranças atuaram como um nível alto de convergência.

Quadro 11 – Convergência de Orientação de bancada DEM e PSL em 2020

Orientação de Bancada DEM e PSL em 2020	
Concordaram	315
Discordaram	54

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados

Nesse sentido, a fusão partidária foi possível devido as semelhanças no espectro ideológico e também no comportamento parlamento. Contudo, de acordo com as possibilidades de associações entre os partidos políticos, a fusão não é a única. A Lei 14.208/21 permite que os partidos políticos atuem como uma única legenda durante quatro

anos, porém preservando a sigla, a identidade e também o número, isso aconteceu em 2022 com a instituição de três federações, a PT-PV-PCdoB, PSDB-Cidadania e Rede-PSOL. O caso da construção do União Brasil transcende apenas a associação entre duas siglas, o objetivo das lideranças foi a criação de um novo partido, usufruindo de mais recursos, mas também mobilizando a questão da novidade.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS ELEITORAIS DO DEM, PSL E UNIÃO

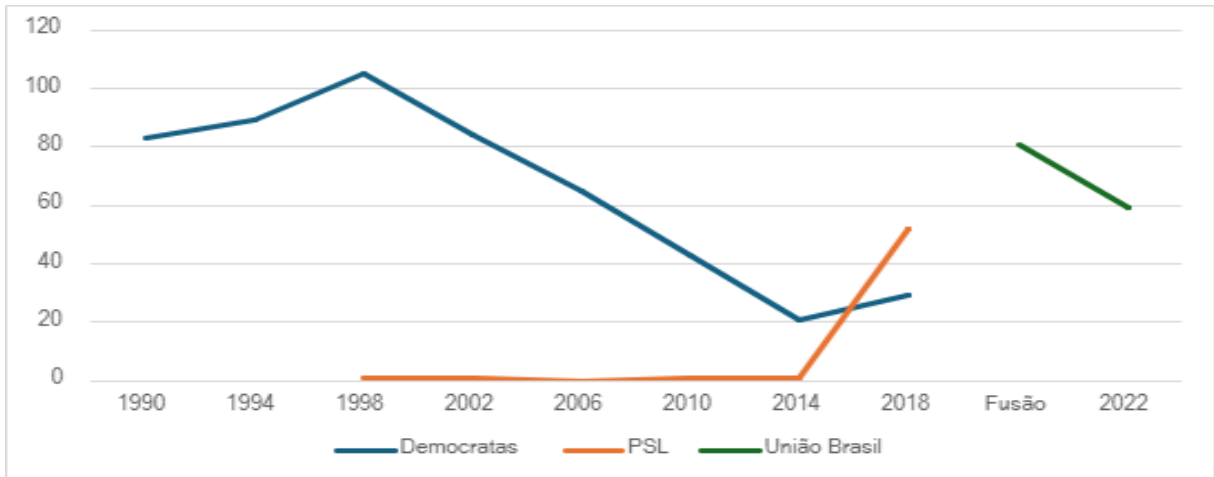
Fundado em 1985 com o nome de Partido Frente Liberal, o DEM é resultado da cisão interna do Partido Democrático Social, que por sua vez é o herdeiro do partido ARENA. Em 1990, em sua primeira eleição para o pleito da Câmara do Deputados, o partido inicia a sua carreira conquistando 83 cadeiras no parlamento brasileiro, nas próximas duas eleições para o mesmo cargo a agremiação assume um movimento crescente no tocante ao número de cadeiras, atingindo o seu melhor resultado nas eleições de 1998, a qual angariou 105 representante no congresso. Contudo, após 1998 o desempenho do partido decresce atingindo o pior resultado em 2014 com apenas 21 deputados (Gráfico 2).

De acordo com a abordagem da fusão partidária de Coffé eTorenvlied (2008), os resultados eleitorais são fundamentais para contextualizar o fenômeno, visto que as vitórias eleitorais introduzem mudanças organizacionais (Frantzich, 1989 apud Coffé;Torenvlied, 2008) e também as derrotas exigem renovação nas estratégias dos partidos (Panebianco, 2008). Desse modo, ao examinar o Gráfico 2 é possível notar uma mudança nos resultados dos dois partidos. No caso do DEM, a trajetória durante as eleições para o cargo de Deputado Federal foi de crescimento em suas duas primeiras eleições disputadas, porém após o ápice nas eleições de 1998, o partido começa a entrar em declínio como o seu pior resultado em 2014, já em 2018 ele começa a se recuperar, porém o contexto de alteração nas leis eleitorais e partidária, agrava a necessidade de angariar mais cadeiras. O enfraquecimento do DEM também foi visível em seu principal reduto eleitoral que é o nordeste brasileiro. Os dados do Gráfico 2 apresentam justamente a redução do número de votos válidos para o cargo de Deputado Federal, que começou a declinar expressivamente a partir de 2010.

Nesse sentido, o Gráfico 2 destaca as alterações nos resultados eleitorais que exigiram uma nova estratégia de sobrevivência. Se tratando do DEM, o declínio foi o principal motor da mudança. Enquanto para o PSL, a situação é muito mais complexa, visto que a vitória em 2018 associada com a candidatura de Bolsonaro, não poderia se repetir, pois em 2019 o ex-

presidente se desfilou do partido.

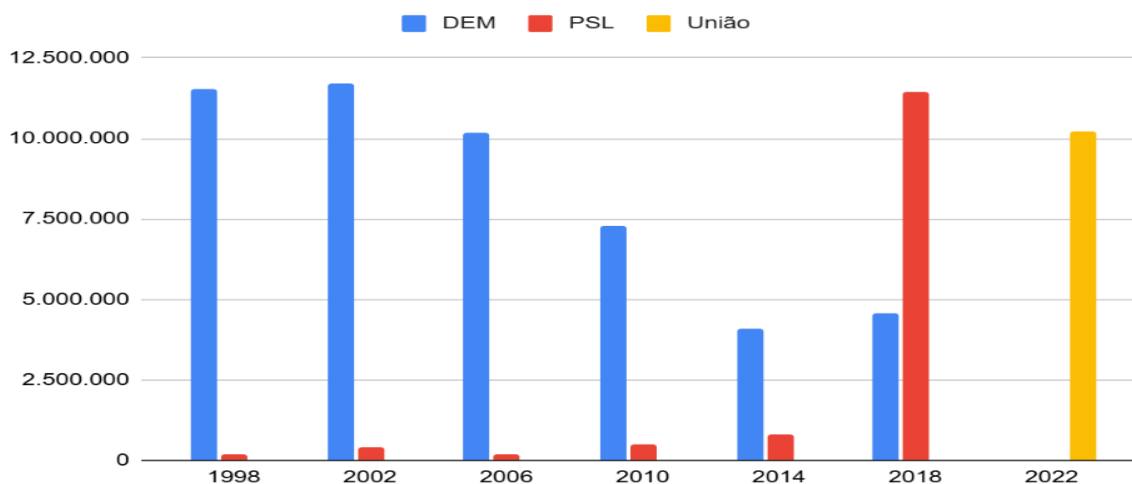
Gráfico 2 – Resultados eleitorais para o cargo de Deputado Federal DEM, PSL e União Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Através do número de votos para o cargo de deputado federal após a redemocratização é possível observar uma certa regularidade nos dois partidos, todavia, ambos operavam em lados opostos, o DEM se consagrando como um partido tradicional de direita que apesar de uma ação de declínio sempre foi constante, e o PSL atuando como um partido nanico. No caso do Democratas é perceptível também uma redução mais acentuada nas eleições de 2010, vale a pena destacar que antes de 2007 o DEM tinha como legenda a sigla PFL em referência ao Partido da Frente Liberal. Segundo Ribeiro (2014) a alteração de PFL para DEM se deu com o objetivo de restaurar a imagem do partido em um contexto democrático, em uma tentativa de apagar a associação do PFL como um herdeiro do ARENA, que foi o partido central da ditadura militar, assim a legenda Democratas também reafirma o compromisso com a democracia. Para mais, essa refundação não foi apenas uma mudança na sigla, também gerou uma oxigenação da liderança, incorporando jovens políticos dissociados do regime militar, como Rodrigo Maia, filho de exilado político durante a ditadura.

Gráfico 3 – Número de votos para Dep. Federal recebidos pelo DEM, PSL e UNIÃO (2022) em todas as unidades federativas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em 2010 a redução do DEM também é perceptível em seu principal reduto eleitoral que é a região Nordeste. As eleições de 2010 em nível presidencial contou com a vitória em segundo turno de Dilma Rousseff (PT), após dois mandatos do ex-presidente Lula. No nível executivo a disputa foi entre os Partidos dos Trabalhadores e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entretanto, por mais que o DEM não tenha lançado candidatura no Executivo havia claramente uma coligação com o PSDB. Nesse sentido, o DEM funcionava como braço do PSDB em algumas regiões, o exemplo disso foi a atuação do partido na região Nordeste. Além disso, representava a principal força da oposição nos dois governos Lula, se consagrando como um dos grandes partidos.

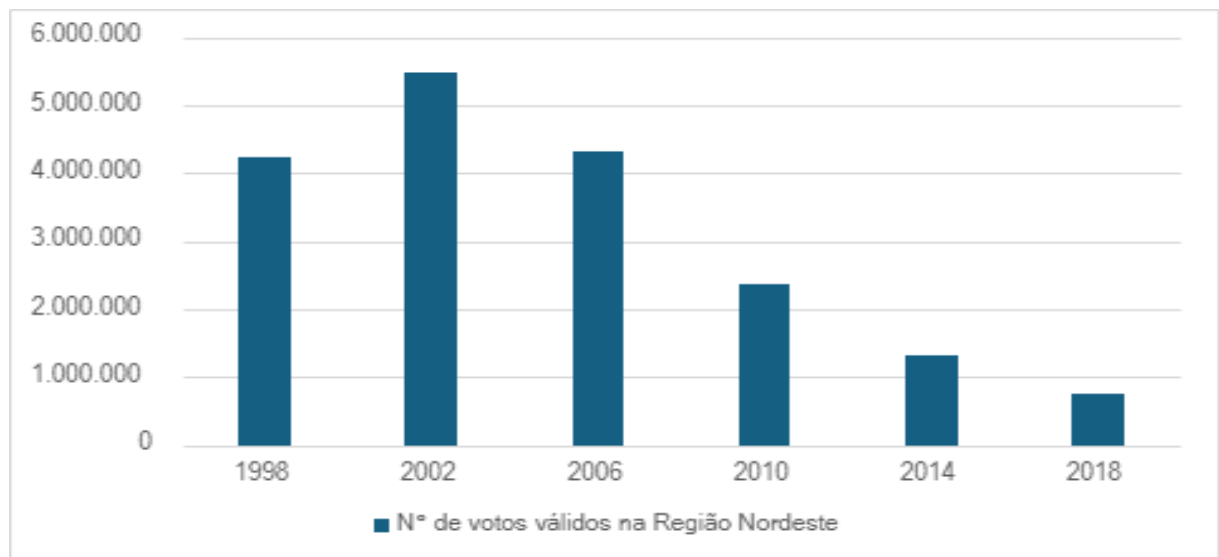
Em análise das eleições de 2010, Limongi e Cortez (2010) observaram a atuação dos cinco maiores partidos na época, PT, PSB, PMDB, PSDB e DEM, nas disputas para o executivo nacional e estaduais e também nas eleições proporcionais para Deputado Federal. A comparação com os resultados eleitorais a partir dos anos 90 apresentou uma redução no sucesso do DEM em todos os cargos, porém ainda permanecendo como partido forte. Nas disputas presidenciais, o DEM não lançou nenhuma candidatura, a sua atuação foi acentuada em bloco partidário, principalmente com o PSDB, que fazia frente ao PT. Se tratando do número de governadores eleitos por partido, o DEM também teve redução, mas o seu aliado aumentou o número de representantes em 2010, mesmo com apenas dois governadores eleitos, em termos de bloco o resultado foi relevante, visto que juntamente com o PSDB o resultado foi de dez governadores eleitos.

O mapeamento das disputas estaduais em 2010 confere tons mais nítidos ao quadro. Os dois grandes blocos mostraram-se capazes de coordenar suas entradas nas disputas

estaduais. PSDB e DEM não lançaram candidatos ao governo estadual em um mesmo estado. PT e PSB tiveram candidatos simultaneamente apenas em São Paulo, onde o candidato do PSB não conseguiu conquistar espaço. (Limongi, Cortez, 2010, p. 34)

Nas eleições proporcionais para o cargo de Deputado Federal, tanto o DEM, quanto o PSDB reduziram a porcentagem de representantes em comparação a todas as eleições desde 1994. No entanto, o mais interessante nos dados apresentados por Limongi e Cortez (2010) é o crescente aumento dos outros partidos, ou seja, enquanto os grandes partidos reduziram as suas forças, os pequenos partidos vêm aumentando, isso marca uma tendência de fragmentação partidária presente no sistema partidário brasileiro. Em comparação com 2006, os partidos de médio porte atingiram o seu maior resultado, de 197 deputados eleitos em 2006 para 275 em 2010. Esse dado indica que uma das possíveis causas para a queda do DEM foi a fragmentação partidária que só fez crescer no Brasil. Na eleição proporcional de 2006, 20 partidos tinham representação, já em 2010 foi para 22, 2014 para 28 e em 2018 o número de partidos representados foi para 30.

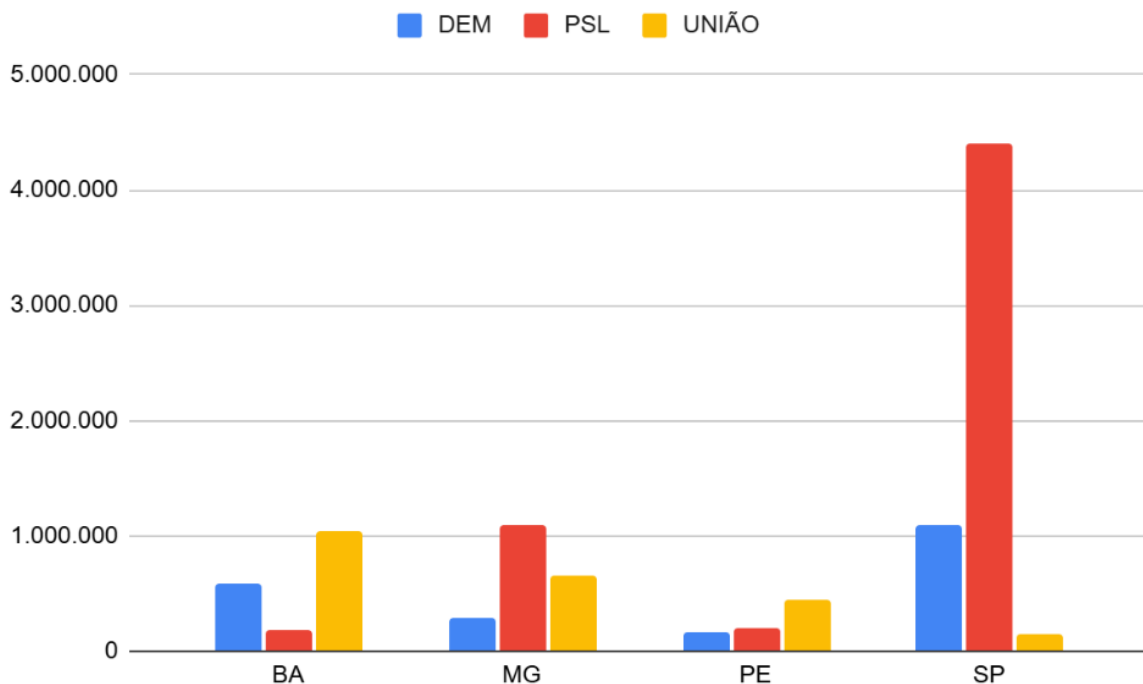
Gráfico 4 – N° de votos válidos recebidos pelo DEM nas Eleições para Dep. Federal no Nordeste



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A fim de compreender melhor a disposição da composição da coalizão dominante no Capítulo 5, aqui constam os dados referente ao resultado eleitoral do DEM e do PSL, nos estados selecionados para a investigação, sendo eles: Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Os gráficos 5, 6 e 7 apresentam os resultados eleitorais de 2018 angariados pelo DEM e pelo PSL, além disso, também traz a comparação com o resultado do União Brasil em 2022. No que tange o número de votos para o cargo de Deputado Federal, nota-se em 2018 que em Minas Gerais e em São Paulo o resultado do PSL foi melhor do que o da União Brasil em 2022. O que o UNIÃO levanta como principal diferença com o PSL de 2018 é a ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que em 2022 saiu em campanha presidencial pelo Partido Liberal (PL), juntamente com os seus apoiadores que almejam o cargo de Deputado Federal. Em contrapartida, nos dois estados do Nordeste, Bahia e Pernambuco, o resultado do UNIÃO em 2022 foi superior ao dos seus antecessores. A Bahia já tinha uma tradição com o Partido Democratas, uma vez que o grande nome da política baiana, Antonio Carlos Magalhães, foi do PFL e deixou como principal herdeiro ACM Neto, ex-prefeito de Salvador, candidato a governador em 2022 e também secretário-geral do União Brasil. Em Pernambuco, estado de origem do presidente do partido em 2021, Luciano Bivar, também é visível o aumento do número de votos angariados pelo UNIÃO em 2022.

Gráfico 5 - N° de votos válidos recebidos pelo DEM e PSL em 2028, pelo DEM em 2022 por estado



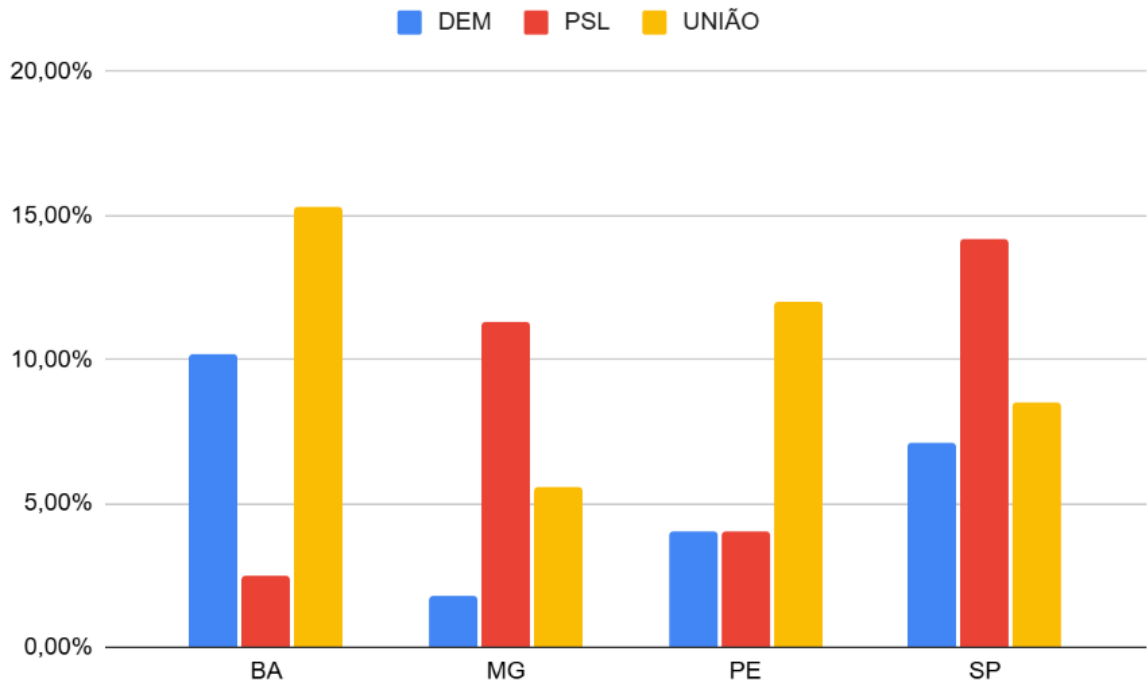
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A composição da representação dos estados na Câmara dos Deputados Federais e também nas Assembleias Estaduais, reverberam o que já foi mencionado anteriormente, o fortalecimento do UNIÃO em 2022 na Bahia e em Pernambuco, e a redução do partido, como herdeiro do PSL, em Minas Gerais e São Paulo.

Em 2018 10, 2% dos deputados federais baianos eram do DEM, enquanto que apenas 2,5% eram do PSL. Todavia, em 2022 o resultado eleitoral do UNIÃO aponta para uma porcentagem de 15,3%, maior do que a soma do resultado das duas agremiações em 2018. Isso revela que no que se refere a sucesso, a fusão do DEM com PSL foi proveitosa para as duas legendas que aumentaram os seus resultados nesse espaço tradicionalmente do DEM, mas com uma presença constante do PT. Pernambuco reverbera a mesma situação, de 4% de representação para cada partido na eleição anterior, o UNIÃO em 2022 triplica o resultado. O Gráfico 7 sobre deputados estaduais expressa a mesma constatação para esses dois estados do Nordeste, o fortalecimento das duas legendas após a fusão. 6 deputados estaduais foram eleitos pelo DEM na Bahia e 3 em Pernambuco, enquanto o PSL elegeu apenas 2 candidatos na Bahia, o resultado do UNIÃO foi de 10 na Bahia e 5 em Pernambuco.

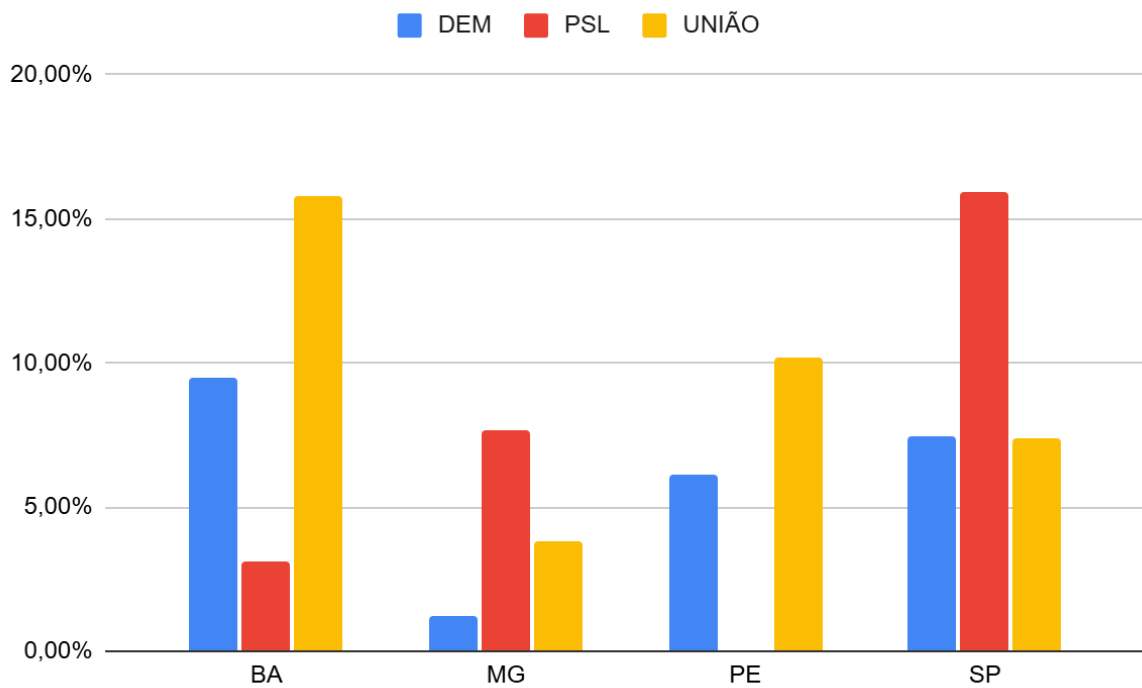
Gráfico 6 – Porcentagem de cadeiras na Câmara dos Deputados Federais DEM e PSL,

2018 E UNIÃO em 2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Gráfico 7 – Porcentagem de Deputados Estaduais DEM e PSL EM 2018, e UNIÃO em 2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

No contexto nacional, levando em consideração a atuação dos partidos a partir de 2010, a criação do UNIÃO elevou os resultados para o DEM e para o PSL. Por mais que em 2018 o resultado do PSL foi superior ao da UNIÃO em 2022, vale lembrar que em Bolsonaro se desfilou do partido, junto com ele muitos deputados federais emitiram o desejo de seguir o ex-presidente, que foi o que aconteceu na janela partidária de 2022 após a criação do União Brasil, os candidatos ditos bolsonaristas migraram de partido.

O Gráfico 4 ao relatar a redução do DEM na região Nordeste também denota essa redução dos resultados eleitorais do partido. Em análise da situação nos estados selecionados em 2018, a situação do DEM em comparação ao PSL, só não é menor no contexto baiano (gráfico 5). Em 2018 a atuação do PSL em Minas Gerais e São Paulo foi maior em comparação com o DEM em 2018, também em comparação com o resultado do UNIÃO em 2022.

De maneira geral, os dados apresentados referente aos resultados eleitorais contextualizam o espaço político no qual emergiu a nova agremiação. Os resultados recentes do DEM e do PSL configuram situações opostas, de um lado um partido em crescimento, PSL, que muito do seu sucesso tem relação com uma característica personalista, representada pela ascensão de Bolsonaro, do outro, um partido de direita tradicional e consistente no cenário político brasileiro, mas que no tange resultado eleitoral apresentava um declínio, causado principalmente pelo crescimento dos pequenos partidos. Os Gráficos 2 e 3 traduzem justamente a redução da relevância eleitoral do DEM, o que é fundamental para acesso aos recursos eleitorais previstos na EC n° 97/2017.

4.4 FATORES INTRAPARTIDÁRIOS

4.4.1 Notícias

Os indícios da fusão partidária entre o DEM e o PSL apareceram na grande mídia em julho de 2021 em uma reportagem do Poder 360⁷. De acordo com a notícia, a partir de julho houve avanços do PSL para a possibilidade de fusão com o DEM e o PP. A principal

⁷ <https://www.poder360.com.br/brasil/centrao-fundira-3-siglas-para-criar-maior-partido-do-congresso/>

argumentação é que a junção em forma de partido entre o centrão⁸, grupo político fundamental durante o governo Bolsonaro, teria como principal objetivo o aumento da bancada e também o lançamento de uma candidatura própria, além de uma possível relação com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Sobre essa possível fusão do ex-chefe do Executivo declarou que “Sou do Centrão. Fui do PP metade do meu tempo. Fui do PTB, foi do então PFL. No passado, integrei siglas que foram extintas”, expressando a sua possível relação com as legendas.

No que tange a organização da fusão, a reportagem salienta o encabeçamento do PSL nessa possível jornada, e Bivar como o líder dessa iniciativa. Nesse sentido, a liderança nacional do partido iria se dar pela presidência de Luciano Bivar, vice-presidência de ACM Neto e a secretária-geral para Ciro Nogueira, presidente do PP. Uma vez que a iniciativa de fusão parte do PSL, a matéria expôs uma nota de Luciano Bivar sobre a nova agremiação e as intenções para o cargo máximo no executivo nacional.

O PSL mantém excelente diálogo com a maioria dos partidos. Com a filiação do jornalista José Luiz Datena, nome expressivo na conjuntura política, e agora com sua pré-candidatura à Presidência da República, o PSL já decidiu seu rumo para a eleição de 22 com candidatura própria. Assim é natural que os demais partidos com pautas convergentes se aproximem para abriremos essa discussão, porém jamais abriremos mão de nossos ideais liberais, defendidos desde nossa fundação. Qualquer avanço no sentido de fundir-se, por conseguinte, enfrentará esses e outros entraves (Poder 360, 2021).

No mesmo período, ainda não tinha a informação ao certo com qual sigla o PSL iria se fundir, por conta disso, os rumores colocam em perspectiva o PP, e uma nova sigla como a continuação da legenda 11. Na notícia elaborada por Uribe (2021), a principal pauta da fusão é apenas o PSL e o PP, cuja legenda seria algo sobre o termo “liberal” com a finalidade de ressaltar a ideologia da nova sigla. Por mais que elas falem de fusão das siglas, a notícia fala da permanência do 11, o que seria muito mais um processo de incorporação do que de fusão. Nessa notícia, já é apontado o desenvolvimento do estatuto do novo partido e a

⁸ Segundo Testa, Mesquita e Bolognesi (2024) o Centrão virou sinônimo de fiel da balança para a governabilidade e de crise nos anos recentes de nossa democracia, o qual é frequentemente mencionado tanto como fiador da agenda do poder Executivo no Congresso Nacional, como agente de conflito que pressiona o governo e impede que demandas do poder central sejam atendidas. “É um agrupamento que se aglutina em torno da demanda clientelista de seus membros e cuja agenda ideológica fica relegada em segundo plano. É apenas na oposição ao governo de esquerda, já no quarto mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), que encontramos verniz conservador para a organização do centrão como um bloco suprapartidário.” (p.5). Neste artigo os autores realizam um survey em que perguntam a experts (cientistas políticos filiados à ABCP) quais partidos fazem parte do Centrão e para esses experts, o Centrão seria composto por: PP, Republicanos, PL, PTB, MDB, União, Patriota, Pode e PSD. Entretanto, considerando tanto a Arena Legislativa quanto à Arena Eleitoral os autores consideram que a lista de partidos que fazem parte do Centrão se resume ao PSD, Republicanos, Pode e PP.

sua proposta social-liberal. Diferentemente da notícia anterior que expressa a ambição de Bivar em lançar um candidato à presidência, a notícia aborda que o partido não iria lançar candidato para não afetar possíveis alianças, além de que o objetivo seria colocar esse partido como uma alternativa para os deputados e senadores que desejavam sair do DEM e do MDB. Além disso, outra questão abordada é o Fundo Partidário que a nova agremiação teria acesso, em virtude do número da bancada.

Outro partido que foi cotado para participar da fusão partidária liderada por Bivar foi o Republicanos. Todavia, os líderes da organização descartaram qualquer tipo de criação de uma nova sigla tendo como elemento o Republicanos, afirmando que “O Republicanos completou 16 anos e segue firme para ser um dos maiores partidos do Brasil” (Poder 360, 2021).

Reportagens do jornal O Globo e CNN informaram sobre a possível criação de um “superpartido”, que seria fundado a partir da fusão do Republicanos, PSL e PP. Ambas publicações citam a resposta de Pereira sobre a não inclusão da sigla. Em texto, publicado em 20 de agosto, a CNN afirma que “o Republicanos chegou a ser sondado para fazer parte da nova sigla, mas o presidente nacional do partido, Marcos Pereira, refutou a hipótese.

(...)

Em julho, o Poder360 apurou as negociações da possível fusão entre os partidos do Centrão. Caso seja realizada, seria o maior partido do Congresso, com 121 deputados e 15 senadores. Na reportagem, os integrantes do PSL disseram que a fusão ainda é vista como rumor e a movimentação é totalmente encabeçada por Luciano Bivar, presidente do PSL (Poder 360, 2021).

As primeiras notícias salientam a intenção de reestruturação do PSL após a saída de Bolsonaro, a utilização de novas estratégias para manter os mesmos resultados de 2018, e isso foi solucionado, com a liderança de Bivar, a partir da fusão. Até então, o Democratas é indicado como apenas mais um partido para compor esse “centrão”.

Em 30 de setembro de 2021 a Folha de São Paulo publicou a notícia referente ao novo partido que surgiu da fusão entre DEM e PSL, o União Brasil. A escolha pelo Democratas foi justificada pela finalidade de desenvolver uma “direita civilizada” oposta ao que foi a experiência do PSL com Jair Bolsonaro. Em avaliação de cientistas políticos, o Correio Braziliense mostrou que

Também é o que avalia André César, cientista político sócio da Hold Assessoria Legislativa. Ele pontua que Luciano Bivar tinha receio de que o PSL voltasse a ser um partido nanico, já que o rompimento com Bolsonaro saiu caro para o próximo pleito. Pelo tamanho da sigla, o fundo eleitoral para o próximo ano deve ser grande. “Ele sabia que era uma noiva cobiçada e precisava buscar alguém que tivesse ideologia parecida. E o DEM vinha perdendo nomes importantes, como o Maia, pode perder o Pacheco. ACM Neto, porém, tem mais peso do que o Bivar. O DEM,

apesar de ser menor, tem influência. Então foi um casamento interessante para os dois lados. E se torna um partido de muito peso”, pontuou (Medeiros, 2021).

A matéria apresenta a história do DEM desde os anos dourados de sua fundação, os cargos conquistados e os principais casos que levaram à queda do partido. Sobre o PSL, há a representação como um partido ex-nanico que teve a ascensão por meio da filiação de Jair Bolsonaro, mas que precisava recalculiar a rota devido a desfiliação do ex-presidente em 2019. De acordo com a publicação, o resultado União Brasil é fruto de pesquisas que indicaram o desejo do povo brasileiro em superar a polarização. Além de criar algo com um sentido de novidade, Efraim Filho destacou que a escolha por fusão, e não a incorporação, isto é, a manutenção do número e da legenda, foi justamente “a premissa era de nome novo e número novo. Foram os melhores avaliados na pesquisa qualitativa” (Carta Capital, 2021).

"Os brasileiros querem união e pôr fim à polarização, aos antagonismos", disse. "A gente partiu do princípio de que, sendo um partido novo, o ideal era que tivesse um número novo, e este foi o que obteve a unanimidade entre as pessoas que discutiram a definição", explicou Neto sobre o número escolhido (Chaib, 2021).

Para mais, a publicação também esboçou o tamanho do novo partido em termos de acesso a financiamento, bancada na Câmara e no Senado, número de governadores e de prefeitos. Todavia, salienta também que essa estratégia não é apenas de ganhos, visto que há também a negociação a respeito da permanência de políticos relevantes, como Rodrigo Pacheco.

Em suma, a primeira notícia sobre a fusão aponta que

A cúpula do DEM decidiu negociar a fusão para ter um "corpo que pudesse carregar seu conteúdo", como afirmaram caciques da legenda à Folha reservadamente, após a perda de filiados de destaque em 2021 e a rejeição da volta das coligações partidária pelo Senado.

(...)

De um lado, o PSL deverá ter um dos maiores tempos de televisão em 2022, além de um robusto fundo eleitoral e partidário. Do outro, o DEM, um partido que já teve papel relevante no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas que hoje, com uma bancada de 28 deputados, não tem a importância que já teve um dia.

(...)

A fusão de ambas as siglas, na avaliação de dirigentes do DEM, além de uma questão de sobrevivência devido às mudanças nas regras eleitorais, tem por objetivo garantir a relevância dos dois partidos após as eleições de 202. (Chaib, 2021).

Enquanto a justificativa da liderança para aderir a fusão é incorporado o contexto, as notícias sempre mobilizam o tamanho do partido como relevante. Assim, a notícia do CNN

(2021) evidencia que “em tese, partidos com número maior de parlamentares no Congresso têm mais poder para analisar e negociar pautas – e também mais dinheiro.”

Referente a função do partido no sistema político Luiz Henrique Mandetta, cotado na época para candidato à presidência, evidenciou que o partido

[...] tem “excelentes quadro e muita disposição para o protagonismo que os brasileiros esperam.”

O Brasil precisa de união para vencer a fome, a desigualdade, a baixa qualidade da educação, os populismos, as iniciativas antidemocráticas e tantos outros problemas que no afligem. Nasce o União Brasil. E eu seguirei comprometido em construir o Brasil da União”, escreveu em uma rede social (Mari, 2021).

Todavia, mesmo com as opiniões favoráveis em relação a criação da nova agremiação, também houve opiniões desfavoráveis. O exemplo disso foi a posição de Onyx Lorenzoni, Ministro do Trabalho durante o Governo Bolsonaro e filiado ao Democratas, que deixou em destaque em ata a sua posição contrária à fusão (Hanna, 2021). Atualmente, o ex-ministro não é mais filiado a União Brasil, optando em 2022 a se tornar membro do Partido Liberal.

Por conseguinte, o resultado da criação do União é a reunião da maior bancada da direita nos últimos 20 anos. Logo após a sua fundação o partido detinha 545 prefeituras, cinco governos estaduais, 8 senadores e 82 deputados federais (Medeiros, 2021). Porém, essa criação também lidou com dissidências internas geradas pela ala bolsonarista e a possibilidade de o partido lançar a própria candidatura em uma tentativa de devolver uma terceira via, que foi a proposta do partido para superar a polarização. Assim, o partido que nasceu grande começou a perder candidatos, principalmente no momento da janela partidária em 2022.

Outro aspecto que norteará o tamanho da legenda será a decisão sobre uma candidatura própria a cadeira presidencial. A ala bolsonarista do PSL, por exemplo, vê com maus olhos os planos ventilados de uma eventual candidatura própria. No momento os nomes apontados são o ex-ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta (DEM-MS), o apresentador de televisão José Datena (PSL-SP) e o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Já uma ala da nova legenda, especialmente os candidatos a deputado federal e estadual, almejam a candidatura própria para alavancarem suas campanhas (Paula, 2021).

Como já era previsto, com o fim da janela partidária para as eleições de 2022 o União Brasil reduziu de 82 deputados federais para 47. Onde 23 deputados migraram para o Partido Liberal, seguindo Jair Bolsonaro, 4 para o PP, 3 para o Republicanos, 2 para o PSD, 1 para o PTB, 1 para o MDB (Porto, et. al., 2021).

4.4.2 Análise de conteúdo dos discursos proferidos na Convenção Nacional de

Oficialização do União Brasil

Com a finalidade de explorar mais aspectos do processo de fusão, será analisado a partir da técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 1977) dos discursos de Ronaldo Caiado, ACM Neto e Luciano Bivar proferidos na Convenção Nacional de oficialização do União Brasil. Ronaldo Caiado e ACM Netos são ex-membros do Democratas, ACM Neto era o presidente da organização, com a fusão se tornou Secretário-geral, enquanto Caiado, governador de Goiás, é um dos vice-presidentes. Já Luciano Bivar foi o primeiro presidente do UNIÃO, além de ter sido presidente do PSL.

Segundo Bardin (1977, p. 105), a análise temática preconiza “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Portanto, o objetivo primordial desta seção é observar o processo de criação do partido tendo em vista os discursos proferidos no momento da sua criação.

Etapa 1 - Preparação do Material

Os discursos foram selecionados a partir de dois critérios: o primeiro foi a disponibilidade da fonte, que, no caso, corresponde a acessibilidade da fonte que está disponibilizada no Canal do Youtube do partido; a segunda, foi a o cargo que os políticos iriam desempenhar no partido, por consequência, foram selecionados o discurso de ACM Neto, secretário-geral do partido, Luciano Bivar o presidente da União Brasil no momento da sua fundação, e Ronaldo Caiado, governador de Goiás.

Considerando que o objeto de análise foram os discursos, foi necessário o processo de transcrição. O próprio Youtube disponibilizou as transcrições dos vídeos, porém contendo algumas incompatibilidades com o que foi proferido. Sendo assim, após a leitura da transcrição disponibilizada pela plataforma, foinecessário uma transcrição manual, a fim de corrigir as inconsistências.

Como resultado, o material final consistiu em três transcrições, cada uma condizente com um discurso proferido.

Etapa 2 - Categorização e Codificação

A partir do processo de transcrição foi possível visualizar de modo preliminar os principais temas presentes nos discursos do político. À vista disso, o processo de categorização e codificação levou em consideração o que se pretendia encontrar, representado pelos objetivos da pesquisa, e o que já foi percebido na pre-análise. No quadro 12 é apresentado a relação entre a pergunta (objetivos almejados), categoria e códigos.

Quadro 12 – Categorias da análise de Conteúdo

Pergunta	Categoria	Códigos
Quais são os fatores que deram origem ao partido União Brasil?	Origem Partido	liderança, aprimoramento da democracia.
Qual a contribuição das duas legendas para o produto?	Elementos da Fusão	DEM, PSL
Qual é o propósito do partido?	Propósito	união, eficiência, políticas sociais
Qual é o diagnóstico que a liderança faz da realidade social e política do Brasil?	Diagnóstico sobre o Brasil	avanços democráticos, desafios políticos, desafios sociais, pluralidade/diversidade
Quais as tendências políticas mobilizadas nos discursos?	Ideologia	liberalismo, democracia, conservadorismo

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 – Resultado da categoria “Origem partido”

Origem Partido		
Aprimoramento da Democracia	ACM Neto	União Brasil também antecipa um movimento tão necessário de aprimoramento da Democracia brasileira por meio da utilização de ideias e de propostas comuns em um número menor de partidos políticos.
Liderança	Ronaldo Caiado	Dizer a você, meu irmão, do seu gesto da sua grandeza, no momento em que você preside um país, preside um partido que tem musculatura política representatividade, você teve um gesto maior pensando no país e neste momento caminhou fortemente para que nós construamos indiscutivelmente a maior ferramenta política instalada no país, que é a criação da União Brasil.
		O Davi Alcolumbre ao que eu chamo carinhosamente, é um craque trabalha 24 horas, ninguém lutou tanto para construção disso hoje do que você.
		Nossos prefeitos, vereadores, lideranças de todos os quadrantes do Estado e deste país afora para dizer que, aquilo que foi dito aqui também pela

		Senadora Soraya, representando as mulheres e esse foi relatado pelo nosso Líder Efraim em relação a importância da união. Poucas pessoas perceberam o que foi a iniciativa de todos vocês em antevem, modéstia parte me coloco nisso, o ter me dedicado tempo integral para podermos chegar nesse ponto.
		Que nós poderíamos criar uma estrutura política que vai ser a mais forte ferramenta política no processo eleitoral de 2022.

Fonte: Elaboração própria a partir do vídeo disponibilizado pelo canal do Youtube do partido.

Quadro 14 – resultado categoria “Diagnóstico sobre o Brasil”

Diagnóstico sobre o Brasil		
Desafios Sociais	Luciano Bivar	Um país onde seja possível sair das amarras pragmáticas e fisiológicas de fazer política, onde seja possível seguir em busca do conhecimento científico, racional e desenvolvimentista que tanto almejamos. Esse sim é o ideário que o mundo moderno exige.
	Ronaldo Caiado	Que o brasileiro deseja a gente possa chegar a ele que tá sem condições de pagar o aluguel, sem condições de manter a criança na escola, sem condições de pagar o seu plano de saúde e muitos até mesmo de se alimentar.
Desafios Políticos	Luciano Bivar	Vivemos tempos difíceis, onde poderes estranhos fustigam a democracia a todo momento
	Ronaldo Caiado	A democracia sofre com populistas de toda ordem, mas também não subestimamos o perigo das políticas identitárias, nos querendo formar verdadeiras formigas humanas
	ACM Neto	No momento em que os partidos estavam enfraquecidos nós tivemos a visão certo, o caminho certo.
Pluralidade e Diversidade	ACM Neto	Senhoras e senhores, vivemos um momento de desencanto e desalento com as instituições democráticas que tem a sua razão de ser.
		o Brasil é conhecido e celebrado pela sua pluralidade, são muitas e diferentes as nossas origens, as nossas tradições, os nossos valores e as nossas ideologias diversas e a nossa geografia
Avanços	ACM Neto	Rica e variada é a nossa natureza, somos um país continental que abriga em seu vasto território todo tipo de gente. Mas não só de gente como também de pensamento de profissão de fé de posição política.
		O Brasil democrático livre justo pulsante e pujante que todos nós brasileiros desejamos, é uma evidente obra em aberto, mas não é uma utopia, é um sonho possível viável que está ao alcance das nossas mãos.
		Olhemos apenas para o passado recente, superamos o estado ditatorial e reconquistamos o direito ao voto e reconquistamos a liberdade de expressão e um regime jurídico assentado no princípio das garantias individuais.
		Vencemos a inflação galopante que extorquia os mais pobres, inviabilizavam um crescimento econômico sustentável é bem verdade ainda não vencemos, mas conquistamos avanços muito expressivos no combate ao analfabetismo, a fome e as doenças endêmicas.
		Porém, e eu quero chamar atenção, não podemos deixar que as dificuldades conjunturais comprometam a nossa confiança na democracia, nem que nos impeçam de reconhecer o muito que avançamos nos últimos 30 anos
		Inclusive politicamente, contamos com instituições sólidas nos dando provas de que tem maturidade e força para resistir às intempéries e as iniciativas antidemocráticas, estamos avançando na nossa obra de construção nacional e lançar luzes sobre esses avanços e conquistas é absolutamente fundamental para renovarmos a nossa

		confiança no futuro.
--	--	----------------------

Fonte: Elaboração própria a partir do vídeo disponibilizado pelo canal do Youtube do partido.

Quadro 15 – Resultado da categoria “Elementos da fusão”

Elementos da Fusão		
DEM	Ronaldo Caiado	Mas quero dizer a todos os presentes que o Democratas, Bivar, ele não chega apenas com números, o Democratas chega com uma experiência de todos os seus representantes.
		Em ACM Neto, que já disse o que ele representa para nós, e a experiência de um Mendonça Filho à frente do Ministério da Educação que revolucionou.
		Um Efraim esse jovem Líder que sempre teve o meu apoio em todos os momentos quer dizer que é uma competência, uma capacidade de aglutinar de construir sempre a maioria dentro da bancada e até unanimidade dela para os grandes debates no Congresso Nacional.
		Tereza Cristina querida da minha área da agricultura, que hoje o mundo todo volta aos olhos ao trabalho que essa mulher construiu, respeitada por todos nós
		Meu amigo Mandetta, colega mais novo do que eu mais saber da ortopedia na nossa escola do novo mundo, que tão bem representou o Ministério da Saúde que tem competência sobre lutar para combater um Covid.
		sabe que nós trazemos parlamentares deputados deputadas e senadores que são forjados na luta, no debate, do conteúdo, do estudo, na humildade, mas na coragem de enfrentar as adversidades.
DEM	ACM Neto	Todas as nossas conquistas, as nossas grandes realizações são consequência da unidade, são consequência do objetivo comum que traçamos e perseguimos de fazer um grande partido de manter a coerência com a nossa história, com os nossos ideais, com os nossos princípios e com os nossos valores.
		O DEM cresceu em mais de setenta por cento o número de prefeitos e vereadores eleitos no último pleito
PSL	Luciano Bivar	Os pontos comuns e inabaláveis desse grupo de líderes, representado aqui por ACM Neto e esse que vos fala, repousam, sobretudo, a defesa e o respeito às instituições do nosso país.
	ACM Neto	Já o PSL triplicou o número de prefeituras em todo o país.

Fonte: Elaboração própria a partir do vídeo disponibilizado pelo canal do Youtube do partido.

Quadro 16 – Resultado da categoria “Ideologia”

Ideologia		
Liberalismo	Luciano Bivar	Nosso pensamento não é hermético, nem obtuso. É liberal, laico, principalmente independente.
		A melhor maneira de navegar por mudanças disruptivas em um mundo dividido é por meio do comprometimento universal com a dignidade individual, com o livre mercado, com respeito às instituições e um Estado limitado.
		Ao longo dos últimos 250 anos, o liberalismo clássico ajudou a promover o progresso na nossa história, na nossa humanidade. Todo esse desenvolvimento

		passa por um teste severo, da mesma forma que aconteceu há 100 anos, quando os cânceres do bolchevismo e do fascismo começaram a consumir as entranhas do liberalismo na Europa Ocidental.
		É hora de os liberais e os democratas saberem como reagir, unir forças como fazemos agora é uma ferramenta inigualável para construir um Brasil melhor e mais justo.
	Ronaldo Caiado	e produz não vai ser alí amanhã escravizado por quem não tem o sentimento do direito de propriedade, garantindo o direito de propriedade como Norma constitucional, mostramos que o sentimento pulsante no Brasil era para uma constituição que tivesse independência aos cidadãos, economia de mercado, pudesse ter liberdade e que governo e estado fosse apenas forças norteadoras para poder proibir os excessos
	ACM Neto	E o segundo, o valor do Estado como garantidor dos direitos sociais básicos da população. O terceiro princípio, o valor da Liberdade como condição para busca de realização individual. O zelo pelas liberdades individuais, um dos mais relevantes fundamentos do Estado democrático de direito. A defesa intransigente da liberdade de imprensa como força social necessária à saúde da Democracia A defesa intransigente da liberdade de imprensa como força social necessária à saúde da Democracia. A defesa da Liberdade Econômica. O respeito do direito à propriedade. A valorização do papel econômico-social das Micro e Pequenas Empresas e o estímulo à cultura do empreendedorismo. Amigas e amigos, também enxergamos a necessidade de defender o Estado, afinal de contas o Estado gasta muito e gasta mal. Somos a favor das privatizações, da eficiência do gasto e da diminuição da carga de impostos.
	Luciano Bivar	Mas nós parlamentares, representantes legítimos do povo, precisamos ficar atentos e atuar por meio de partidos políticos para que a democracia prevaleça acima de tentativas de nos levar a comportamentos de rebanho. É hora de os liberais e os democratas saberem como reagir, unir forças como fazemos agora é uma ferramenta inigualável para construir um Brasil melhor e mais justo.
Democracia	ACM Neto	Porém, e eu quero chamar atenção, não podemos deixar que as dificuldades conjunturais comprometam a nossa confiança na democracia, nem que nos impeçam de reconhecer o muito que avançamos nos últimos 30 anos. O primeiro deles, o valor da Democracia como o sistema político pautado pela tolerância, pluralidade respeito e diálogo. Toda a sociedade nacional democrática se constroi e avança a partir dos embates, das disputas de ideologias e, é claro, do confronto de diferentes projetos.
	Ronaldo Caiado	Naquela época, minha gente, a esquerda era poderosa. E a esquerda era quase unanimidade, porque os demais não tinham coragem de reagir e nem de enfrentá-la.
Conservadorismo	ACM Neto	E, finalmente, o valor da família como esteio da pessoa e base da sociedade. Apoio à família brasileira, considerando que a família é a base da sociedade e o primeiro elo de conexão com o indivíduo.

Fonte: Elaboração própria a partir do vídeo disponibilizado pelo canal do Youtube do partido.

Quadro 17 – Resultado da categoria “Propósito do partido”

Propósito do Partido		
Eficiência	Luciano Bivar	o propósito é contribuir para o progresso intelectual, social e moral do nosso país. Nosso Parlamento, nas prefeituras, nas Assembleias Estaduais e Municipais, temos representantes que sonham com um país melhor.
	ACM Neto	Para isso, nossas principais ferramentas serão: o diálogo, a transparência, o compromisso com a palavra empenhada, a excelência na formação de nossos quadros políticos, a prioridade absoluta no interesse coletivo e é claro o amor pelo nosso país.
		A renovação das práticas políticas que devem ter o compromisso com a palavra empenhada como alicerce para a formação de laços de confiança entre os cidadãos e os seus representantes
	ACM Neto	União Brasil que nasce como o maior partido do país em número de lideranças no Parlamento Nacional, almeja ser o maior partido em eficiência na entrega de resultados aos brasileiros.
Políticas Sociais	Luciano Bivar	Mas que caiba nesse Estado limitado todos os programas sociais que propiciem a qualquer um dos brasileiros ter como ponto de partida a igualdade de oportunidades.
	ACM Neto	O nosso compromisso radical com a superação da pobreza, compreendendo que a pobreza não é apenas ausência de renda mais um conjunto de desproteções sociais. E tenham todos vocês a certeza de que um dos maiores propósitos da ação político-administrativa do União Brasil será o de ampliar as vias de ascensão social para as novas gerações de brasileiros.
		O fortalecimento do SUS dando resposta a problemas crônicos do sistema e a prioridade aos desafios e passivos gerados pela pandemia da covid-19.
		A priorização de políticas públicas voltadas para a primeira infância
		não caímos na armadilha do estado mínimo, acreditamos na construção de um Estado eficiente e fiel às suas obrigações indelegáveis quais sejam saúde, segurança, educação, assistência social, regulação, indução, garantia de oportunidades e promoção da equidade
	ACM Neto	Assim como também o firme compromisso de trabalharmos pela inserção e qualificação das mulheres, dos jovens e das minorias na política brasileira
União	Ronaldo Caiado	pelo contrário jamais pregamos uma luta entre irmãos, não caminhamos para a guerra de recessão, pois caminhamos para dizer que aquilo que nós queríamos tinha um sentimento da maioria
		Mas sabe que nós neste momento temos que poder ouvir a todos que queiram trazer para o Brasil o momento de paz, de conforto, de tranquilidade,
	ACM Neto	Mas graças a todo o esforço que foi feito, graças ao desprendimento e graças a uma visão maior de Brasil, aqui chegamos para a realização deste enorme feito.
		Em meio a essas diferenças uma coisa nos une e nos constitui como coletividade o amor por este país.
		É ele que nunca deixa de pulsar em nossos corações, que nos faz reagir ao pessimismo, que nos dá alento para seguirmos em frente acreditando e lutando por um futuro muito melhor. Esse amor pelo Brasil está assentado em nossa história comum nas lutas compartilhadas cotidianamente e na certeza de que mesmo com todas as suas mazelas e dificuldades, esse país tem um enorme potencial para a grandeza.
		Porém, o sucesso do Brasil e de cada um de nós dependerá do tamanho do nosso compromisso com o país e da nossa capacidade de deixarmos as diferenças de lado para trabalharmos por nosso objetivo comum, qual seja um Brasil democrático, livre, próspero e justo
		União Brasil traz em seu e a motivação, o embasamento e a finalidade que respondem pela sua criação. Nascido da fusão de dois partidos fortes em ascensão, o DEM e o PSL. União Brasil é um somatório de forças que tem como propósito servir de base, de instrumento, de caminho para pacificação
	ACM Neto	O entendimento, o diálogo construtivo, a conjunção de esforços que são imprescindíveis para a prosperidade e a paz que os brasileiros desejam e merecem ter.

	A experiência tem mostrado, repetidamente, somos capazes de grandes conquistas quando trabalhamos juntos. Queremos a partir de hoje reunir o melhor da força com cada cidadão deste país.
	União Brasil que nasce como o maior partido do país em número de lideranças no Parlamento Nacional, almeja ser o maior partido em eficiência na entrega de resultados aos brasileiros.
	Se juntos estamos, é porque algo maior nos moveu e nos move, e é óbvio que não se constroi uma fusão entre duas forças políticas expressivas sem renúncia, sem muita flexibilidade e sem muito compromisso com o futuro.
	Sobre esses pilares, iniciamos a missão de resgatar o otimismo, de reativar o espírito positivo e restaurar a confiança dos brasileiros na política, na democracia e no Brasil.
	Quero, ao encerrar, dizer a vocês que seguiremos sempre abertos ao diálogo com os demais partidos e forças políticas.
	Cada força política, assim como cada cidadão, tem os seus valores, a sua visão de mundo e o seu olhar de futuro. Essa divergência é saudável e, é claro, necessária para o avanço da sociedade. O que não se pode admitir é que as divergências sejam maiores, nem mais fortes que o compromisso de cada político, de cada cidadão com a coletividade.

Fonte: Elaboração própria a partir do vídeo disponibilizado pelo canal do Youtube do partido.

Coffé e Torenvlied (2008) destacam que os fatores intrapartidários, representados pela liderança do partido e facções, são fundamentais para compreender o processo de mudança nos partidos políticos, porquanto eles são os agentes da mudança, a fusão só é possível quando a liderança, ou coalizão dominante, acredita ser necessário. Nesse panorama, a observação dos discursos de Caiado, Bivar e ACM Neto permitiu observar os argumentos mobilizados para justificar a criação do União Brasil, levando em consideração a origem por fusão partidária. O Quadro 12 apresenta as categorias e códigos que foram investigados nos Discursos de Oficialização do partido, as perguntas mobilizadas tiveram como finalidade compreender a origem, fusão, propósito do partido, ideologia e o diagnóstico do Brasil.

Na categoria “Origem Partido” foi identificado dois elementos mobilizados para justificar a criação do novo partido, sendo eles: o “Aprimoramento da Democracia” e a “Liderança”. Em seu discurso ACM Neto declara que a fusão antecipa um processo necessário para a democracia brasileira, que é a redução dos partidos, consequentemente, da fragmentação partidária. Assim como já foi destacado por Rocha (2021), Sikk (2012) e Tavits (2007), a criação de novos partidos em novas democracias, por mais que possa ser incoerente com as teorias clássicas sobre as organizações partidárias, são partes de estratégia política liderada pela elite dirigente, nesse sentido, o código “Liderança” remete justamente ao papel dos líderes nesse processo, Caiado relata que a nova agremiação surgiu justamente deve a iniciativa dos membros do DEM, com ênfase em ACM Neto que fez, segundo Caiado, “um gesto maior pensando no país” ao fundir com o PSL, ainda salienta que foi um atuação

conjunta, destacando Davi Alcolumbre, Soraya, Efraim e todos os membros do DEM como impulsionadores desse novo projeto político.

Outra categoria é o “Diagnóstico sobre o Brasil” cuja a finalidade é expor a percepção dos dirigentes sobre o contexto de fusão, Coffé e Torenvlied (2008) propõem que além das regras que compõem o Sistema Eleitoral, um dos *non-party specific factors* é a situação socioeconômica do local. Nesse sentido, os discursos apontam para um diagnóstico de desafios sociais e políticos, a caracterização da sociedade brasileira como plural e diversa, além de avanços na vida política. No que tange os “Desafios políticos” e “Desafios Sociais”, a ênfase, além dos diagnóstico das necessidades básicas, observasse como recorrente nos três discursos a necessidade de apontar a efetivação da democracia como o principal desafio político a ser enfrentado, alinhado com a categoria “Aperfeiçoamento da Democracia” situada na categoria “Origem Partido”. É nesse contexto, que os dirigentes situam o surgimento do UNIÃO. Em comparação com os demais discursos, ACM Neto é o que mais mobiliza as outras duas categorias, “Pluralidade e Diversidade” e “Avanços”, indicando o potencial da política e da sociedade brasileira em superar os desafios, assim como foi possível superar os conflitos anteriores, na leitura do Secretário-Geral o novo partido é uma “boa via para” a efetivação da democracia,

No quesito “Elementos da Fusão” a questão foi compreender como os líderes mobilizaram esse tipo de fusão, para isso foi buscado a referência em seus partidos anteriores, a partir dos códigos “DEM” e “PSL”. Como resultado, é observável, principalmente no discurso de Caiado, as características do DEM que estarão presente no União Brasil, isso indica que, apesar de novo, o UNIÃO devido a sua modalidade de formação traz referência da agremiação anterior, principalmente pela experiência, carreira e trajetória política dos membros do DEM. Enquanto isso, o PSL é invocado devido ao seu sucesso eleitoral de 2018.

Na categoria “Ideologia” foi observado a incidência de três códigos: “Liberalismo”, “Democracia” e “Conservadorismo”, com ênfase nos dois primeiros. A finalidade era compreender a identidade ideológica da nova agremiação, como resultado e também comparação com a Figura 1 e a Figura 2 referentes aos manifestos do DEM e do PSL, nota-se que a União Brasil dá continuidade ao projeto liberal das agremiações anteriores, Bivar, Caiado e ACM Neto destacam o poder limitado do Estado, necessidade da liberdade econômica e individual, todavia, esse Estado limitado ainda deve atender políticas sociais. No eixo “Democracia”, os discursos denotam que o partido será comprometido com os valores democráticos, alinhados com outras citações dos discursos referentes ao “Aperfeiçoamento da Democracia” e “Desafios Políticos”. Por fim, o código “Conservadorismo” mostra a oposição

a esquerda e o valor da família como a base da sociedade.

O Quadro 17 contendo a categoria sobre o “Propósito do Partido” identifica a questão da “Eficiência”, “Políticas Sociais” e “União” como as finalidades da nova organização partidária. Em “Eficiência” e “Políticas Sociais” é notório que Bivar e ACM respondem a interpretação deles sobre a situação política e social brasileira, colocando em foco as políticas sociais e a eficiência como remédio para os desafios políticos. O propósito “União”, que é o nome e a sigla da legenda, corresponde a situação de polarização e conflito durante o contexto político de surgimento, a categoria afirma que a finalidade primordial é o Brasil, para isso a necessidade é de união, “desprendimento”, esforço conjunto e compromisso.

As categorias expressam a percepção dos dirigentes sobre o processo de fusão e criação do partido, demonstrando que o surgimento do UNIÃO é pautado em justificativas democráticas, mobilizadas para o “Aperfeiçoamento da Democracia”, superação dos “Desafios Políticos”, ou seja, a polarização política, e presentes no arcabouço ideológico do partido através da categoria “Democracia”.

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PARTIDO UNIÃO BRASIL

O objetivo deste capítulo é focar nos aspectos organizacionais do novo partido, o União Brasil, conduzindo a investigação para a composição da liderança nacional e as estaduais em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Para mais, o capítulo evoca o número de filiados em uma abordagem comparativa com os seus antecessores, DEM e PSL. Além de comparar o lançamento de candidaturas e a quantidade de eleitos em 2018 pelo DEM e pelo PSL com o lançamento e o resultado obtido pelo União Brasil em 2022.

5.1 ESTRUTURA E COALIZÃO DOMINANTE

De acordo com a segunda versão do Estatuto publicada em 2024, a estrutura organizacional do partido União Brasil compreende três tipos de órgãos de deliberação: as Convenções Municipais, Estaduais e Nacional, além dos Diretórios para cada ente federativo. Quanto aos órgãos de direção, estes são identificados pelas Comissões Executivas Municipais, Estaduais e a Nacional. Os órgãos de ação partidária representados por União Brasil Mulher, União Jovem do Brasil; os órgãos de ação parlamentar visualizados nas bancadas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, as bancadas das Assembleias Legislativas dos Estados, Distrito Federal e as Câmaras Municipais. Para mais, o partido também incorpora instituições de apoio, que no caso, são o Conselho Fiscal, Conselho de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidárias, o Conselho Consultivo Nacional, as Secretarias de Formação Política, Assuntos Jurídicos, Relações Internacionais e Assuntos Parlamentares.

O órgão de deliberação em nível municipal é organizado pelo diretório local e tem o objetivo de decidir questões políticas e administrativas; escolher candidatos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores; analisar e aprovar o plano de governo de candidatos à prefeitura municipal e também examinar possíveis coligações. Essa convenção é constituída pelo delegado ou suplente, pelos membros do diretório municipal e/ou seus respectivos suplentes, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e até Senadores que possuem domicílio no local.

As Convenções Estaduais funcionam em estados em que o partido detenha pelo menos capilaridade em 5% dos municípios. A sua composição corresponde aos delegados e suplentes municipais, membros do Diretório Estadual, Deputados Estaduais e Federais e Senadores do Estado. Em termo de função e competências, cabe a essa convenção escolher os membros do

diretório estadual e seus suplentes, assim como os Delegados e suplentes à Convenção Nacional; selecionar os candidatos para os cargos do Estado, possibilitar coligações; examinar o plano de governos dos candidatos a Governador; além de também discernir sobre questões político-partidários, administrativas e de patrimônio em esfera estadual.

Já a Convenção Nacional reflete as mesmas competências das duas convenções já citadas, porém focando em questões em nível nacional. Nesse sentido, cabe a Convenção montar o Diretório Nacional; escolher o candidato a presidência e vice-presidência; analisar o plano de governo e decidir assuntos políticos administrativos; o que esse órgão deliberativo tem de diferentes dos demais, é que nesse espaço é possível decidir sobre fusão ou incorporação do partido, sobre reforma do Programa Partidário, do Estatuto e do Código de Ética Partidária. A Convenção Nacional é composta pelos delegados estaduais, pelos próprios membros do Diretório Nacional e pelos parlamentares eleitos pelo União Brasil, entretanto esse grupo não tem direito ao voto.

Portanto, entende-se que as convenções são órgãos deliberativos que têm por finalidade montar o quadro partidário, desde a formação dos seus diretórios até a lista de candidatos. Por sua vez, os diretórios têm por finalidade a organização interna do partido, atividades eleitorais, gerenciamento de filiados, cumprimento das regras eleitorais e, principalmente, a execução das regras previstas no Estatuto. No caso do União Brasil, segundo o seu estatuto, o Diretório Municipal deve ser composto de 11 a 29 membros, mais 1/3 de suplentes, e o Diretório Estadual deve ser composto 30 a 51 membros, também com 1/3 de suplentes, e o Nacional de 85 a 201 com a mesma regra sobre a suplência. Para mais, as composições desses diretórios possuem membros natos com direito a voz, mas sem direito a voto, são eles: ex-presidentes do Diretório Nacional e líderes em exercício nas Casas Legislativas.

O Diretório Municipal é formado pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral, Secretário Adjunto, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto, mais três membros e os membros natos – Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores quando residirem no município. Em âmbito municipal as competências do Diretório consistem em:

- I - eleger, inclusive no caso de vaga, os membros de sua Comissão Executiva;
- II - julgar os recursos que lhe forem interpostos das decisões da Comissão Executiva;
- III - supervisionar as atividades do Partido, visando ao cumprimento de suas finalidades;
- IV - fiscalizar a execução das deliberações da Convenção;
- V - estabelecer diretrizes políticas não contrárias às fixadas pelos órgãos hierarquicamente superiores do Partido;

VI - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual (União Brasil. 2024, p. 18).

A composição da esfera estadual corresponde a um número maior de integrantes abrangendo Presidente, 3 Vice-presidente, Secretário Geral, Secretário-geral, Secretário Adjunto, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto e 13 membros, para mais, os membros natos ex-presidente, governadores, vice-governadores.

Art. 57. Compete aos Diretórios Estaduais:

I - eleger, inclusive no caso de vaga, os membros da sua Comissão Executiva;

II - julgar os recursos que lhe forem interpostos das decisões da Comissão Executiva Estadual;

III - supervisionar o desenvolvimento das atividades do Partido no Estado, visando ao cumprimento de suas finalidades;

IV - fiscalizar a execução das deliberações de Convenções;

V - adotar as medidas judiciais cabíveis contra Deputados Estaduais e Vereadores, que se opuserem às normas previstas neste Estatuto e na legislação eleitoral e partidária vigente;

VI - deliberar sobre atos e normas praticados pela Comissão Executiva submetidas à sua

apreciação;

VII - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual (União Brasil. 2024, p. 18-19).

Já a formação do Diretório Nacional, órgão de Deliberação maior, compreende o Presidente, 8 Vice-presidentes, Secretário Geral, Secretário Adjunto, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto, 22 membros efetivos e 11 membros suplentes. Ademais, comporta mais membros natos, sendo eles: Ex-presidentes da Comissão Executiva, Presidente do Instituto ou Fundação de Doutrinação e Educação Política do União Brasil, Presidentes de órgãos de ação partidária, Líderes do partido na Câmara e no Senado, Governadores, prefeitos de capitais, parlamentares titulares da liderança de governo, parlamentares de mesa diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado, o Presidente do Conselho Consultivo. No que se refere a função, esse nível acumula muito mais competências, são elas:

I - eleger, inclusive no caso de vaga, os membros da sua Comissão Executiva;

II - eleger os membros do Conselho Consultivo Nacional;

III - julgar os recursos que lhe forem interpostos das decisões da Comissão Executiva Nacional ou de órgão estaduais;

IV - supervisionar a atuação do Partido, visando ao cumprimento de suas finalidades;

V - decidir sobre a estratégia eleitoral do Partido, especialmente no que diz respeito a candidaturas, coligações e alianças, observada a competência da Convenção Nacional;

VI - aprovar o Código de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidárias;

VII - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;

VIII - adotar as medidas judiciais cabíveis contra Senadores e Deputados Federais que se opuserem às normas previstas neste Estatuto e na legislação eleitoral e partidária vigente;

IX - autorizar, especificamente, a organização de fundação ou outro tipo de entidade para atender, de modo mais adequado, ao desempenho de determinadas finalidades culturais e políticas do Partido (União Brasil. 2024, p. 20).

Outro tipo de órgão relevante para organização interna do União Brasil, são as Comissões, que também estão divididas a partir das unidades federativas. “As Comissões Executivas se revestem de delegação permanente de poderes para decidir sobre quaisquer matérias pertinentes à administração partidária, exceto as privativas do Diretório.” (União Brasil, 2024, p. 20). A Comissão Executiva Municipal tem por finalidade fiscalizar e administrar o Partido, se necessário convocar a Convenção e o Diretório, enviar ao Diretório Estadual cópias das atas da eleição do diretório e da comissão, promover o registro dos candidatos da esfera municipal, cadastrar e administrar os filiados, eleger os membros do Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidárias, elaborar o orçamento, encaminhar a prestação de contas, ou seja, a parte financeira.

Em esfera estadual, o Diretório que delega as atividade para a Comissão Executiva Estadual, cuja papel é : administrar o partido na esfera político-administrativo e partidária, convocar as Convenções e o Diretório Estadual, solicitar o registro do Diretório Estadual e da Comissão Executiva, organizar todas as documentação pertinentes ao diretório e comissão provisória municipais perante o Tribunal Regional Eleitoral, requerer o registro de candidatos dos partidos para os cargos, tudo que pede a lei eleitoral, eleger os membros do Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidárias, membros do Conselho Fiscal, do seu respectivo Diretório, além de conduzir a parte orçamentária.

No que tange a Comissão Executiva Nacional, o estatuto expõe tanto as funções do órgão, quanto o papel de cada membro. Nesse sentido, cabe à Comissão:

I - expedir resolução estabelecendo normas para escolha dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais às eleições, observadas a deliberação de que trata o inciso V do art.59 deste Estatuto, bem como a legislação eleitoral vigente;

II decidir sobre a linha de atuação política do Partido relativamente a temas da agenda nacional, bem como sobre a possibilidade de participação do União Brasil na Administração Pública;

III - promover o processo de averbação das alterações programáticas e estatutárias no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o seu consequente registro no Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Lei eleitoral vigente e em estrito respeito às determinações do Diretório Nacional;

IV - promover o registro dos candidatos do Partido a Presidente e a Vice-Presidente da República, na forma disposta na lei eleitoral vigente;

V aprovar o calendário das atividades político-partidárias e praticar os atos necessários ao

desenvolvimento da ação partidária;

VI - designar, prorrogar, alterar, destituir, dissolver, retificar, intervir e ratificar todos os documentos pertinentes aos seus Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais perante o Tribunal Regional Eleitoral de cada Estado;

VII - designar e destituir as Comissões Provisórias, nos termos deste Estatuto.

VIII - aprovar o ato de intervenção ou dissolução nos órgãos partidários estaduais ou municipais, após apuração em processo disciplinar regularmente instaurado, nos termos deste Estatuto;

IX - exercer ação disciplinar junto aos órgãos e filiados, na área de sua jurisdição;

X - elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual, submetendo-o à apreciação do

Diretório Nacional;

XI - baixar atos normativos complementares disciplinando os critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, levando-se em consideração, dentre outros princípios, a estratégia político-eleitoral do União Brasil, a viabilidade das candidaturas e o desempenho político eleitoral do partido em cada Estado;

XII - encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral a prestação de contas de cada ano, no prazo legal;

XIII - providenciar o registro do Diretório e sua Comissão Executiva Nacional junto ao Tribunal Superior Eleitoral face às suas normas legais;

XIV - eleger os membros dos Conselhos de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidárias, bem como os do Conselho Fiscal e, ainda, os membros das Secretarias e dos Departamentos;

XV aprovar diretrizes partidárias com orientação político-partidária com fechamento de questão para o âmbito federal, estadual, distrital ou municipal;

XVI - praticar todos os demais atos necessários à direção do Partido e deliberar sobre casos

omissos no Estatuto (União Brasil, 2024, p. 25).

Os demais órgãos do partido são do tipo de ação e de apoio. O União detém dois órgãos de ação: o União Brasil Mulher e União Jovem do Brasil. Ambos têm por finalidade a promoção de ações doutrinárias, partidária e educativa para incentivar a participação política desses dois grupos. Assim como os demais órgãos, esses também são organizados nas três esferas federativas, sendo eleitos pela Comissão Executiva de cada entidade, contendo três membros efetivos e três suplentes.

Os órgãos de apoio têm por servir como suporte ao partido, dependendo da sua área de atuação. O União Brasil possui o Conselho Fiscal responsável por acompanhar a atividade financeira, questões de orçamento e prestação de contas; o Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária que é fundamental para a fiscalizar a conduta dos membros do da agremiação, identificando se eles estão de acordo com o regimento interno e com a leis eleitorais; o Conselho Consultivo Nacional formado pelo: Presidente Nacional, Ex-presidentes, Governadores, Prefeitos das capitais, Líderes na Câmara e do Senado, por seis membros eleitos pelo Diretório Nacional entre os membros com cargo eletivo. Para mais, há as secretarias. “**Art. 82.** As Secretarias de Formação Política, de Assuntos Jurídicos, de Relações Internacionais e de Assuntos Parlamentares são órgãos de apoio da Comissão Executiva Nacional com atuação específica em suas áreas de conhecimento, instituídas para

ajudar o Partido a desenvolver suas atividades” (União Brasil, 2024, p. 30).

Em suma, esses são os órgãos do União Brasil que estão presentes em seu Estatuto. Uma vez que a questão de pesquisa engloba a formação da coalizão dominante, cabe observar quais são os políticos que fazem parte desses órgãos, primordialmente os de deliberação e de direção.

5.1.1 A Comissão Executiva Nacional

Conforme Panebianco (2005), a coalizão dominante consiste na elite do partido que opera as zonas de incerteza, mas que, em virtude da sua concepção de poder como difuso, também precisa negociar com os outros membros. Para o autor, compreender a fisionomia da coalizão é o “que distingue a ordem organizativa entre os partidos. Construir uma tipologia das coalizões dominantes dos partidos políticos coincide com a identificação dos diferentes tipos de organização dos partidos” (Panebianco, 2005, p. 75)

Dessa forma, o intuito dessa seção é identificar a fisionomia da coalizão dominante, primordialmente da liderança nacional do partido, separando em origem e carreira política. Posteriormente, o objetivo é identificar a constituição dos diretórios estaduais.

Quadro 18 – Membros da Comissão Executiva Nacional de 02/2022 até 05/2024

Cargo	Presidente	Presidente*	1º Vice- Presidente	Vice-Presidente	Vice-Presidente	Vice-Presidente
Nome	Luciano Bivar	Antonio Rueda	Antonio Rueda	Bruno Reis	Cristiano Bivar	Davi Alcolumbre
Origem	PSL (PE)	PSL (PE)	PSL (PE)	DEM (BA)		DEM (AP)

(continuação)

Cargo	Vice- Presidente	Vice-Presidente	Vice-Presidente	Vice- Presidente	Vice- Presidente	Vice- Presidente
Nome	João Inojosa	José Agripino Maia	Mendonça filho	Dorinha Rezende	Rodrigo Furtado	Isnard Filho
Origem		DEM (RN)	DEM (PE)	DEM (TO)		

(continuação)

Cargo	Vice- Presidente	Vice- Presidente	Secretário-Geral	1º Secretário	Tesoureiro	1º Tesoureiro
Nome	Ronaldo Caiado	José Geraldo Vecchione	ACM Neto	Efraim Filho	Maria Emília Rueda	Clovis Cavalcanti
Origem	DEM (GO)		DEM (BA)	DEM (PB)		

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

*Se tornou presidente do partido em março de 2024, sem terminar a vigência da Comissão.

De acordo com o documento oficial do União, o presidente da Comissão Executiva Nacional tem por função ser o porta voz do partido, cargo de liderança máxima, deve sistematizar a prática do Projeto político do partido, organizar as despesas do partido juntamente com o Tesoureiro, cuidar das contas bancárias, assinar contratos, cadastros, cheques em relação a movimentação de contas bancárias e operações financeiras convocar e presidir a Comissão Executiva e as Convenções, ou seja, deve representar, liderar e administrar o partido, o primeiro presidente do União Brasil foi Luciano Bivar, que também presidiu e fundou o Partido Social Liberal.

Luciano Caldas Bivar natural de Recife, Pernambuco, foi Deputado Federal pela primeira vez em 1999, pelo PSL, partido ao qual ele presidia desde 1998, após esse mandato retornou a Câmara dos Deputados em 2015, se reelegendo para mais duas legislaturas. Assim como foi fundador do PSL, Bivar também foi o idealizador da fusão partidária e, conseqüentemente, da criação do União Brasil. Todavia, antes do final da vigência da Comissão, Bivar foi afastado da presidência e substituído pelo 1º Vice-presidente, atual presidente, Antônio Rueda.

Nos meses que antecederam a votação para a segunda formação dos caciques do partido, houve a disputa entre dois grupos no interior da agremiação, o grupo liderado por Bivar, e o outro, por Antonio Rueda. Um dos motivos desse conflito, segundo fontes jornalísticas, foi a aproximação do partido com o governo Lula, profundamente criticada pelos aliados de Rueda, inclusive ACM Neto.

“Eu disse [na ligação] que aquelas propostas indecorosas que ele estava fazendo eu não aceitava. E que ia foder ele”, disse Bivar, novamente sem detalhar as supostas ideias de Rueda. “Propostas indecorosas eu não aceito. Tenho medo de que o nosso Parlamento seja usado por alguém que use de fisiologismo, para atacar o governo atual. Não quero” (Carmo, 2024).

O episódio determinante teria ocorrido em agosto em uma reunião do União, no qual Bivar teria xingado o secretário-geral ACM Neto. A partir disso, houve uma antecipação para a troca de dirigente, devido a supostas ameaças de morte e intimidação de Bivar para Rueda, relatados por outros integrantes. O ápice do conflito ocorreu com um incêndio na casa de Rueda e de sua irmã Maria Emília Rueda, tesoureira da organização.

Por meio do advogado, Rueda diz que vai protocolar uma representação criminal contra Bivar no Supremo Tribunal Federal, por supostas ameaças. Apesar das

investigações sobre as causas do incêndio ainda estarem em andamento, a defesa aponta suspeitas sobre Bivar (Carmo, 2024).

Em março de 2024 foi protocolado pelo Código de Ética do partido uma medida de afastamento de Bivar da Presidência do União Brasil, provocada por acusações de ameaças e incêndio supostamente feitas por Bivar. Por consequência, a assunção de Rueda no cargo de Presidente do União Brasil.

Diferentemente de Bivar, Antônio Rueda nunca concorreu a nenhum cargo eletivo. Filiado ao PSL desde 2000, a atuação do advogado pernambucano sempre foi na cúpula interna do partido, se tornando presidente interino do PSL em 2018 (Almeida, 2024). A sua atuação se deu primordialmente nos bastidores das políticas e com aproximação com parlamentares.

Desde que chegou em Brasília em 2018, ele mora com a família em uma casa no Lago Sul, área nobre. O imóvel é palco de reuniões e jantares com caciques do Centrão, como Valdemar Costa Neto, presidente do PL, e o deputado Marcos Pereira, à frente do Republicanos.

Outra presença frequente é o presidente do PP, senador Ciro Nogueira. É comum, inclusive, que façam viagens juntos. Eles já estiveram no Catar no final de 2022 para acompanhar os jogos da Copa do Mundo, e também já fizeram passeios em Las Vegas (EUA), acompanhados por nomes como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o ex-prefeito ACM Neto, eleito vice-presidente do União Brasil; e o deputado Elmar Nascimento (BA), líder do partido na Câmara.

A relação com ACM Neto, aliás, ajuda a explicar o trunfo na disputa interna no União. Ao contrário de Bivar, Rueda manteve boa relação com a ala egressa do DEM — apoios que foram essenciais para sua vitória. Integrantes deste grupo avaliam que o presidente eleito tem um estilo diferente do adversário, que costuma centralizar as decisões, e veem em Rueda um perfil mais negociador.

As relações incluem também o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ponte que se manteve mesmo com a saída ruidosa do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados mais próximos do PSL, em 2019. A proximidade fez com que Rueda participasse de uma operação, mal-sucedida, para trazer Bolsonaro de volta ao PSL entre o final de 2020 e começo de 2021.

O dirigente partidário também participou de reuniões no Palácio da Alvorada com Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial e fez parte da ala que defendia um apoio à reeleição dele, enquanto Bivar queria que o partido apoiasse Lula em 2022. Apesar do posicionamento, Bivar também reúne aliados na esquerda, mas não é próximo ao presidente (Turtelli, Pompeu, 2024).

Os Vice-presidentes Bruno Reis, David Alcolumbre, José Agripino Maia, Mendonça Filho, Dorinha Rezende, Ronaldo Caiado possuem em comum a origem partidária no DEM, além de ocuparem, ou já terem ocupado cargos eletivos. Bruno Reis prefeito de Salvador, filiado ao DEM desde 2018. Davi Alcolumbre foi membro da Executiva Nacional do Democratas, atualmente é senador pelo Amapá. Dorinha Rezende é Deputada Federal pelo Tocantins, enquanto filiada ao DEM, foi presidente do órgão de ação DEM Mulher e membro nato na executiva, além disso é filiado ao DEM desde de 1985, quando a legenda respondia

como PFL. Já o ex-ministro da educação Mendonça Filho, atual Deputado Federal pela UNIÃO em Pernambuco, atua no DEM desde quando o mesmo tinha como legenda PFL, em 2019 foi Presidente do Instituto Liberdade e Cidadania que fazia parte do DEM. Outro vice-presidente que também participou da Executiva Nacional do DEM, como membro nato, é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, filiado do PFL (DEM) desde 1994. José Agripino Maia ex-senador pelo Rio Grande do Norte e ex-presidente do DEM (PFL) durante 13 anos, a sua trajetória no partido começou em 1985 quando como governador do Rio Grande do Norte rompeu com o PDS, e se filiou ao PFL.

Os demais vice-presidentes não detêm partido de origem por conta da ausência de participação em cargo eletivo e de acesso à informação sobre a trajetória política. Entretanto, todos demonstram relações com Luciano Bivar e Antônio Rueda, ex-membros do PSL.

A começar por Cristiano de Petribu Bivar, filho de Bivar, e Rodrigo Gomes Furtado, ex-sócio de Cristiano em uma empresa chamada Nox Entretenimento. João Carlos Inojosa, outro vice, é diretor comercial da Excelsior Seguros, empresa que tem Luciano Bivar como acionista e já foi presidida por ele. Inojosa doou 18.000 reais à campanha do manda-chuva do PSL em 2018. (...) Já José Geraldo Vecchione e Isnard de Castro e Silva Filho, também indicados como vice-presidentes, são sócios entre si em uma empresa de consultoria (Campos, 2021).

O cargo de Secretário-Geral é ocupado por ACM Neto, cabe ao secretário da Executiva Nacional secretariar as reuniões, manter o cadastro dos membros do Diretório Nacional atualizado, fazer o levantamento estatístico do número de filiados e divulgar, manter relação com as outras instâncias do partido, providenciar o registro dos diretório e comissões executivas, juntamente com o Presidente promover o processo de averbação das alterações programáticas ou estatutárias, convoca suplente em momentos de vacância, dar suporte a assessoria jurídica da Comissão Executiva Nacional e ao conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária, redigir ofícios, mandados e cartas e os demais atos dos processos disciplinares, manter sob sua guarda e responsabilidade os atos disciplinares. ACM Neto ex-prefeito de Salvador, sempre ocupou um lugar de liderança do DEM, partido que tem ligação familiar e foi o único que ele participou em sua trajetória política. O político baiano ingressou no PFL em 1997, assumiu em 1999 o PFL Jovem (Pereira, 2022), foi Deputado Federal de 2003 – 2012, após isso exerceu dois mandatos como prefeito de Salvador, em 2018 ACM Neto foi eleito Presidente do DEM.

O cargo de Primeiro Secretário foi para um membro do DEM, Efraim filho, que debutou como Deputado Federal em 2007 ainda com a sigla PFL, em 2019 foi um dos vice-

presidentes da Executiva Nacional do Partido, agora além de compor a direção do UNIÃO, é senador pela Paraíba.

A Tesouraria do partido foi ocupada por Maria Emília Rueda e Clóvis Cavalcanti, assim como os demais convocados pelo PSL, os dois nunca ocuparam um cargo eletivo. Maria Emília Rueda é irmã de Antônio Rueda, os dois possuem um escritório de advocacia denominado Rueda & Rueda. A função do Tesoureiro é desenvolver a gestão econômica dos diretórios com medidas para aumentar a receita, responsável pelo dinheiro, valores e bens, organizar o balanço financeiro, manter em dia os pagamentos e administrar os patrimônios.

Como é possível notar, há a preponderância de membros de origem Democratas com cargos eletivos e carreira política. Em contraste, o PSL possui dois líderes com carreira política, Bivar como cargo eletivo e atuação na presidência do partido, Bivar que nunca disputou eleições, mas atuou nos bastidores da política. Todavia, a composição do Executiva Nacional é formada por 7 membros que nunca disputaram eleições, não possuem informações acessíveis sobre atuação na política, mas que tem relação com membros do PSL, como já foi explicitado.

Quadro 19 – Membros da Comissão Executiva Nacional de 06/2024 até 05/2028

Cargo	Presidente	1° Vice-Presidente	2° Vice-Presidente	3° Vice-Presidente	4° Vice-Presidente
Nome	Antonio Rueda	ACM Neto	Pedro Lucas Fernandes	Elmar Nascimento	Moses Rodrigues
Origem	PSL (PE)	DEM (BA)	PTB (MA)	DEM (BA)	MDB (CE)

(continuação)

Cargo	5° Vice-Presidente	6° Vice-Presidente	7° Vice-Presidente	8° Vice-Presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto
Nome	Ronaldo Caiado	Márcio Canella	Efraim Filho	Milton Leite	Davi Alcolumbre	José Agripino Maia
Origem	DEM (GO)	MDB (RJ)	DEM (PB)	DEM (SP)	DEM (AP)	DEM (RN)

(continuação)

Cargo	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Maria Emília Rueda	Fábio Schiochet
Origem		PSL (SC)

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Quadro 21 – Bahia Órgão Definitivo 04/2023 – 04/2027

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Paulo Azi	Leur Lomanto	Arthur Maia	Sandro Regis	José Luciano Ribeiro	Claudio Tinoco	Caio Cesar Oliveira	Katia Oliveira
Origem	DEM	DEM	DEM	DEM	DEM	DEM	DEM	MDB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os dirigentes do partido da Bahia refletem a força do Democratas no Estado e o número irrisório que o PSL detinha. Em comparação com o número de filiados, deputados estaduais e federais, o PSL na Bahia, mesmo em 2018 no ápice da sua atuação, ele só conseguiu eleger 1 Deputado Federal e 2 Deputados Estaduais.

As composições dos dois órgãos são semelhantes, contendo apenas uma alteração no Tesoureiro adjunto, que na primeira é Pedro Paulo, mas no Órgão definitivo é Katia Oliveira. O mais interessante de se observar é a predominância dos líderes originados do DEM, isso tem relação com o tamanho do partido no Estado e também a influência da própria elite local.

O presidente do diretório na Bahia, Paulo Azi, começou a sua trajetória política desde quando o DEM atendia pela legenda de PFL em 1994. Atualmente, é Deputado Federal⁹ pelo UNIÃO, contudo, possui esse cargo desde 2015 pelo DEM. Além disso, também obteve dois mandatos como Deputado Estadual, de 2003 até 2015¹⁰.

Os três vice-presidentes também possuem como partido de origem, anterior à fusão, o Democratas. Leur Lomanto é Deputado Federal¹¹ desde 2019 pelo DEM, porém a sua filiação partidária desde 2000 até 2017 foi no MDB¹². Arthur Maia o segundo Vice-presidente ingressou no DEM em 2018, mas sua presença na política baiana data em 2011 quando o mesmo ingressou como Deputado Federal pelo PMDB¹³. O 3º vice-presidente Sandro Régis foi eleito Deputado Estadual pela primeira vez em 2003 pelo Partido Liberal (PL), no segundo mandato de 2011 – 2015 pelo Partido da República, em 2013 ele se filiou ao DEM,

⁹ <https://www.camara.leg.br/deputados/178860/biografia>

¹⁰ <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/907262>

¹¹ <https://www.camara.leg.br/deputados/92102/biografia>

¹² <https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/910643>

¹³ <https://www.camara.leg.br/deputados/160600/biografia>

competindo em mais duas eleições pelo partido, na eleição de 2022 foi eleito mais uma vez para Deputado Estadual, só que dessa vez já com a nova sigla UNIÃO¹⁴.

O Secretário-Geral do partido José Luciano Ribeiro de origem DEM, é filiado ao partido desde 1987. No que tange a cargo político, ele foi prefeito de Caculé (BA) por dois mandatos consecutivos, Deputado Estadual de 2015 a 2019, ambos pelo DEM. Além disso, já foi membro da Executiva Estadual do DEM, suplente do Conselho de Ética e Presidente do Partido em Caculé durante mais de 10 anos¹⁵. O Secretário Adjunto Cláudio Tinoco compõe a Câmara dos Vereadores de Salvador desde 2013, a sua carreira política começou no Democratas¹⁶.

O Tesoureiro do UNIÃO é o único líder do nível estadual que nunca concorreu a nenhum cargo eletivo, Caio César Oliveira é assessor e consultor jurídico. Devido a sua ausência em eleições, não foi possível coletar informações sobre a filiação partidária anterior. O cargo de Tesoureiro Adjunto foi o único alterado na segunda gestão, enquanto órgão provisório quem ocupou o cargo foi o Deputado Estadual Pedro Paulo, que se filiou ao DEM em 2018, antes disso o mesmo foi Presidente do PMDB de Salvador, além de participar da Executiva Estadual e Nacional do partido¹⁷. Na segunda gestão, Pedro Paulo foi substituído por Katia Oliveira. Katia Oliveira foi vereadora de Simões Filho em 2004 – 2008 e 2012 – 2016 pelo PMDB, foi eleita Deputada Estadual também pelo PMDB (MDB) para o período de 2019 – 2023, em 2022 se filiou ao UNIÃO, concorrendo e se reelegendo para Deputada Estadual¹⁸.

Quadro 22 – Minas Gerais Órgão Definitivo 04/2022 – 04/2023

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Marcelo Freitas	Rafael Simões	Álvaro Damião	Gildeon Durães	Bilac Pinto	Arnaldo Junior	Anderson Cardoso	Bruna Godinho Resende
Origem	PSL	DEM	DEM	PSL	DEM	DEM		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

¹⁴ <https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/907264>

¹⁵ <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/921276>

¹⁶ <https://www.cms.ba.gov.br/vereadores/claudio-tinoco>

¹⁷ <https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/915876>

¹⁸ <https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/926898>

Diferentemente na Bahia, Minas Gerais desde a sua primeira gestão foi um Órgão definitivo, a segunda contou com a inserção de três novos membros. O presidente de ambos é o Deputado Federal Delegado Marcelo Freitas, cuja filiação anterior foi no PSL, que concorreu em 2018, já em 2022 disputou para o mesmo cargo já pelo UNIÃO¹⁹. O 1º vice-presidente é o Deputado Federal Rafael Simões nas eleições de 2022 já pela União, antes disso ele foi Prefeito de Pouso Alegre (MG) de 2017 a 2020 pelo PSDB, foi reeleito²⁰ em 2020, porém dessa vez estava filiado ao DEM, não concluiu o mandato, porquanto concorreu a Deputado Federal²¹ em 2022. Álvaro Damião, 2º vice-presidente da primeira coalizão, duas vezes vereador em Belo Horizonte pelo DEM, atualmente é vice-prefeito da capital mineira. O 3º vice-presidente foi Gildeon Durães, com origem no PSL, Durães se candidatou pela primeira vez em 2020, conseguindo o cargo de vereador suplente em 2021²².

Bilac Pinto, Secretário-Geral nas duas coalizões, foi Deputado Federal de 2007 a 2011 pelo PL, angariou mais dois mandatos só que dessa vez pelo PR, em 2018 se filiou ao Democratas, consequentemente, concorreu e foi eleito em 2018 pela legenda²³. O Secretário Adjunto foi o Deputado Estadual Arnaldo Junior, que faz parte do DEM desde 2015 quando foi eleito para Deputado Estadual.

A Tesouraria de 2022 foi composta por Anderson Cardoso, como tesoureiro, e Bruna Godinho como Tesoureira Adjunta, ambos nunca obtiveram cargo eletivo. No caso de Anderson Cardoso não foi possível coletar nenhuma informação que relacionasse ele com nenhuma agremiação anterior, mas Bruna Godinho foi identificada como Secretária Parlamentar de Rodrigo Pacheco, na época Deputado Federal de Minas Gerais pelo PMDB, de 2015 a 2016.

Quadro 23 – Minas Gerais Órgão Definitivo 05/2024 – 04/2027

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Marcelo Freitas	Rafael Simões	Gildeon Durães	Ione Pinheiro	Bilac Pinto	Gustavo Graça Pinto	Anderson Cardoso	Luis Carlos Marques Diniz

¹⁹ <https://www.camara.leg.br/deputados/204512/biografia>

²⁰ <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/11/15/rafael-simoes-dem-e-reeleito-prefeito-de-pouso-alegre-mg.ghtml>

²¹ <https://www.camara.leg.br/deputados/220626/biografia>

²² <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2021/01/13/camara-de-montes-claros-empossa-gildeon-duraes-como-vereador.ghtml>

²³ <https://www.camara.leg.br/deputados/141513/biografia>

Origem	PSL	DEM	PSL		DEM			
--------	-----	-----	-----	--	-----	--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

As alterações do Órgão Definitivo 2024 – 2027, adicionou com 3º Vice-presidente Ione Pinheiro, Secretário Adjunto Gustavo Graça Pinto e Luis Carlos Marques Diniz como Tesoureiro Adjunto. Entretanto, não foi possível achar informações sobre a origem partidária dos três novos líderes, sobre Luis Carlos Marques Diniz a relação encontrada foi a presença do mesmo como Secretário Parlamentar de Marcelo Freitas desde 2022²⁴.

Quadro 24 – Pernambuco Órgão Provisório 03/2022 – 04/2023

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Marcos Amaral	Josafa Almeida Lima	Fernando Coelho Filho	Andrea Moura Bezerra	Mendonça Filho	Antonio Coelho	Diego Braz dos Santos	Frederico França
Origem		PSL	DEM	DEM	DEM	DEM		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Quadro 25 – Pernambuco Órgão Definitivo 05/2023 – 10/2024

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Marcos Amaral	Josafá Almeida Lima	Raimundo Pimentel	Flávio Gadelha	Carlos Alberto Medeiros	José Manoel de Almeida	Diego Braz dos Santos	Eduardo Honório
Origem		PSL	PSL	PSL				PSL

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em Pernambuco o primeiro Órgão estadual do partido foi provisório, tendo como presidente Marcos Amaral que foi candidato a suplente para o senado em 2022, mas não conta a relação com nenhuma agremiação anterior²⁵. O 1º Vice-presidente, nas duas coalizões, foi o prefeito de São Caetano Josafá Almeida Lima²⁶ que em 2020 foi candidato à prefeitura pelo

²⁴ <https://www.camara.leg.br/deputados/204512/pessoal-gabinete?ano=2023>

²⁵ <https://ndmais.com.br/eleicoes-2022/candidatos/pe/1o-suplente/444-marcos-amaral/>

²⁶ <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/prefeito-do-agreste-de-pe-e-reeleito-com-mais-de-90percent-dos-votos-validos.ghtml>

PSL²⁷. O 2º vice-presidente foi Fernando Coelho Filho, Deputado Federal de 2007 a 2011 pelo PSB, e filiado ao DEM desde 2018²⁸. Andrea Moura Bezerra foi a 3º vice-presidente, a mesma foi candidata a deputada estadual pelo Democratas em 2018²⁹. A Secretária geral foi composta por Mendonça Filho na liderança e Antonio Coelho como secretário adjunto. Mendonça Filho é Deputado Estadual desde 1987, com dois mandatos seguidos até 1995, foi vice-governador de Pernambuco de 1999 a 2002, ficou governador do estado durante 2003 – 2006, além disso, foi Deputado federal pela primeira vez em 1995 pelo PFL, sempre permaneceu no mesmo partido³⁰. Assim como Mendonça Filho, Antônio Coelho também teve como partido anterior o Democratas, o qual ele concorreu ao cargo de Deputado Estadual em 2018³¹.

Diego Braz dos Santos e Frederico França compuseram a Tesouraria, através das informações coletadas não foi possível identificar a presença ou relação com a agremiação anterior. No caso de Frederico França, ele foi candidato a Deputado Federal em 2022 já pelo União Brasil³².

O Órgão Definitivo, que perdurou de março de 2023 até outubro de 2024, menos tempo do que o previsto, alterou quatro lideranças, o 2º e 3º vice-presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Adjunto. Raimundo Pimentel, prefeito de Araripina em 2020 pelo PSL, ocupou o cargo de 2º vice-presidente³³. O terceiro foi o, também prefeito, Flávio Gadelha eleito em 2020 pelo PSL, em 2024 o político se reelegeu, mas dessa vez foi pelo PSB, isso indica que ele saiu do partido em 2023³⁴ em 2024 foi novamente eleito, mas agora pelo PSB³⁵.

A secretaria também foi alterada, introduzindo na liderança o Carlos Alberto Medeiros e José Manoel de Almeida, ambos não constam como participantes de cargo eletivo, o que dificulta a visualização da origem partidária, O Tesoureiro Adjunto foi o prefeito de Goiana,

²⁷ <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-prefeitura-sao-caitano-pe-resultado-1-turno.htm>

²⁸ <https://www.camara.leg.br/deputados/141431/biografia>

²⁹ <https://portalcanaa.com.br/eleicoes/?c=DEPUTADO%20ESTADUAL&i=35627&a=2018&y=41998677400>

³⁰ <https://www.camara.leg.br/deputados/74428/biografia>

³¹ <https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/antonio-coelho/>

³² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2022/pe/deputado-federal/frederico-franca-170001609123.shtml>

³³ <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2020/11/15/raimundo-pimentel-do-psl-e-eleito-prefeito-de-araripina.ghtml>

³⁴ <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/16/flavio-gadelha-do-psl-e-eleito-prefeito-de-abreu-e-lima.ghtml>

³⁵ <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-2024-flavio-gadelha-do-psb-e-eleito-prefeito-de-abreu-e-lima-no-1o-turno.ghtml>

Eduardo Honório, que se candidatou em 2020 pelo PSL³⁶. Todavia, essa gestão não foi concluída no período de quatro anos, as informações jornalísticas apontam como possíveis causas dessa desestruturação a disputa entre Bivar e Rueda na liderança da Executiva Nacional do partido, ou o conflito entre Mendonça Filho e Marcelo Coelho sobre o apoio a prefeitura de Recife.

[...] A comissão, nomeada para um período de 180 dias, é composta exclusivamente por membros técnicos, sem indicação de políticos para cargos executivos, destacando a atuação mais administrativa e estratégica neste momento.

Na presidência, assume José EdJackson da Silva, enquanto Darliene Cristina Queiros de Paiva, Enio Siqueira Santos (advogado do União em Brasília) e Kenia Pereira de Abreu completam o time designado por Rueda. A tesouraria fica a cargo de Walbia Vania de Farias Lora (Flávio, 2024).

O presidente e o 1º vice-presidente nacionais do União Brasil, Antonio Rueda e ACM Neto, nomearam uma comissão interventora técnica para legenda em Pernambuco. O objetivo é evitar mais problemas para o partido após a destituição de Luciano Bivar e Marcos Amaral, ex-presidentes nacional e estadual (Blog do Elielson, 2024).

Quadro 26 – Comissão Interventora 10/2024 – 04/2025

Cargo	Presidente	Tesoureiro	Membro da Interventora	Membro da Interventora	Membro da Interventora
Nome	José Edjackson da Silva	Walbia Vania de Farias Lora	Darliene Cristina Queiros	Enio Siqueira	Kenia Pereira Rodrigues de Abreu
Origem					

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como foi mencionado, ambos possuem relação com a Executiva Nacional, contudo, nenhum possui cargos eletivos ou são nomes conhecidos na política pernambucana. Informações coletadas identificou Jose Edjackson Silva como pertencente ao escritório de advocacia Rueda & Rueda³⁷, Walbia Vania de Farias Lora tem relação com a Câmara dos deputados como secretária, e Darliene Queiroz consta como relacionada a uma clínica de estética em Recife.

Quadro 27 – São Paulo Órgão Provisório 03/2022 – 04/2023

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto

³⁶ <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-prefeitura-goiana-pe-resultado-1-turno.htm>

³⁷ <https://www.linkedin.com/in/jose-edjackson-silva-4307b77b/?originalSubdomain=br>

Nome	Antônio Rueda	Bozzella	Milton Leite da Silva	Eli Correa Filho	Geninho Zuliani	Abou Anni	Alexandre Leite	General Peternelli
Origem	PSL	PSL	DEM	DEM	DEM	PSL	DEM	PSL

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

O primeiro Órgão de São Paulo foi liderado por Antonio Rueda na presidência e Bozzella, Milton Leite e Eli Correa Filho na vice-presidência. Bozzella exerceu o mandato de Deputado Federal pelo PSL de 2019 – 2023, além do cargo de vereador de São Vicente (SP) pelo PSDB de 2013 – 2017³⁸. A 2º vice-presidência foi ocupada por Milton Leite da Silva, vereador com cinco mandatos pelo DEM em São Paulo³⁹. Por fim, o último vice-presidente foi o Deputado Federal Eli Correa Filho de origem do DEM, com três mandatos consecutivos⁴⁰.

A Secretária- geral foi ocupada por Geninho Zuliani de origem DEM, o mesmo já foi prefeito de Olímpia, recentemente Deputado Federal, ambos pelo DEM⁴¹. Abou Anni foi o escolhido para o cargo de Secretário Adjunto, ele foi Deputado Federal pelo PSL de 2019 – 2023⁴². O Deputado Federal Alexandre Leite, filho de Milton Leite, foi o Tesoureiro da primeira coalizão, assim como o seu pai também tem como partido de origem o DEM, o qual já exerceu três mandatos⁴³. General Peternelli de origem PSL ocupou o posto de Tesoureiro Adjunto.

Quadro 28 – São Paulo Órgão Definitivo 05/2023 – 04/2027

Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-presidente	3º Vice-presidente	Secretário-Geral	Secretário Adjunto	Tesoureiro	Tesoureiro Adjunto
Nome	Antônio Rueda	Alexandre Leite	Kim Kataguiri	Solange Freitas	Geninho Zuliani	Marangoni	Milton Leite da Silva	Solange Gomes dos Santos
Origem	PSL	DEM	DEM	PSDB	DEM	DEM	DEM	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

³⁸ <https://www.camara.leg.br/deputados/204502/biografia>

³⁹ https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/um-dos-politicos-mais-poderosos-de-sp-milton-leite-anuncia-aposentadoria#google_vignette

⁴⁰ <https://www.camara.leg.br/deputados/160532/biografia>

⁴¹ <https://www.camara.leg.br/deputados/204527/biografia>

⁴² <https://www.camara.leg.br/deputados/204521/biografia>

⁴³ <https://www.camara.leg.br/deputados/160545/biografia>

O Quadro 26 destaca a formação da segunda liderança do partido, as modificações foram a inserção de Kim Kataguirí como 2º vice-presidente, Solange Freitas como 3º, Marangoni como secretário adjunto e Solange Gomes dos Santos no cargo de tesoureira adjunta. Kim Kataguirí eleito em 2018 pelo DEM, possui uma carreira política recente, baseada na sua atuação no Movimento Brasil Livre, enquanto filiação partidária foi filiado ao Democratas para concorrer às eleições⁴⁴. A Solange Freitas foi candidata à prefeitura de São Vicente pelo PSDB, atualmente é Deputada Estadual pela UNIÃO⁴⁵. O novo secretário adjunto, Marangoni, foi candidato pela primeira vez em 2022, já pelo União Brasil, apesar de já como cargos públicos, nunca tinha exercido um mandato eleito⁴⁶. A última mudança foi na Tesouraria adjunta com a inserção de Solange Gomes dos Santos que por não deter cargo eletivo, foi dificultoso identificar o seu vínculo partidário anterior a UNIÃO.

A composição dos órgãos estaduais obedece a situação dos dois partidos anteriores à criação do União Brasil. A Bahia expressa a preponderância do Democratas em sua composição, onde todos os representantes têm como partido de origem o DEM. A situação de Minas Gerais também apresenta uma quantidade maior de políticos filiados anteriormente ao DEM, porém quase equiparado ao PSL, o que tornou o exame da coalizão dominante limitado foi a presença de líderes que nunca exerceram um mandato eletivo, conseqüentemente, não foi possível verificar a origem partidária dos mesmos, o ideal seria a verificação de quem indicou eles aos cargos. A segunda formação de MG indica justamente isso, a presença de quatro membros de fora da competição eleitoral. Pernambuco, estado de origem dos dois dirigentes do PSL, Bivar e Rueda, apresentou três formações, a última como resultado de uma intervenção de Rueda mediante o conflito com Bivar, a primeira coalizão destaca a presença forte do Democratas, com apenas um líder de origem do Partido Social Liberal, todavia, na segunda formação esse quadro se inverte tornando todos os membros com o vínculo anterior no PSL, e os demais sem identificação anterior. O Órgão Interventor é caracterizado justamente pela sua formação resultante da indicação de Rueda, que por sua vez optou por líderes sem relação com cargo eletivo, o que possui alguma relação com ele, o exemplo disso é o José Edjjackson da Silva pertencente a Rueda & Rueda Advocacia. Já em São Paulo, o primeiro órgão é balanceado na questão da origem dos dirigentes, porém o Órgão Definitivo estabelecido em 2023 reduz a participação dos candidatos primordialmente do PSL, inserindo

⁴⁴ <https://www.camara.leg.br/deputados/204536/biografia>

⁴⁵ <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300686>

⁴⁶ <https://www.camara.leg.br/deputados/220648/biografia>

novo membros, como Marangoni, que começou a carreira já com a legenda UNIÃO, Solange Freitas do PSDB e Solange Gomes se vínculo anterior.

No que tange o processo de institucionalização do partido, identificado na situação dos seus órgãos estaduais, é possível identificar que o UNIÃO caminha para um processo de institucionalização, visto que, dos estados analisados, todas as suas segundas conformações estaduais são formadas por Órgãos Definitivos. A partir de uma visão geral baseada nas informações partidárias presentes no site do Supremo Tribunal eleitoral, dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas Maranhão e Rio de Janeiro possuem Órgãos Provisório em vigência, Pernambuco um Comissão Interventora e Sergipe um Órgão Definitivo, mas suspenso devido problemas com prestação de conta, nos demais estados todos os órgãos são definitivos.

Em suma, a visão geral sobre a composição dos órgãos permite identificar que o DEM majoritariamente é maioria nos dirigentes investigados, a única exceção foi a segunda conformação de Pernambuco, onde quatro dos dirigentes com carreira política e cargo eletivo, todos têm como origem o Partido Social Liberal. Esse dado implica na constatação de uma maior força Democratas, mesmo com a sua queda eleitoral, visto que os seus ex-membros atuam com maior recurso de poder na nova agremiação.

5.2 FILIADOS

Em Duverger (1970) a noção de membro de partido, ou de filiado, é modificada a depender do tipo de partido, isto é, no caso do partido de massa há um incentivo maior a participação e filiação principalmente por uma questão de sobrevivência, em contrapartida, o partido de quadro que se origina dentro do parlamento secundariza mais essa relação devido a sua própria gênese. Maciel (2023) identifica na teoria sobre partidos políticos de Duverger essa modificação do conceito de membro/filiado a depender da modalidade do partido. O desenvolvimento das tipologias partidárias centradas em um contexto europeu ressalta essa noção de que o partido de massa que teria uma relação mais forte com os filiados, nesse sentido, ao identificarem a transformação dos partidos e na democracia, principalmente no afastamento dos partidos políticos como partido de massa, a filiação partidária também vai se tornando pouco relevante. Um exemplo disso, é a constatação de Mair (2003) que advoga contra a tese enfraquecimento dos partidos políticos, afirmando na verdade uma alteração, mudanças essas que resultaram em uma aproximação das organizações partidárias com o Estado, principalmente em aspectos financeiros, e afastamento da sociedade, isto é, redução

do papel da filiação partidária para o funcionamento dos partidos. Nesse sentido, diante dessa constatação, qual seria a relevância da variável filiação para compreender sobre os partidos políticos?

Segundo Panebianco (2005), para compreender os aspectos da dimensão organizativa, conseqüentemente, o funcionamento dos partidos, a filiação, mesmo com as críticas, é um parâmetro de medida importante para entender a dimensão organizativa do partido. De acordo com as regras presente no Estatuto do União, para um cidadão se filiar ao partido é necessário poder exercer os direitos políticos, e submeter a inscrição de filiação a Comissão Executiva do partido, seja nacional ou estadual. A filiação permite concorrer a cargos eletivos; pleitear cargos partidários; opinar sobre a ideologia do partido, questões doutrinárias e políticas; participar das reuniões partidárias. No que diz respeito aos deveres, cabe aos filiados:

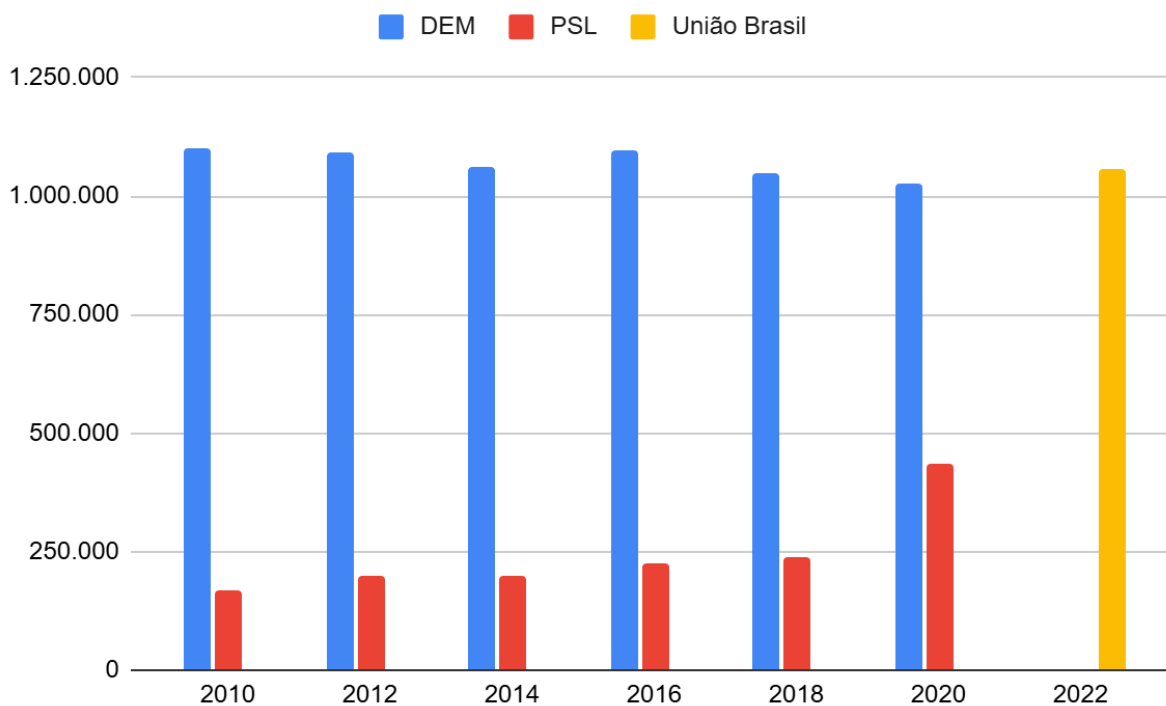
- I - defender, respeitar e fazer cumprir o regime democrático definido na Constituição Federal, o Estatuto, o Programa, o Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidárias, as Resoluções, o Regimento Interno e todas as normas internas partidárias;
- II - difundir a doutrina e o programa do Partido;
- III trabalhar pelos candidatos do Partido e não se manifestar como oposição ao Partido ou a seus candidatos;
- IV - participar das campanhas eleitorais, empenhando-se pela legenda do Partido;
- V - pagar as contribuições determinadas por este Estatuto e estabelecidas pelos órgãos partidários Nacional e Estaduais;
- VI manter sempre atualizados seus dados pessoais, principalmente e-mail, endereço e telefone, sendo certo que estes meios de comunicação serão considerados como válidos para quaisquer comunicações feitas entre o Partido e o filiado. (União Brasil, 2024).

Nesse sentido, os gráficos a seguir têm por finalidade comparar o número de filiados do DEM, do PSL, e, primordialmente, do novo partido União Brasil. Todos os gráficos datam a partir de 2010, dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral.

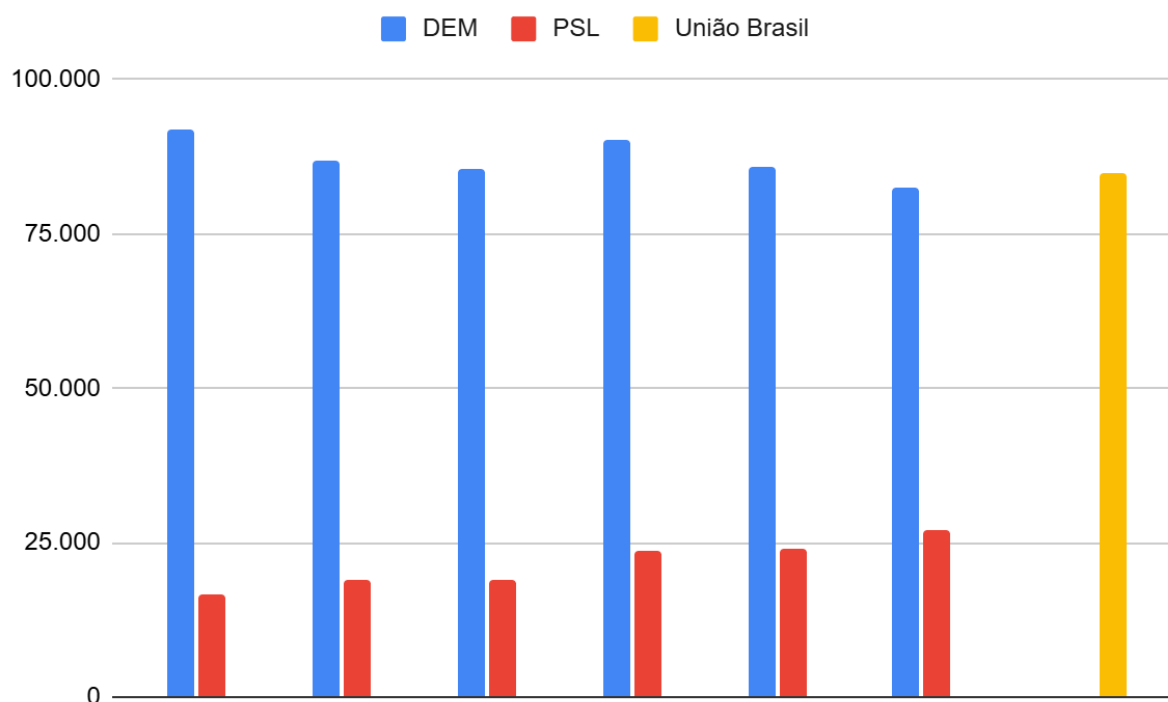
O Gráfico 8 apresenta o número de filiados do DEM e do PSL em nível nacional do ano de 2010 até 2020, além de destacar também o montante de filiados do UNIÃO em 2022. Nota-se que o DEM possui consideravelmente o número maior de filiados do que o PSL, o que é muito condizente com a expressão do partido como pouco institucionalizado e de aluguel. Outra questão relevante é o crescimento do PSL, apesar de possuir um número de filiados reduzido, houve uma tendência de crescimento, enquanto o número de filiados do DEM era de oscilação. Como resultado, o novo partido apresenta um maior número de filiados, o que aumenta a sua organização, visto que em comparação com o PSL o UNIÃO

angariou novos filiados, e em relação ao DEM que vinha de uma trajetória de oscilação de membros, o partido originado por fusão estabilizou o número de filiados.

Gráfico 8 - Número de filiados em nível nacional DEM, PSL e UNIÃO

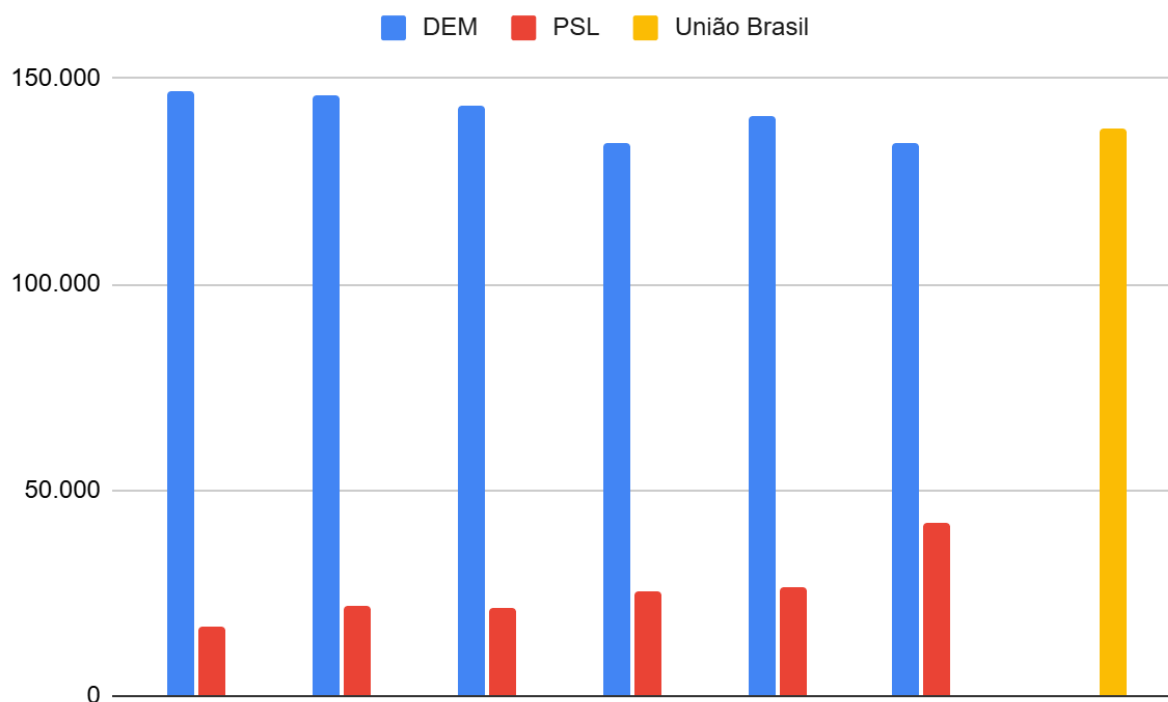


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Gráfico 9 - Número de filiados DEM, PSL e UNIÃO na Bahia

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os dados de filiados na Bahia (gráfico 9) apresentam uma coerência com os resultados em nível nacional, ainda mais em um estado no qual o Democratas possui um protagonismo político e se mantém como partido tradicional, e o PSL sempre operou na margem. Vale ressaltar que na Bahia a composição do diretório sempre foi do DEM, portanto, pode-se sugerir que a atuação do UNIÃO no estado é muito mais de continuidade com o que já foi traçado pelo DEM. Assim como o resultado da Bahia, Minas Gerais também apresenta o mesmo movimento em nível nacional, mas com a quantidade de filiados maior.

Gráfico 10 - número de filiados DEM, PSL e UNIÃO em Minas Gerais

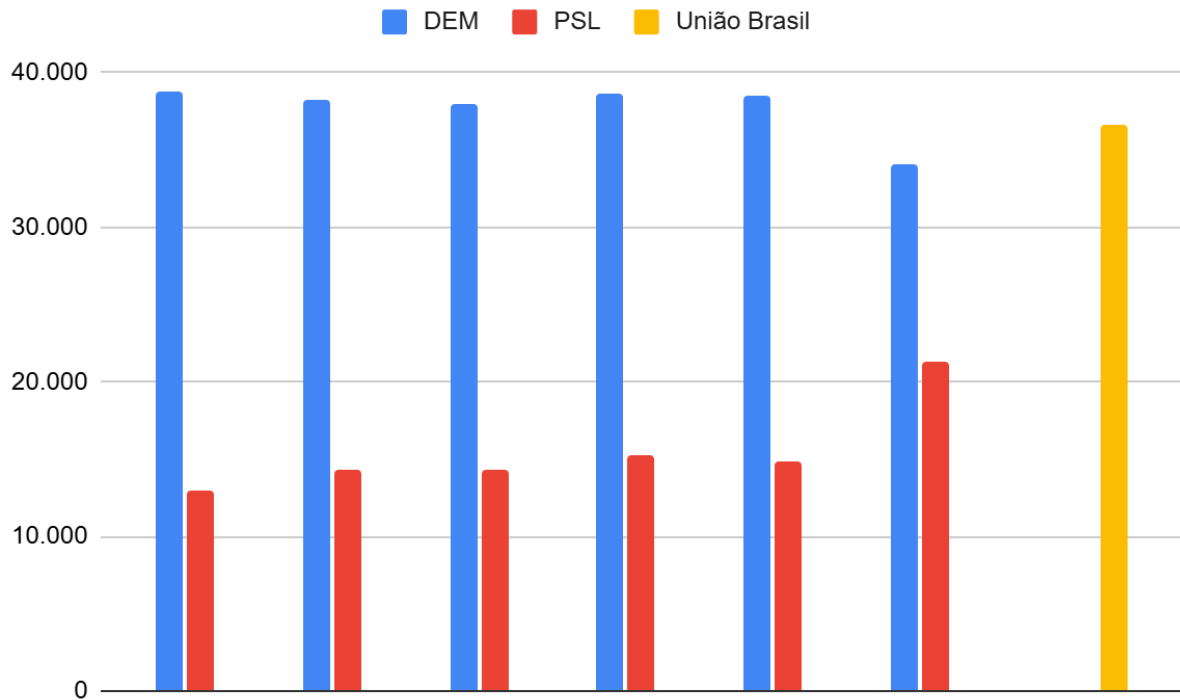
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Assim como já foi mencionado anteriormente, o critério de seleção dos estados condiz com o reduto eleitoral da elite dirigente, além de dados eleitorais onde os partidos foram mais fortes. No caso de Pernambuco, a justificativa foi o fato dele ser o estado de Bivar e Antonio Rueda, os dois líderes do PSL. Já se tratando de São Paulo, o parâmetro atendido visou o resultado eleitoral de 2018 para Deputado Federal e Deputado Estadual, o que indicou a preponderância do PSL.

O gráfico 11 retrata o número de filiados do DEM, PSL e UNIÃO no estado de Pernambuco. Em comparação aos outros estados, é perceptível o número menor de filiados em ambos os partidos, enquanto que na Bahia o DEM atinge o seu ponto mais alto em 2016 com quase 100.000 filiados, em Pernambuco o número máximo chega apenas a 40.000 filiados. Outra questão relevante, é que em Pernambuco a diferença entre os dois partidos é menor, em 2020 na Bahia 82.617 (DEM) e 27.026 (PSL), em Minas Gerais é de 134.443 (DEM) para 42.005 do PSL, ou seja, na Bahia o último dado de filiação apresentou que o DEM obteve mais um pouco do triplo dos filiados do PSL, em Minas Gerais o DEM também é 3 vezes maior do que o PSL. Todavia, essa diferença não é vista em Pernambuco, uma vez que em 2020 a filiação do PSL correspondeu a 21.346 e a do Democratas 34.073. Para mais, a

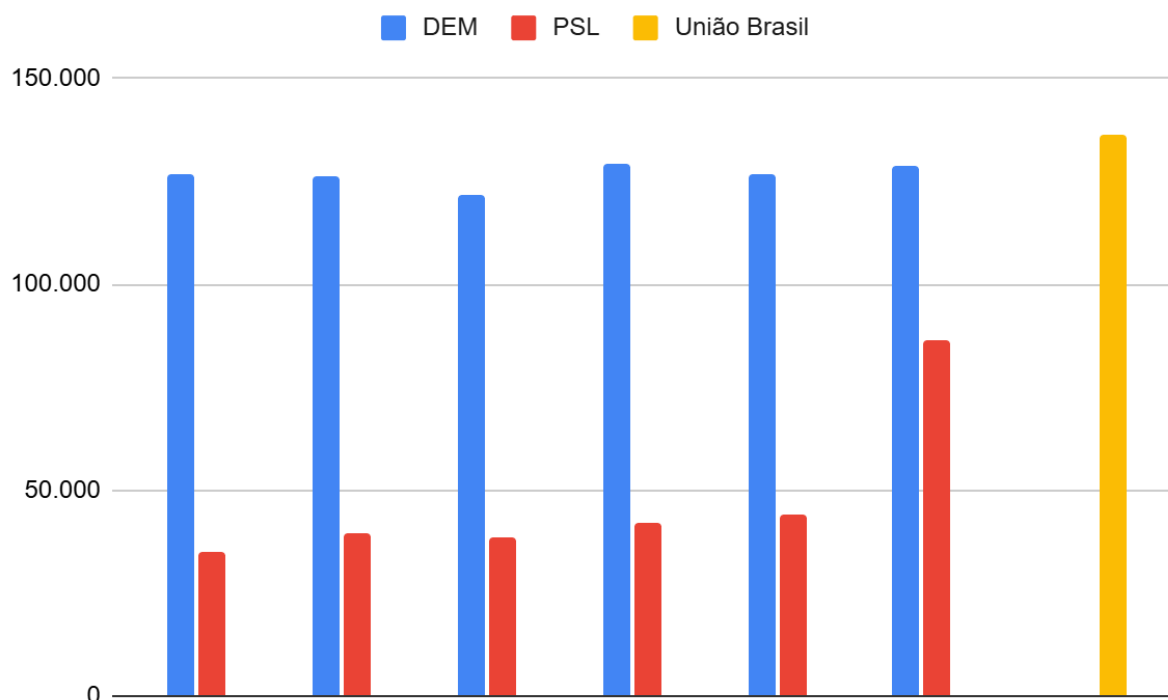
criação do União Brasil também deu continuidade aos resultados do DEM, sem ultrapassar os 40.000 filiados.

Gráfico 11 - número de filiados DEM, PSL e UNIÃO em Pernambuco



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

No maior colegiado estadual do país, em São Paulo, a filiação ao DEM também é superior à do PSL, apresentando uma oscilação. Enquanto que no partido de aluguel é notório uma trajetória de ascensão, principalmente no período eleitoral de 2020, após o protagonismo do PSL no estado em 2018, onde o partido em 2018 tinha 44.162 filiados, em 2020 esse número vai para 86.642. Após a criação do UNIÃO e em ano eleitoral, a nova organização obtém a marca de 136.167 membros, superior a todos os dados do DEM e do PSL.

Gráfico 12 - Número de filiados DEM, PSLL e UNIÃO em São Paulo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

5.3 LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS E ELEITOS

Através do lançamento de candidaturas é possível perceber a influência da liderança e a estruturação de poder do partido na prática. De acordo com Braga, Veiga e Miríade (2009), esse tipo de exame/variável permite compreender o momento mais importante das disputas intrapartidárias. No caso dos partidos estudados, a proposta foi comparar o número de candidatos que compuseram as listas, além de verificar quais deles foram eleitos. Os períodos investigados foram as eleições de 2018 para Deputado Federal e Deputado Estadual, para o DEM e para o PSL, e as eleições para os mesmos cargos em 2022, com foco no União Brasil.

Segundo o Estatuto do União Brasil, compete decidir sobre as candidaturas as Convenções Partidária do seu respectivo nível federativo e cada Comissão Executiva faz o registro deles. Todavia o Diretório Nacional também decide, a Comissão Executiva Nacional define a viabilidade das candidaturas e estabelece as normas para os critérios de seleção. Desse modo, os artigos citados abaixo indicam a estrutura de poder no que tange o processo de seleção.

Art. 28. Nas Convenções destinadas à composição de Diretórios ou escolha de candidatos a cargos eletivos, será considerada eleita, em toda a sua

composição, a chapa que alcançar 70% (setenta por cento) dos votos válidos apurados.

[...]

Art. 37. As Comissões Provisórias Estaduais e Municipais poderão promover as Convenções ordinárias e extraordinárias, inclusive para escolha de candidatos a cargos eletivos, respeitado, para tanto, o quórum previsto no parágrafo único do art. 38.

[...]

Art. 68

I - expedir resolução estabelecendo normas para escolha dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais às eleições, observadas a deliberação de que trata o inciso V do art. 59 deste Estatuto, bem como a legislação eleitoral vigente (União Brasil, 2024)

No caso das Disposições Transitórias, as regras que conduziram a transição de DEM e PSL para UNIÃO, a questão dos candidatos deve ser:

Art. 131

§5º. Às Comissão Executiva Estaduais e Municipais Instituidoras caberão as atribuições de Diretório e Executiva no âmbito das respectivas circunscrições, com poderes para praticar todos os atos pertinentes à administração partidária, inclusive os relativos ao processo eleitoral, tais como a formalização de coligações e a escolha de candidatos, tudo em conformidade com as disposições estatutárias e de acordo com a legislação eleitoral e partidária vigentes. (União Brasil, 2024)

Uma vez demonstrado o previsto nas regras internas do partido, cabe expor o número de candidaturas lançadas pelo DEM e pelo PSL na última eleição em nível nacional e estadual disputada pelos partidos.

Quadro 29 – candidaturas e eleitos em 2018 pelo DEM e PSL para deputado federal e em 2022 pelo UNIÃO

Ano	Partido	Candidaturas	Eleitos
2018	DEM	169	29
	PSL	434	52
2022	UNIÃO	483	59

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Nota-se que o PSL lançou mais candidatos a Deputado Federal em 2018 do que o DEM, porém no que tange a relação entre candidatos e eleitos, a porcentagem de foi de 17% do DEM e 11% do PSL.

Na eleição de 2022, disputada pelo União Brasil para o cargo de Deputado Federal, a porcentagem de eleitos foi de 12% entre os 482 candidatos lançados. Observa-se também que a nova agremiação manteve um número de candidaturas semelhante ao apresentado pelo PSL

em 2018. Todavia, cabe indagar quais foram os Deputados eleitos e qual era o partido de Origem.

Quadro 30 - candidaturas e eleitos em 2018 pelo DEM e PSL para deputado estadual e em 2022 pelo UNIÃO

Ano	Partido	Candidaturas	Eleitos
2018	DEM	422	53
	PSL	837	72
2022	UNIÃO	867	98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

No que tange o lançamento de candidaturas e o resultado para Deputado Estadual, observa-se em 2018 maior sucesso do DEM com 12% das candidaturas eleitas, em comparação com 8% do Partido Social Libera. Na disputa de 2022 com as legendas já fundidas, houve o lançamento de 867 candidaturas, continuando o padrão de candidaturas do PSL, e o sucesso de 11%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situada no campo dos estudos sobre Partidos Políticos, a presente dissertação teve como objetivo geral analisar a origem do partido União Brasil e sua estrutura organizacional, levando em consideração a modalidade fusão partidária. A partir disso, a pergunta de pesquisa foi a seguinte: “Quais fatores que explicam o surgimento do União Brasil, e como se configura a sua estrutura organizacional?”

Como principal fundamento teórico, a dissertação utilizou textos clássicos dos estudos sobre partido, desenvolvidos por Duverger (1970) e Panebianco (2005). Contudo, a grande contribuição teórica foi a exposição a respeito das Teoria de Fusão Partidária e de Novos Partidos, que possuem como objeto empírico as novas Democracias, diferentemente do contexto de produção das tipologias clássicas e identificadas aqui como *life-cycle-theory* (Bolognesi, 2020). Como resultado, esse estudo teórico permitiu a construção de uma alternativa teórico-metodológico para investigar os partidos originados por fusão partidária. Sob tal perspectiva, foi identificado que para investigar as fusões partidárias é necessário observar as variáveis institucionais, representadas na teoria de Coffé e Torenvlied, 2008 como *non-party specific factors*, e variáveis políticas, identificadas como *Party specific factors* (Coffé; Torenvlied, 2008), fatores interpartidários (Coffé; Torenvlied, 2008) (Godbout; Bélanger, 2005) e Fatores Intrapartidários Coffé; Torenvlied, 2008; Panebianco, 2005).

No quesito metodologia de pesquisa, foi utilizado a modalidade estudo de caso, o que permitiu uma variedade de técnicas e métodos de análise perceptível em toda pesquisa e coerente com a alternativa teórico-metodológica proposta.

Para responder à pergunta de pesquisa foi necessário separá-la em duas etapas: A primeira pergunta está diretamente relacionada com o tema fusão partidária e modelo originário, para respondê-la foi necessário considerar os fatores institucionais e os fatores políticos, que deram possibilidade para explicar o surgimento do União Brasil.

De acordo com as variáveis institucionais mobilizadas a Lei Orgânica dos Partidos, Fundo Partidário, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a EC 97/2017 (referente a proibição de coligações para eleições proporcionais e a clausula de barreira), a fusão do DEM com o PSL foi resultado de incentivos institucionais, visto que que legislação brasileira além de permitir a fusão e a incorporação de dois ou mais partidos, permite também o somatório dos resultados eleitorais para acesso ao Fundo Eleitoral e ao Fundo Partidário. Os dados presentes na pesquisa mostraram que em 2022 o União obteve R\$ 758 milhões do Fundo Eleitoral e R\$ 154 milhões do Fundo Partidário, valores que não seriam possíveis sem

a junção das duas agremiações, porquanto houve a soma do número de cadeiras dos partidos anteriores. Em relação a Emenda Constitucional sobre a proibição das coligações e a cláusula de barreira. Segundo Vasquez et. al. (2024), a limitação ao acesso para financiamento e tempo gratuito de rádio e televisão, pressionou os partidos a adotarem estratégias para superar a cláusula de barreira, os autores definiram esses efeitos como psicológicos e identificou a fusão partidária como uma das estratégias de antecipação. Nesse sentido, a aglutinação dos resultados eleitorais do DEM e do PSL, fez com que o novo partido político superasse a cláusula de barreira de maneira exitosa.

Entretanto, os fatores institucionais, ou melhor, os *non-party specific factors* não foram as únicas variáveis a influenciarem esse processo. Por essa razão a pesquisa investigou as variáveis políticas (ideologia, fatores interpartidários, resultados eleitorais e fatores intrapartidários) que estimularam a criação do União Brasil. Conforme foi indicado pelas variáveis políticas, a fusão entre as duas agremiações foi possível devido as suas semelhanças ideológicas, pois ambos estão situados no campo da direita e na vertente liberal, também pelo nível de convergência à atuação na arena legislativa. Todavia, naquele contexto político, os dois partidos se encontravam em situações opostas, no caso do DEM um partido da direita tradicional brasileira mais consolidado, mas que vinha reduzindo a sua força eleitoral devido a fragmentação partidária e ao fortalecimento dos pequenos partidos, e do outro lado, o PSL um partido menor, porém teve ascensão em 2018 devido a filiação de Jair Bolsonaro, mas que em 2022 com a desfiliação do ex-presidente corria o risco de não atingir o mesmo sucesso eleitoral.

Outro achado verificado nas análises sobre as variáveis políticas foi o papel decisivo dos dirigentes do PSL e do DEM no processo de fusão. Esses líderes utilizaram a fusão como estratégia política para “fugir” ou se colocar como “diferente” naquele contexto político e social de polarização. De acordo com resultados obtidos na análise de conteúdo dos Discursos de Oficialização do União Brasil e na descrição das notícias sobre a fusão, a criação partiu da iniciativa de Luciano Bivar em juntar o PSL com outra agremiação, sondando os partidos identificados como centrão, em agosto de 2021, foi publicado na mídia de que o partido escolhido foi o Democratas, o resultado dessa estratégia política foi a maior bancada da direita nos últimos 20 anos, sendo composta por 545 prefeituras, cinco governos estaduais, 8 senadores e 82 deputados federais (Medeiros, 2021).

Para mais, o papel da liderança também foi identificado nos fragmentos expostos na Convenção de criação do partido, onde ficou explícito nos discursos dessas lideranças que o movimento de fusão foi em virtude de “gesto maior”, “a maior ferramenta política instalada

no país”, ou seja, a criação do partido foi definida pelos dirigentes como fundamentais para o aprimoramento da democracia brasileira. Cabe destacar que os partidos poderiam ter atuado conjuntamente a partir da criação de uma Federação Partidária, como o que foi feito pelo Federação Rede-PSOL, Federação PT-PCdoB-PV e PSDB-Cidadania para as eleições de 2022, entretanto, a fusão partidária permitiu mais vantagens, e ainda a construção de uma visão única para os dois partidos. Em suma, a criação do União Brasil gerou muitos benefícios, seja no acesso a mais recursos seja na ampliação e estabilização dos resultados eleitorais.

Os resultados obtidos demonstram também que as justificativas clássicas para o surgimento de novas agremiações partidárias são suficientes para compreender a realidade das novas democracias. Acompanhando os achados de Rocha (2021), Sikk (2012) e Tavits (2007), o estudo detectou que a nova agremiação surgiu em virtude da legislação permissiva para criação de partidos e a probabilidade de apoio eleitoral (Tavits, 2007), vistos nos resultados eleitorais, a utilização do critério da novidade e estratégia da elite dirigente (Sikk, 2012) e uma origem interna ao parlamento, baseada na cooptação de atores políticos já conhecidos (Rocha, 2021). Portanto, a origem do União Brasil se fundamenta na estratégia das elites político-partidárias de utilização das mudanças institucionais para garantia dos resultados eleitorais e manutenção na arena legislativa, sobretudo num contexto multipartidário de constante necessidade de articulação entre lideranças e o governo federal (Rocha, 2021).

Já quanto a segunda parte da pergunta de pesquisa “como se configura a sua estrutura organizacional?”, buscou-se compreender a estrutura interna do partido, levando em consideração a máxima de Panebianco (2005) que denota que “toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação” (p, 92). Por esse motivo, a apresentação acerca da questão organizacional priorizou sempre a origem da composição da liderança e a comparação com as suas agremiações fundadoras, DEM e PSL. Na conformação da primeira coalizão dominante em nível nacional, foi identificado a presença de dirigentes do DEM com carreiras políticas consolidadas, enquanto que os indicados pela ala do PSL foram em sua maioria pessoas fora da esfera política, mas que nutriam algum tipo de relação com os membros partido, seja por parentesco ou por amizade. Os conflitos constatados para a construção da segunda Executiva Nacional acentuaram a diferença de coesão do DEM e do PSL, o combate entre os ex-membros pertencentes ao PSL, principalmente com a saída de Bivar e com a dissolução do órgão definitivo em Pernambuco, demonstrou o caráter pouco coeso do PSL, que é identificado como partido de aluguel devido a sua baixa

institucionalização. Como consequência, o Órgão Nacional vigente exibe uma atuação maior e mais coesa dos ex-membros do Democratas.

Outras duas características organizacionais, o número de filiados e o lançamento de candidaturas, apontou para um fortalecimento em comparação com as agremiações antecessoras. O número de filiados do UNIÃO é maior em comparação a eleição anterior de 2020 quando era o DEM e o PSL. Já quanto ao lançamento de candidaturas e os resultados eleitorais notou-se que o PSL lançou mais candidatos em 2018 do que o DEM, chegando a mais que o dobro, porém o êxito eleitoral do DEM foi maior. Nas eleições de 2022, a nova organização partidária preservou o padrão de candidaturas do PSL, mas com um êxito maior. À vista disso, a análise também permitiu observar que o DEM sempre foi mais forte organizacionalmente do que o PSL, pois possuía um número de filiados muito maior, apesar de lançar menos candidaturas, atingia um sucesso maior.

Dessa forma, acredita-se que este trabalho apresentou contribuições para o estudo sobre partidos políticos enfatizando o caráter da novidade, o modelo de origem e também aspectos organizacionais. A dissertação apresentou uma discussão sobre o surgimento de novas agremiações, indo além das justificativas identificadas pelas teóricas clássicas das tipologias partidárias e incluiu uma proposta de modelo teórico-metodológico para investigar a fusão partidária, situando o objeto em um contexto de novas democracia e permitindo a introdução de novas variáveis de análise.

Na realidade brasileira, além do União Brasil existem mais partidos que utilizaram da fusão, o exemplo disso é o PP fruto de várias fusões e incorporações, a incorporação do PHS ao Podemos, o PRP ao Patriota em 2019, a fusão entre o PTB e o Patriota, partidos que também poderiam ser estudados à luz das novas variáveis que este trabalho propôs.

Para mais, outra possibilidade de agenda é observar mais a fundo o partido União Brasil, principalmente no que tange o seu processo de institucionalização. Apesar do seu modelo originário ter sido pautado em duas agremiações preexistentes, ele não é uma representação fiel dos seus antecessores, visto que as duas agremiações tinham características ideológicas semelhantes, mas se tratando de questão organizacional o DEM foi identificado como mais forte do que o PSL. Portanto, em longo prazo cabe mapear essa nova agremiação, a atuação das lideranças, a introdução de novos membros, ou até mesmo o que vai sobrar do PSL no União Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucas. União Brasil: Quem é Antônio Rueda, que teve casas incendiadas em PE? Uol, São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/03/12/uniao-brasil-quem-e-antonio-de-rueda-que-teve-casas-queimadas-em-pe.htm>. Acesso em: 17 nov. 2024.

AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação dos 100 anos de literatura. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo Lisboa: Edições 70, 1977.
Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Atlas, 3. Ed., 2006

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba, Novos partidos: em busca de uma definição conceitual. Revista Brasileira de Ciência Política, n° 27, Brasília, setembro – dezembro, pp. 37-72, 2018.

BLOG DO ELIELSON (CBN Recife). Antonio Rueda e ACM Neto nomeiam comissão interventora para o União Brasil. Recife, 30 out 2024, Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/antonio-rueda-e-acm-neto-nomeiam-comissao-interventora-para-o-uniao-brasil-em-pernambuco>. Acesso em 15 nov. 2024

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. A agenda dos estudos de partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, vol. 1, n. 1, 2013.

BRAGA, Maria do Socorro; BOURDOUKAN, Adla. Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, Competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 97**, de 4 de outubro de 2017. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita na rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei n° 9.069, de 16 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3° inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: L9096 (planalto.gov.br). Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **Lei n° 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Altera as Leis n°9.504, de 30 de setembro de 1997 (Leis das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1885, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei n° 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.208, de 28 de setembro de 2021**. Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos. Brasília, DF, 2021.

BOLLEYER, Nicole; BYTZER, Evelyn. Origins of party formation and new party success in advanced democracies. **European Journal of Political Research**, n. 52, p. 773-796, 2013.

BOLOGNESI, Bruno. A redução da fragmentação partidária no Brasil: fim das coligações eleitorais e outras causas. *In*: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MESQUITA, Lara. **A proibição das coligações proporcionais no Brasil: dinâmicas e efeitos do local ao nacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Wed, 02 Dec 2020.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20210164, p. 1-31, 2023

BORZ, Gabriela; JANDA, Kenneth. Contemporary trends in party organization: Revisiting intra-party democracy. **Party Politics**, vol. 26, p. 3-8, 2020.

CAMPOS, João Pedroso. Os laços de família e negócios na cúpula do partido da fusão PSL e DEM. **Veja**, São Paulo, 06 out. 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-lacos-de-familia-e-negocios-na-cupula-do-partido-da-fusao-de-psl-e-dem#google_vignette. Acesso em: 05 set. 2024.

CARMO, Wendel. Bivar diz ter ‘denúncias’ contra vice, flertando com adiamento de eleição e amplia crise no União. **Carta Capital**, São Paulo, 28 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bivar-diz-ter-denuncias-contra-vice-flerta-com-adiamento-de-eleicao-e-amplia-crise-no-uniao/>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARMO, Wendel. Entenda a disputa entre Antônio Rueda e Luciano Bivar pelo comando do União Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-disputa-entre-antonio-rueda-e-luciano-bivar-pelo-comando-do-uniao-brasil/#google_vignette. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARTA CAPITAL. **Fusão entre DEM e PSL resultará na sigla União Brasil**. 20 de set. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fusao-entre-dem-e-psl-resultara-na-sigla-uniao-brasil/>. Acesso em: 11 de out. 2021.

CHAID, Julia. União Brasil será nome de partido formado por fusão de DEM e PSL. **Folha de S. Paulo**, 30 de set. de 2021, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/uniao-brasil-sera-nome-de-partido-formado-por-fusao-de-dem-e-psl.shtml>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

CHALOUB, Jorge; LIMA; Pedro; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil Contemporâneo. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 13, n. 2 dezembro, 2018.

COFFÉ, Hilde; TORENVLIED, René. **Explanatory Factors for the Merger of Political Parties**. CSD Working Papers, novembro, 2008.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DIAS, Rodolfo; MAYER, Rodrigo. A incubação da extrema-direita: a rede de financiamento do PSL nas eleições de 2018. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 29, n. 78, e005, 2021.

FISCH, Arthur; MESQUITA, Lara. Reformas eleitorais no Brasil contemporâneo: mudanças no sistema proporcional e de financiamento eleitoral. **ESTUDOS AVANÇADOS** 36 (106), 2022.

FLÁVIO, Mário. Nova composição da Executiva Estadual do União Brasil em Pernambuco com nomes ligados a Antonio Rueda. **Blog do Mário Flávio Política de A a Z**, 30 de out. 2023. Disponível em: <https://blogdomarioflavio.com.br/nova-composicao-da-executiva-estadual-do-uniao-brasil-em-pernambuco-com-nomes-ligados-a-antonio-rueda>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GODBOUT, Jean-François; BÉLANGER, Éric. **A Theory of Party Mergers**. Paper presented at the Canadian Political Science Association Meeting, London, Ontario, June 2-4, 2005.

GOLDENBERG, M. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. In: A Arte de Pesquisar. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record. 2004.

HANNA, Wellington. DEM e PSL aprovam fusão: novo partido se chamará União Brasil. **G1**, Brasília, 06 de out. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/06/dem-aprova-por-aclamacao-fusao-com-psl-novo-partido-se-chamara-uniao-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, nº7, pp. 349-385 janeiro - abril, 2012.

KRAUSE, Silvana. A Ciência Política Brasileira e as coligações: um balanço retrospectivo e atualizado. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MESQUITA, Lara. **A proibição das coligações proporcionais no Brasil: dinâmicas e efeitos do local ao nacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

KRAUSE, Silvana, *et al.* Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (Org.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 76 – 103, 2016.

KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno; MANCUSO, Wagner. Instituições, atores e ambientes: redução da fragmentação partidária nas Assembleias Legislativas. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MESQUITA, Lara. **A proibição das coligações proporcionais no Brasil: dinâmicas e efeitos do local ao nacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos** v. 88, p. 21-37, nov., 2010.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. Robert Michels, Maurice Duverger e Angelo Panebianco: o debate sobre as elites partidárias. **Suffragium** - R. Trib. Reg. Eleita do Ceará, Fortaleza, v. 11, n. 18, p. 72-88, jan./jun. 2020.

LAVIER, Michael; BENOIT, **Kenneth**. **Fission and Fusion in a Party System**. Outubro, 2001.

MACEDO, Larissa H. G. Kerber. Os partidos políticos brasileiros e as tipologias clássicas: uma revisão teórica. **X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, nov., 2020.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a Democracia. **Análise Social**, vol XXXVIII (167), 277-293, 2003.

MAIR, P; KATZ, R. Cadre, Catch-all or Cartel? A rejoinder. **The Harvard International Journal of Press/Political**, vol. 2, n°4, pp. 525-534, 1996.

MAIR, P; KATZ, R. Organización Partidaria, Democracia Partidaria y la Emergencia del Partido Cártel. In: Peter **Mair, Party System Change**. UK:Oxford University Press, 1997.

MARI, João de. União Brasil: como ficam as bancadas do “superpartido” na Câmara e no Senado. **CNN Brasil**, São Paulo, 06 de out. 2021, Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/uniao-brasil-como-ficam-as-bancadas-do-superpartido-na-camara-e-senado/> Acesso em: 11 de out. 2024.

MEDEIROS, Israel. Qual deve ser a cara do novo União Brasil, partido resultado da fusão de DEM e PSL? **Correio Braziliense**, 06 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4953918-qual-deve-ser-a-cara-do-novo-uniao-brasil-partido-resultado-da-fusao-de-dem-e-psl.html>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

MEDEIROS, Israel. União Brasil: fusão entre DEM e PSL reúne maior bancada da direita em 20 anos. **Correio Braziliense**, 07 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4953989-uniao-brasil-fusao-entre-dem-e-psl-reune-maior-bancada-da-direta-em-20-anos.html>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

MESQUITA, Lara; FISCH, Arthur. Reformas eleitorais no Brasil contemporâneo: mudanças no sistema proporcional e de financiamento eleitoral. **Estudos Avançados** 36 (106), 2022.

MESQUITA, Lara; ROEDER, Karolina. Federações Partidárias. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MESQUITA, Lara. **A proibição das coligações proporcionais no Brasil**: dinâmicas e efeitos do local ao nacional. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada de representação política. **RBCS**, vol. 18, n° 51, fev., 2003.

NASCIMENTO NETO, Walter do. Elites e Instituições: a ascensão do Partido Social Liberal no aparato governamental em 2029. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 76-88, jul./dez. 2021.

NICOLAU, Jairo. On Parties, Party Systems and Democracy: Selected Writings of Peter Mair. **Brazilian political science review**, 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

PAULA, Carolina de. O real tamanho do “novo partido” União Brasil. **IREE**, 18 de out. de 2021. Disponível em: <https://iree.org.br/o-real-tamanho-do-novo-partido-uniao-brasil/>. Acesso em: 12 de out. de 2021.

PEREIRA, Felipe. Saiba quem é ACM Neto, que disputa o 2º turno na Bahia. **CNN Brasil**, São Paulo, 02 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-acm-neto-que-disputa-o-2o-turno-na-bahia/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

PERES, Paulo S. Revisando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **BIB**, São Paulo, n° 68, pp. 17-58, 2o semestre de 2009.

PODER 360. **PSL, DEM e PP negociam fusão para formar maior partido do Congresso**. 25 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/centrao-fundira-3-siglas-para-criar-maior-partido-do-congresso>. Acesso em: 02 set. 2024.

PODER 360. **Republicanos nega fusão ao “superpartido” do Centrão**. 26 de ago. 2021, Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/republicanos-nega-fusao-ao-superpartido-do-centrao/>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

PORTO, Douglas; et. al. Eleições 2022: veja quem mudou de legenda no fim da janela partidária. **CNN Brasil**, São Paulo e Brasília, 01 de mar. De 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eleicoes-2022-veja-quem-mudou-de-legenda-no-fim-da-janela-partidaria/>. Acesso em: 12 out. de 2024.

REBELLO, Maurício Michel. Os partidos políticos: uma evolução das tipologias sob novos contextos. **III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política**. RS, agosto, 2014.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 6, Brasília, julho – dezembro, pp. 297 – 337, 2011.

RIBEIRO, Ricardo Luiz. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 22, n. 49, p. 5-37, mar. 2014.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n°10. Brasília, pp. 225-265, janeiro - abril de 2013.

RIBEIRO, Pedro Floriano, LOCATELLI, Luís; ASSIS, Pedro Paulo de. “Acompanho o Meu Partido”: Organização Partidária e Comportamento Legislativo no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.65 (4): e20200052, 2022.

ROCHA, Décio Vieira da. Organização de novos partidos políticos: entre estratégias de cooptação e contestação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 35, pp. 1-39, 2021.

SAÉZ, Manuel Alcántara; FREIDENBERG, Flavia. Organización y Funcionamiento Interno de los Partidos Políticos en la América Latina. In: **Partidos políticos de América Latina** Edition: Salamanca, 2001.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional** (99): 151-186, 2019.

SÁTYRO, Natália; D’ALBUQUERQUE, Raquel. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SCHEEFFER, Fernando. Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 167 – 188, 2018.

SIKK, Allan. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, v. 18, n. 4, p. 465-486, 2012.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, e24-e39, jan.-mar. 2015.

TAROUCO, Gabriela. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no Sistema Político**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TAVITS, Margit. Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies. **British Journal of Political Science**, 38, pp 113-133, 2008.

TURELLI, Camila; POMPEU, Louriberto. Quem é Antonio Rueda, presidente do União Brasil que relatou ao STF ameaças de ex-aliado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/05/07/quem-e-antonio-rueda-presidente-do-uniao-brasil-que-relatou-ao-stf-ameacas-de-ex-aliado.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2024.

TESTA, Graziella; MESQUITA, LARA; BOLOGNESI, Bruno. Do fisiologismo ao centro do poder: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 1-22, 2024.

UNIÃO BRASIL. **Estatuto do União Brasil**. 2024. Disponível em: [folha-de-rosto-e-estatuto-uniao-deferido-em-27-2-2024.pdf](#). Acesso em: 16 nov. 2024.

UNIÃO BRASIL. **Manifesto do Partido União Brasil**. 2022.

URIBE, Gustavo. Nova sigla de centro deve usar número 11 e receituário liberal. **CNN Brasil**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nova-sigla-de-centro-deve-usar-numero-11-e-receituario-liberal/>. Acesso em: 02 out. 2024.

URBINATI, Nadia. Da Democracia dos partidos ao plebiscito da *audiance*. **Lua Nova**, São Paulo, 89: 85-105, 2013.

VASQUEZ, Vitor; SANDES-FREITAS, Vítor; SANTANA, Luciana. O FIM DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NAS DISPUTAS PROPORCIONAIS: para onde foram os partidos políticos nas eleições de 2022? **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 1-16, 2024.

VILAROUCA, Márcio Grijó; FREIRE, Américo O. G.; GUEDON, Philippe Chaves. O jogo das nominatas nas eleições municipais do Rio de Janeiro. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 28, p. 126-168, nº 1, jan.-mar., 2022.